



JULIANA MACEDO DE SOUSA

**CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO COMO MORADIA SOCIAL E SUA
RELAÇÃO COM A SAÚDE HUMANA: O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
NO BAIRRO DE SENADOR CAMARÁ,
CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro

Julho de 2019



JULIANA MACEDO DE SOUSA

**CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO COMO MORADIA SOCIAL E SUA
RELAÇÃO COM A SAÚDE HUMANA: O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
NO BAIRRO DE SENADOR CAMARÁ,
CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Regina Célia de Mattos

Orientadora

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC- Rio

Prof. João Rua

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC-Rio

Prof. Marcio Rufino Silva

Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia - UFRRJ

Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Juliana Macedo de Sousa

Bacharel e licenciada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Sousa, Juliana Macedo de

Contradições da produção do espaço como moradia social e sua relação com a saúde humana : o Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará, cidade do Rio de Janeiro / Juliana Macedo de Sousa ; orientadora: Regina Célia de Mattos. – 2019.

110 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Produção do espaço. 3. Moradia social. 4. Política pública habitacional. 5. Saúde humana. I. Mattos, Regina Célia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

A Deus, por me permitir finalizar mais essa etapa em minha vida e ter me sustentado até aqui, pela Sua bondade em minha vida.

Ao meu avô Miguel e à minha avó Jacirema (in memorian), por todo apoio, carinho e zelo, por todos os esforços realizados para que eu pudesse ter a oportunidade de permanecer estudando.

Aos meus pais (in memorian) por terem me concedido a vida.

Ao meu namorado Felipe, por todo amor e compreensão, por toda parceria e motivação que foi fundamental para a conclusão desta etapa em minha vida.

À minha querida orientadora Regina Célia de Mattos por toda dedicação em me orientar, pela parceria e amizade.

Ao grupo de pesquisa Labores, pelas riquíssimas contribuições, pelas leituras realizadas e todo crescimento intelectual que nossos encontros me proporcionaram.

Aos meus queridos amigos da Puc-Rio, que ao longo dessa jornada me auxiliaram e me apoiaram, pelas contribuições e pelas trocas que propiciaram melhor desenvolvimento da pesquisa.

À PUC-Rio, pela oportunidade, sem a qual esta pesquisa não poderia ser realizada.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos professores João Rua e Márcio Rufino que compuseram a Banca examinadora, por terem aceitado o convite e enriquecerem esse momento.

A todos do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, por toda ajuda durante o mestrado.

Resumo

Sousa, Juliana Macedo de; Mattos, Regina Célia de (Orientadora). **Contradições da produção do espaço como moradia social e sua relação com a saúde humana: o Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará, cidade do Rio de Janeiro**. 2019. 110 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A moradia enquanto apropriação privada de uma parcela do solo urbano se tornou uma mercadoria de altíssimo custo, sendo inacessível para as famílias de baixa renda. O Estado intermedeia essa situação com políticas de habitação social, como é o Programa Minha Casa Minha Vida, dirigido às famílias com renda média de zero até dez salários mínimos, dividido em faixas de renda salariais. Tais políticas habitacionais são criadas em confluência com a classe capitalista, de forma que definem as áreas e acessos destinados a moradias sociais, que em geral, são áreas menos valorizadas, com baixos investimentos do Estado e serviços públicos precários, como é o bairro de Senador Camará, nossa empiria. Essa desvalorização se dá pelo próprio movimento do capital, que cria um mosaico de desenvolvimento geográfico desigual, em que as regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres. No bairro, foram construídos empreendimentos destinados às famílias com renda de zero a três salários mínimos (Faixa 01), em uma área contaminada por amianto, substância altamente perigosa para a saúde humana, além de estarem sob o poder do tráfico local, controlando suas vidas cotidianas. Podemos dizer que a produção do espaço como moradia social produz contradições, as quais se manifestam nos condomínios construídos no bairro de Senador Camará. Portanto, nosso objetivo é analisar as manifestações da produção do espaço como moradia social e a relação com a saúde humana em nossa empiria, a partir da dimensão do corpo enquanto escala espacial desse processo.

Palavras-chave

Produção do espaço; moradia social; política pública habitacional; saúde humana.

Abstract

Sousa, Juliana Macedo de; Mattos, Regina Célia de (Advisor). **Contradictions of space production as social housing and its relation with human health: the Program Minha Casa Minha Vida in the neighborhood of Senador Camará, city of Rio de Janeiro.** 2019. 110 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Housing as private appropriation of a parcel of urban land has become a commodity of very high cost, being inaccessible to low-income families. The State mediates this situation with social housing policies, such as the Minha Casa Minha Vida Program, aimed at families with an average income of zero to ten minimum wages, divided into income brackets. Such housing policies are created in conjunction with the capitalist class, in a way that defines the areas and accesses to social housing, which in general are less valued areas, with low state investments and precarious public services, such as the neighborhood of Senador Camará, our empire. This devaluation is due to the very movement of capital, which creates a mosaic of uneven geographical development, where rich regions tend to become richer, while poor regions tend to become poorer. In the neighborhood, enterprises were built for families with income from zero to three minimum wages (Range 01), in an area contaminated by asbestos, a substance highly dangerous to human health, and under the power of local traffic, controlling their lives everyday life. We can say that the production of space as social housing produces contradictions, which are manifested in the condominiums built in the neighborhood of Senador Camará. Therefore, our objective is to analyze the manifestations of the production of space as social housing and the relationship with human health in our empiricism, from the dimension of the body as a spatial scale of this process.

Palavras-chave

Space production; social housing; housing public policy; human health.

Sumário

1. Introdução	13
1.1. O Programa Minha Casa Minha Vida	18
2. Os diferentes papéis da moradia na sociedade capitalista e suas contradições	28
2.1. A produção capitalista do espaço e a questão da moradia	35
2.2. A moradia como mercadoria: seu valor de uso e seu valor de troca sob o capitalismo	49
2.3. A produção de moradias sociais sob a lógica capitalista	54
3. O Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará	65
3.1. De uma fábrica de telhas a moradias sociais	66
3.2. A situação do terreno dos empreendimentos do PMCMV	73
3.3. O amianto e a questão da saúde	81
4. Saúde, corpo e espaço	86
4.1. O corpo como escala espacial	87
4.2. Geografia e Saúde	92
5. Conclusão	100
6. Referências bibliográficas	105

Lista de figuras

Figura 01:	A antiga fábrica <i>Brasilit.</i>	23
Figura 02:	Rachaduras em um dos prédios do condomínio Village do Girassol, no município de São Gonçalo.	58
Figura 03:	Condições de um teto de um dos apartamentos do Village do Girassol.	58
Figura 04:	Os condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará, município do Rio de Janeiro.	66
Figura 05:	Publicação no Jornal anunciando a nova fábrica <i>Brasilit.</i>	67
Figura 06:	Terreno da antiga fábrica abandonada.	69
Figura 07:	Demolição da estrutura da antiga fábrica.	69
Figura 08:	Usuários de drogas na estação ferroviária de Senador Camará.	70
Figura 09:	Pequenos comércios/serviços informais nos condomínios do PMCMV, em Senador Camará.	72
Figura 10:	Rua fechada pelos moradores do bairro de Senador Camará.	73
Figura 11:	Placa da Prefeitura do Rio informando a construção da escola.	79

Lista de gráficos

Gráfico 01:	Preço do metro quadrado dos bairros mais caros da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2017.	47
Gráfico 02:	Preço do metro quadrado dos bairros mais baratos da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2017.	48
Gráfico 03:	Relação emprego e população nas Áreas de Planejamento (APs) do município do Rio de Janeiro.	60
Gráfico 04:	Evolução do Minha Casa Minha Vida no Estado do Rio de Janeiro	62

Lista de mapas

Mapa 01:	Localização do bairro de Senador Camará, município do Rio de Janeiro.	21
Mapa 02:	Realocamento das famílias removidas das áreas dos Clusters Olímpicos e Porto Maravilha.	44
Mapa 03:	Localização dos empreendimentos do PMCMV no município do Rio de Janeiro, 2016.	60

Lista de tabelas

Tabela 01:	Faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida, 2016.	19
Tabela 02:	Cadastro de Áreas Contaminadas do Inea, 2015 (parte I).	75
Tabela 03:	Cadastro de Áreas Contaminadas do Inea, 2015 (parte II).	76
Tabela 04:	Cadastro de Áreas Contaminadas do Inea, 2015 (parte III).	77

Lista de siglas

AP – Área de Planejamento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

COHAB – Companhia de Habitação

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FCP – Fundação Casa Popular

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

INCA – Instituto Nacional do Câncer

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

OGU – Orçamento Geral da União

OMS – Organização Mundial da Saúde

PlanHab – Plano Nacional de Habitação

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFI – Sistema Financeiro Imobiliário

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

Introdução

De acordo com Bonduki (1999), o termo habitação social foi cunhado no período em que Getúlio Vargas era presidente do país, o qual significa habitações produzidas e financiadas por órgãos estatais destinadas à população de baixa renda. Somente nos anos de 1940, foi criado o primeiro órgão no âmbito federal cuja única atribuição era solucionar o problema habitacional, a Fundação Casa Popular (FCP). Até então, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), criados a partir da década de 1930, atuavam de maneira fragmentária, cada qual com o seu setor (bancários, comerciantes, industriais etc.).

Rolnik (1981) citada por Bonduki (1994) afirma que, anterior ao período de Vargas, a ação do Estado em relação à questão da habitação limitava-se às repressões aos casos mais graves de insalubridade, com ação sanitária e ação policial, sobretudo, nas habitações comunitárias como os cortiços, por exemplo. E também, com concessões das isenções fiscais para os proprietários de casas para locação, aumentando assim sua rentabilidade. Dessa forma, diante da expansão urbana e o aumento populacional nas cidades a partir do crescimento industrial, o aluguel como forma básica de acesso a moradia era predominante. Nesse momento, o Estado não assumia o papel de prover moradias, tão pouco regulamentar os aluguéis que ficavam a cargo de acordos entre locador e inquilino.

Na intenção de reduzir os custos que o aluguel representava para a reprodução da força de trabalho, a Lei do Inquilinato foi criada em 1942 para que o congelamento dos aluguéis, que até então não havia regulação, diminuísse esses custos para a classe trabalhadora, de forma que a acumulação capitalista das empresas pôde aumentar sem que as condições de vida do trabalhador reduzissem substancialmente. Com isso, a Lei do Inquilinato também tinha por intencionalidade servir como uma estratégia governamental para aumentar o crescimento industrial da época (BONDUKI, 1994).

No entanto, os congelamentos dos aluguéis geraram um efeito rebote, pois na medida em que os aluguéis foram deixando de ser um negócio rentável, muitos proprietários venderam suas casas a fim de reaver o capital investido. Além disso, diante da desvalorização dos aluguéis, muitas moradias deixaram de ser construídas, levando ao agravamento do problema habitacional. E, à medida que a economia se diversificava a produção de moradias destinadas para

aluguel deixava de ser interessante para os que detinham capital. Portanto, como aponta Bonduki (1999):

O congelamento dos aluguéis, instituído pela Lei do Inquilinato, em 1942, como suposta resposta do governo à carência de moradia, agravou a situação, desestimulando a colocação de novos imóveis no mercado de locação e provocando uma enxurrada de despejos. E, para piorar, o crescimento da atividade econômica pela conjuntura da guerra gerou uma intensificação do processo de urbanização e migração interna em direção às grandes cidades, ampliando a demanda por alojamento (p. 116).

De um modo geral, a conjuntura acima gerou uma grave crise habitacional, sobretudo nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, segundo Abreu (2013), os anos de 1940 foram os anos em que as favelas mais cresceram tendendo a localizarem-se próximas aos locais de trabalho. O fracasso do governo ao que diz respeito à questão habitacional culminou na década de 1950, onde:

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos aluguéis (que diminuía em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou numa crise habitacional generalizada, que afetou principalmente a população pobre. Conseqüentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo (ABREU, 2013, p. 116).

Para Abreu (2013), embora a questão da moradia tenha sido sensível aos líderes políticos da época, pouco foi efetivo, com apenas a construção de alguns conjuntos habitacionais. Shimbo (2010) constata que a baixa efetividade de tal política e a pouca construção de unidades ocorreu devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas. Para Azevedo (1988), essas primeiras intervenções públicas tiveram por objetivo, fundamentalmente, mostrar às populações de baixa renda que o governo se preocupava com seus problemas, sem efetivamente ter por resultados melhorias na questão habitacional. Para o autor, tanto a Fundação Casa Popular quanto o Banco Nacional de Habitação (BNH) criado em 1964, serviram como respaldo popular para os respectivos governos da época. Já de acordo com Cardoso et al. (2014, p. 03), apenas nos anos 1960 foi formulada uma política nacional de habitação efetiva, a qual “deveria ser autofinanciada, mas cujas fontes de recursos dependiam do desempenho da economia nacional”.

Foi a partir de 1964, com a criação do BNH, que a estrutura de financiamento de habitação foi criada, buscando criar condições para o

desenvolvimento do mercado imobiliário que já se mostrava dinâmico (ROYER, 2009). A criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), “a fim de garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento” (AZEVEDO, 1988, p. 110), traduz esses novos padrões de políticas públicas habitacionais. Em outras palavras, traduzem a financeirização do crédito imobiliário, o que Royer (2009) denomina de financeirização da política habitacional.

A autora afirma que os padrões de financiamento da política habitacional traduzem as transformações nos padrões de acumulação do capital. Observa-se então, a utilização do crédito habitacional, sob o discurso da redução do déficit habitacional, como forma de acumulação capitalista. Assim, já podemos perceber a adoção de novos padrões de financiamento habitacional, acompanhando as transformações dos padrões de acumulação capitalista global. A intervenção estatal na produção de habitações sociais ocorreu numa intrínseca relação entre o Estado e a iniciativa privada, de forma que a iniciativa privada se destacasse como ator central nas produções habitacionais sociais, aquecendo assim, o mercado imobiliário. Sendo assim, a finalidade maior dessa relação consistiu no aumento da acumulação capitalista, ao invés da tão dita “moradia digna” presente nos discursos e objetivos dos programas habitacionais.

A materialização da política habitacional do BNH ocorreu com a participação uma gama de agências públicas e privadas, cabendo ao BNH o papel normativo e supervisor da implementação da política, enquanto que a operacionalização ficou a cargo das Companhias Habitacionais (COHABs). As COHABs se caracterizavam como empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais, destinadas à promoção de moradias para a população de baixa renda. A elas cabiam o papel de supervisionar e coordenar o trabalho das agências públicas e privadas que participavam da construção das casas populares a fim de reduzir o preço das unidades produzidas (AZEVEDO, 1988).

Em meados da década de 1960, no estado do Rio de Janeiro, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro foi responsável pela construção dos conjuntos habitacionais Vila Aliança, Vila Kennedy e Vila Esperança, em áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, que objetivavam abrigar famílias removidas devido ao programa de erradicação das favelas desenvolvido pelo governador Carlos Lacerda.

Esses conjuntos davam início ao novo vetor de expansão da cidade, em direção à zona oeste, graças aos investimentos públicos estaduais, sobretudo à malha viária. De acordo com Damas (2008), o novo padrão de acumulação

capitalista da época era baseado no desenvolvimento da indústria automobilística constituída por grandes empresas estrangeiras. No entanto, a saturação dos espaços onde as indústrias se localizavam na cidade do Rio de Janeiro tornava esses espaços inadequados ao novo modelo de transporte, sendo necessária a expansão das indústrias e da população para novos espaços da cidade.

Importante ressaltar que, foi na década de 1960 que a capital do país foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, culminando na criação do estado da Guanabara, quando o território do estado passou a coincidir com os limites do município do Rio de Janeiro, gerando, portanto, uma cidade-estado. Tal situação propiciou uma acumulação de recursos, que, junto à necessidade de criar um dinamismo econômico na cidade-estado, além de expandir a atividade industrial, possibilitou o realocamento da população removida pelo programa de erradicação das favelas nos conjuntos habitacionais na zona oeste.

Mediante ao desempenho da política habitacional do BNH, Maricato (1998) constata que as mais de quatro milhões de moradias financiadas pelo mesmo geraram transformações significativas nas paisagens das grandes cidades, acarretando em numerosos desastres ambientais e urbanísticos. Para a autora:

Os investimentos do SFH combinaram, durante mais de 20 anos, interesses empresariais imobiliários e de proprietários fundiários com interesses clientelistas arcaicos, em que pese a face tecnocrática e centralizadora do regime militar. Os recursos utilizados não eram públicos - FGTS e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) – mas foram livremente manipulados pelo Estado de forma regressiva, consolidando o mercado de apartamentos de classe média. A regressividade nos investimentos é uma das críticas mais leves feitas ao SFH que deixou como legado o rombo do Fundo de Variação de Compensações Salariais (FCVS) e numerosos desastres ambientais e urbanísticos que após 10 ou 15 anos ainda estão custando caro aos cofres públicos (1998, p.70).

Segundo Shimbo (2010), após o desmonte do BNH, em 1985, houve um grande vácuo na política habitacional, não havendo nenhuma proposta de reestruturação do modelo implantado. A produção de moradias promovidas diretamente pelo Estado se retraiu, atingindo, sobretudo as COHABs. As atividades do BNH foram incorporadas à Caixa Econômica Federal (CEF), o que evidenciou a ausência de propostas para a questão habitacional, reforçando o tratamento setorial do problema, dificultando a efetivação de programas habitacionais voltados para setores de menor renda.

Em meados da década de 1980, com o fim do regime militar, o combate à especulação imobiliária e a luta pelo acesso à terra para a viabilização da produção de moradias sociais eram problemas que estavam em pauta (MARICATO, 1988). A Constituição de 1988 trouxe alguns avanços decorrentes de tais discussões e movimentos ao reconhecer a função social da propriedade, sendo assim, uma materialização jurídica de que toda propriedade urbana tenha que atender ao ordenamento expresso no Plano Diretor. Com isso, ocorreu um processo de municipalização dos programas habitacionais, sem articulações em escala nacional.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma reformulação, não muito profunda, do SFH. A instituição do Sistema Financeiro Imobiliário foi, de acordo com Shimbo (2010), a maior novidade do governo FHC em relação à questão habitacional nos anos de 1990. No entanto, ao que tange à política habitacional voltada para a população de baixa renda, dois caminhos foram tomados. O primeiro de continuidade à política anterior de promoção pública pelos Estados e Municípios; o segundo instaurou o financiamento direto ao mutuário final, o que proporcionou a dinamização dos setores imobiliários e de construção civil. Contudo, para Maricato (1998) a questão de moradia social foi deixada de lado pelo governo FHC, sem ter ganhado muita importância. Como afirma a autora:

O governo concentrou esforços no remanejo dos recursos onerosos existentes, reduzindo a política habitacional a uma questão financeira e de mercado, com a CEF submetendo a própria e frágil SEPURB. Enfim, o tema da moradia social não mereceu muita importância na gestão FHC (1998, p. 77).

De uma maneira geral, o processo de produção de moradias populares vem se apresentando como uma contradição entre o *habitar* e o *habitat*¹. E de uma maneira mais intensa, as moradias populares vêm ganhando um caráter de mercadoria, sendo sobreposto o valor de troca sobre o valor de uso. No geral, as políticas públicas habitacionais brasileiras buscam expandir o capital imobiliário do que, de fato, resolver a questão da moradia. Ainda se busca a compra da casa própria, ou seja, a propriedade privada, ao invés de pensar em outras possibilidades de universalizar a garantia do direito à moradia.

¹ Tais conceitos serão desenvolvidos no primeiro capítulo.

1.1.

O Programa Minha Casa Minha Vida

A produção em larga escala juntamente com o financiamento das habitações populares, tornaram-se o par norteador das políticas públicas habitacionais recentes. A convergência entre Estado, mercado imobiliário e capital financeiro se manifesta na estrutura do programa habitacional estudado na presente pesquisa, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado para ser executado via iniciativa privada.

Nesse contexto, em 2003, foi criado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Ministério das Cidades, com a intenção de concentrar as políticas urbanas federais, ao que tange à habitação, saneamento, mobilidade, dentre outras demandas sociais que envolvem as cidades brasileiras. Neste ministério foi constituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social através da Secretaria Nacional de Habitação, buscando articular a política urbana nas três esferas de governo. De acordo com a Lei nº 11.124, de junho de 2005, cada ente federado deveria instituir um Fundo de Habitação de Interesse Social, com respectivo Conselho Gestor e um Plano Habitacional, buscando assim, um quadro institucional favorável para o desenvolvimento de política habitacional de interesse social no país, com ação mais direta do Estado (CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A., 2011).

Nessa conjuntura político-institucional, em 2008, a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) elaborou o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), com o objetivo de se estabelecer uma política habitacional a longo prazo (o período vigente do PlanHab é de 2009 a 2023) que garantisse o acesso à moradia digna pelos cidadãos brasileiros. Dessa forma, de acordo com a SNH (2010), o PlanHab:

É parte de um processo de planejamento de longo prazo para o setor habitacional, que pressupõe revisões periódicas e articulação com outros instrumentos de planejamento orçamentário-financeiro do Governo Federal, como os planos plurianuais, permitindo que suas metas de produção física e de avanços institucionais possam estar associadas ao planejamento dos recursos necessários para sua cobertura e tendo o ano de 2023 como horizonte final para a elaboração de estratégias e de propostas. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/plano-nacional-de-habitacao-planhab> Acesso em 21 de abr. 2018.

Neste contexto, como desdobramento do PlanHab, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é lançado em 2009, tendo por objetivo a redução do

déficit habitacional, além de alavancar os setores imobiliário e de construção civil no país, como forma de dinamizar tais setores através da produção de moradias populares. Desde seu lançamento, o Programa é dirigido para atender três faixas de renda familiar, como demonstra a Tabela 01. A partir de 2016, com o lançamento da terceira fase do Programa, para atender famílias que estão no intermédio das Faixas 01 e 02, é criada uma quarta faixa de renda familiar: a Faixa 1,5.

Tabela 01: Faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida. Fonte: Portal do Programa Minha Casa Minha Vida (www.minhacasaminhavid.gov.br).

Fase	Período de Vigência	Faixa	Renda familiar mensal
Fase 1	2009-2011	Faixa 01	Até 1.395,00 reais
		Faixa 02	De 1.395,01 a 2.790,00 reais
		Faixa 03	De 2.790,01 a 4.650,00 reais
Fase 2	2012-2015	Faixa 01	Até 1.600,00 reais
		Faixa 02	De 1.600,01 a 3.100,00 reais
		Faixa 03	De 3.100,01 a 5.000,00 reais
Fase 3	2016-2018	Faixa 01	Até 1.800,00 reais
		Faixa 1,5	Até 2.350,00 reais
		Faixa 02	De 2.351,00 a 3.600,00 reais
		Faixa 03	De 3.600,00 a 6.500,00 reais

A primeira faixa do programa (Faixa 01) é destinada às famílias que possuem renda de zero a três salários mínimos. Esta primeira faixa é beneficiada, até o momento, com até 90% de subsídio do valor do imóvel, sem taxas de juros. A produção dos imóveis é “por oferta”, ou seja, a construtora escolhe o terreno a partir de incentivos fiscais ou por doação dos municípios e define o projeto que, sendo aprovado por órgãos competentes, são vendidos integralmente para a Caixa Econômica Federal (CEF). A execução é realizada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), fundo criado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) com o objetivo de financiar a construção de unidades habitacionais, sendo operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, podendo ser utilizado para aquisição ou requalificação de imóveis.

Nesta faixa do Programa, os municípios têm o papel de doar terrenos, desburocratizar os processos de aprovação e licenciamento dos empreendimentos. Além disso, os municípios são responsáveis por realizar o

cadastro das famílias que se encaixam no perfil desta faixa, em que serão contempladas futuramente pela CEF, através de sorteio.

A nova faixa de renda Faixa 1,5 e todas as outras faixas do PMCMV (Faixa 02 e Faixa 03) que atendem famílias cuja renda média é de três até dez salários mínimos são financiadas via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com juros de até 8,16% ao ano, e com subsídios que variam de 29 mil a 47,5 mil reais. As construtoras apresentam o projeto para a CEF, que após uma avaliação, é assinado um Contrato de Financiamento à Produção, ou seja, a CEF fornece um financiamento diretamente às empresas construtoras para a produção dos empreendimentos. Após a produção, é autorizada pela CEF a comercialização dos imóveis financiados, desta vez ao consumidor pela própria instituição a juros menores que os do mercado de acordo com a renda familiar. Importa ressaltar que, o valor máximo de comercialização dos imóveis varia de acordo com as características da cidade e da região, por isso, as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal possuem teto máximo maior que demais regiões.

No estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana é a mais beneficiada com o PMCMV, sendo que o município do Rio de Janeiro foi o primeiro a assinar o Termo de Adesão ao programa, além de possuir cerca de 80.400 unidades habitacionais, destas mais de 35.000 unidades são voltadas para famílias da faixa 01 (Secretaria Municipal de Habitação – SMH, 2016). Entretanto, neste município o Programa está sendo utilizado como política de reassentamento, onde famílias foram removidas por habitarem em áreas de risco ou por conta de obras para os Megaeventos (Copa do Mundo – 2014; Olimpíadas – 2016) que ocorreram na cidade.

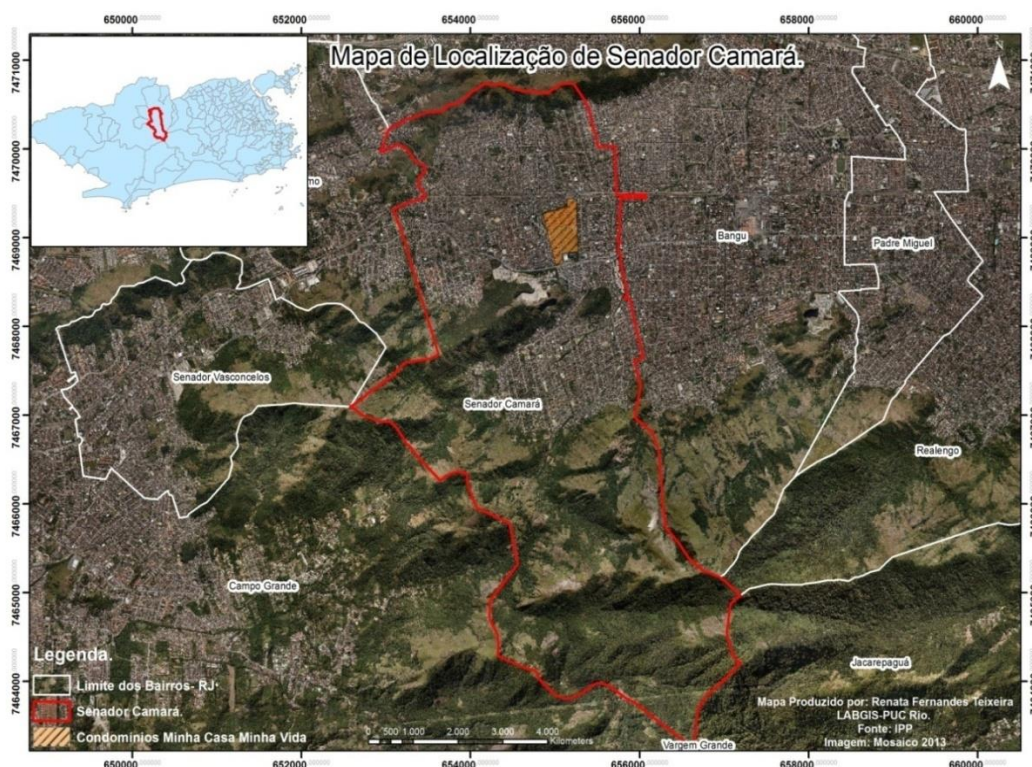
Diante do quadro de financeirização de habitações populares e da maximização dos lucros das empresas construtoras, até mesmo o ato de morar (o *habitar*) vem sendo comprometido. Na cidade do Rio de Janeiro, os problemas sociais (como a intensa violência, a forte influência do tráfico de drogas e milícias etc.) enfrentados nesses lugares onde são construídos os empreendimentos e a baixa qualidade dos materiais utilizados nas construções, tornam o ato de morar um risco à vida.

No ano de 2015, o Jornal EXTRA *Online* fez uma série de reportagens sobre as habitações do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro, denominada “Minha Casa Minha Vida”. Nesta série, os beneficiados pelo PMCMV, pertencentes à Faixa 01 (0 a 3 salários mínimos), relatavam diversos problemas enfrentados nos locais onde foram destinados a morar. Em

uma dessas reportagens², após entrevistarem mais de 200 pessoas, o jornal apontava que todos os condomínios destinados às famílias mais pobres eram alvos do crime organizado, submetidos a situações como expulsões, interferência do tráfico, reuniões realizadas por bandidos, dentre outras. Muitos também são os relatos de construções que estão se degradando após alguns anos de entrega dos imóveis. A presença de rachaduras, vazamentos, forros caindo, solo cedendo, dentre outros problemas, são constantes nos relatos dos moradores desses empreendimentos, acarretando medo e insegurança, e em certa medida, decepção em morar em tais condições.

Em outra reportagem da série publicada pelo Jornal EXTRA Online revelava os problemas de violência que os moradores dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará (Mapa 01), nossa área de estudo, enfrentaram assim que se mudaram para os condomínios. Muitos eram questionados sobre seu lugar de origem, e caso nesse lugar houvesse atuação de uma facção rival, esses moradores eram impedidos de permanecer no apartamento.

Mapa 01: Localização do bairro de Senador Camará, município do Rio de Janeiro. Fonte: Instituto Pereira Passos.



² Reportagem publicada no dia 22 de março de 2015, acessada em 04 de maio de 2018. De acordo com o jornal, dentre as pessoas entrevistadas estão não só moradores e síndicos dos condomínios, como policiais civis e militares, pesquisadores e autoridades. Link da matéria completa: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/todos-os-condominios-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-sao-alvos-do-crime-organizado-15663214.html>.

A forte atuação do tráfico de drogas nos condomínios já era esperada pelos antigos moradores, pois no mesmo há presença de muitas favelas, onde o poder do tráfico comanda o bairro, propiciando o aumento da violência e tiroteios cada vez mais constantes e intensos. Inclusive, recentemente imagens de um ponto de venda de drogas na estação ferroviária de Senador Camará circularam pelas mídias televisivas e digitais³. Tal situação já é enfrentada pelos moradores do bairro há pelo menos dois anos, em que a venda de drogas, a presença de usuários e de traficantes armados na estação ferroviária faz parte do cotidiano dos moradores do local e usuários do meio de transporte.

Além dos problemas acima abordados, os seis conjuntos habitacionais, compreendendo mais de 2.000 unidades e uma população de aproximadamente 8.000 pessoas, apresentam uma singularidade: foram construídos no terreno de uma antiga fábrica de telhas e caixas d'água de amianto, pertencente ao grupo francês Saint-Gobain, desativada em 1992 (Figura 01). Esta área, após a desativação da fábrica, permaneceu fechada durante muitos anos, inclusive com portões trancados, que impediam a circulação das pessoas no terreno. Como moradora do bairro e vizinha da fábrica, nunca havia visto nenhuma tentativa de ocupação irregular no terreno, ou qualquer outro tipo de movimentação. Em alguns momentos, pessoas pulavam o muro da fábrica para soltar pipas por ser uma área descampada. No entanto, tal atividade não era freqüente, muitos moradores sempre falavam da contaminação do terreno e do perigo de tal prática.

³ Segue o link de um dos canais de comunicação, o site de notícias *G1.com*, que divulgou as imagens onde se pode ver a venda de drogas e a presença de traficantes fortemente armados na estação de trem de Senador Camará: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/videos/t/todos-os-videos/v/traficantes-vendem-drogas-em-tenda-montada-em-estacao-de-trem-na-zona-oeste-do-rj/5173172/>. Último acesso em 05/12/2018.

Figura 01: A antiga fábrica *Brasilit*. Fonte: *Mapio Net*. Acesso em: 20 dez. 2018.



Diante disso, ao ver a construção dos condomínios e sua inauguração em 2012, muitas questões foram levantadas acerca dos perigos que os novos moradores do bairro poderiam adquirir ao habitarem tal espaço. É sabido que o amianto é uma substância altamente perigosa para a saúde humana por conta de “seu elevado potencial cancerígeno em quaisquer das suas formas ou em qualquer estágio de produção, transformação e uso” (CASTRO, H.; GIANNASI, F.; NOVELLO, C., 2009, p. 904).

Além disso, o amianto acarreta diversos problemas pulmonares para aqueles que entrem em contato com a substância sob diferentes formas. Por conta disso, o amianto tornou-se um problema de saúde pública. De acordo com Giannasi (1994, citada por CASTRO, H.; GIANNASI, F.; NOVELLO, C., 2009, p. 906),

o amianto é um problema de saúde pública, já que pode causar danos não somente aos trabalhadores, como também a seus familiares, vizinhos às instalações e populações não-ocupacionalmente expostas e sequer monitoradas, e ao meio ambiente, na medida em que os resíduos com o amianto não podem ser destruídos, já que uma de suas tão decantadas propriedades é o fato de ser incombustível e incorruptível.

De acordo com Instituto Nacional do Câncer (INCA), a exposição ambiental, ou seja, a exposição de pessoas a determinados agentes presentes no ambiente decorrentes do amianto se dá através de: 1) contato dos familiares com roupas e objetos dos trabalhadores contaminados pela fibra; 2) residir nas proximidades de fábricas, minerações ou em áreas contaminadas (solo e ar) por amianto; 3) frequentar ambientes onde haja produtos de amianto degradados; 4) presença do amianto livre na natureza ou em pontos de depósito ou descarte de produtos com amianto.

Diante da periculosidade do amianto é importante destacar e discutir sobre os riscos à própria reprodução da vida que a política pública habitacional gera ao colocar famílias expostas a tais condições, pois embora as políticas habitacionais em geral objetivassem e objetivam apenas o ato de morar, ainda assim há conflitos com esses objetivos, mesmo que o discurso de propiciar “moradia digna” seja ilusório. Dessa forma, é importante questionar em que medida a produção do espaço destinada às moradias sociais, propicia à população menos favorecida maior fragilidade nas condições de reprodução da vida, como se constata no programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará?

Tal questionamento motivou o objeto da presente pesquisa: contradições da produção do espaço como moradia social e sua relação com a saúde humana nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará, município do Rio de Janeiro. Sendo assim, a proposta torna-se relevante no sentido de desvelar tais contradições, de forma que nosso objetivo central consiste em analisar as manifestações das contradições dessa relação entre espaço como moradia social e saúde humana, especificamente nos seis condomínios destinados a atender as famílias da Faixa 01 do PMCMV no bairro mencionado, a partir da dimensão do corpo enquanto escala espacial desse processo, uma vez que é a partir do corpo que Geografia e Saúde se aproximam.

É importante ressaltar que consideramos a contradição como uma categoria do método dialético, o qual será utilizado na presente pesquisa. Assim sendo, a contradição não se constitui apenas como forças antagônicas, como também uma unidade existente entre elas, de forma que uma só existe em decorrência da outra, em que gerando um movimento próprio, torna-se uma unidade em movimento. Sendo assim, somente com o conhecimento dessas contradições podemos ter noção da realidade. Portanto, consideramos que somente o método dialético nos permite conhecer a realidade, pois nele há a

categoria da totalidade, onde a realidade consiste em um todo estruturado e orgânico, sendo necessária a compreensão do movimento geral do todo onde o objeto de nossa pesquisa está inserido. Na perspectiva dialética, tais contradições são inerentes ao próprio movimento do capital, que em seu desenvolvimento em espiral abarca todas as dimensões da vida humana. Sendo assim, é preciso considerar em nossa pesquisa o movimento perpétuo e constante, onde a totalidade do processo nunca se finaliza, pelo contrário, incorpora cada vez mais elementos, gerando uma transformação permanente de todas as coisas. Logo, é preciso considerar que nada é absoluto, e sendo a realidade fruto da ação humana, a cada momento histórico há suas leis, verdades e interpretações da realidade.

Diante disso, é preciso questionar em que se constitui a moradia no atual momento histórico, qual o seu significado e sua função social. Mediante a necessidade da implementação de políticas públicas habitacionais, como a atual política nacional de habitação é estruturada? Quais são os desdobramentos dessa política no processo de produção espacial? E, de que forma a produção de moradias sociais tornou-se um campo atrativo para a aplicação de capital?

Em vista disso, o primeiro capítulo tem por objetivo analisar a importância e o papel da moradia em sua atual determinação histórica, ou seja, na atual sociedade capitalista em que vivemos, pois como aponta Marx (2008), há “elementos que pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas” (p. 240). Ou seja, faz-se importante compreender o que é a moradia hoje, enquanto uma determinação particular do nosso tempo, embora também como função de abrigo, seja uma determinação comum a todas as épocas. Objetivamos também nesse capítulo compreender as contradições existentes entre o significado de moradia, bem como sua função social, e a atual política pública nacional de habitação.

Nesse momento, para compreendermos o significado da moradia e sua função na sociedade capitalista, recorreremos às obras de Harvey (2013, 2016), Maricato (1988), Bonduki e Ronilk (1979). Para compreendermos a questão do solo urbano e a relação entre moradia e produção do espaço, buscamos novamente as obras de Harvey acima citadas, bem como Carlos (2011, 2015) e Volochko (2015). Este mesmo autor nos auxiliou no entendimento da valorização imobiliária e sua relação com a produção de moradias sociais, juntamente com Maricato (2018) para compreender os desdobramentos do programa Minha Casa Minha Vida.

No segundo capítulo, objetivamos analisar as manifestações dessas contradições nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará. Busca-se compreender a atual condição do terreno e os riscos à reprodução da vida ali presentes devido às condições das edificações e condições gerais do entorno, considerando principalmente o amianto como um agravante desse risco.

Assim, em que medida a aquisição da moradia através do PMCMV propicia aos moradores a possibilidade de viver em uma moradia que propicie um cotidiano digno? De que forma as contradições da produção de moradia social se manifestam no comprometimento da saúde dos beneficiados pelo Programa em Senador Camará? Em que medida a ausência de dados sobre a atual condição de contaminação do terreno onde os condomínios foram construídos pode revelar a incoerência do discurso de moradia digna da atual política pública de habitação social?

Diante dessas questões, para compreendermos o que é o amianto e sua influência na saúde humana, recorreremos às obras de Castro, Giannasi e Novello (2009), de Araújo (2011) e ao Dossiê Amianto Brasil elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (2010). Para compreendermos a condição do terreno da antiga fábrica *Brasilit* recorreremos aos dados elaborados pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e dialogaremos com Okada Ahmed (2015) para a compreensão dos desdobramentos da reutilização de áreas contaminadas.

Objetivamos também neste trabalho analisar a intrínseca relação entre saúde, corpo e espaço, buscando compreender a aproximação entre Geografia e Saúde, pois alguns questionamentos ao longo da pesquisa se fizeram necessários: em que medida o comprometimento da saúde dos moradores dos condomínios do PMCMV do bairro de Senador Camará poderá acarretar em um comprometimento da prática espacial desses moradores? Em que medida a ausência de dados sobre um quadro de adoecimento da população residente nos seis condomínios do PMCMV no bairro de Senador Camará não significa que essa população se encontra saudável? E, de que maneira os corpos desses moradores pode revelar as contradições da produção do espaço como moradia social?

Diante disso, no terceiro capítulo temos por objetivo analisar o corpo enquanto escala espacial, na qual a manifestação da saúde pode implicar nas práticas espaciais, logo, implica na produção do espaço. Para isso, em primeiro lugar consideramos o corpo como uma escala espacial com base em Smith

(1988, 2000 e 2002) e em Carlos (2004). Recorreremos a autores como Batistella (2007), Caponi (2003), Tambellini e Miranda (2012) para compreendermos a noção de saúde para além da ausência de doenças. Assim como, buscamos em Guimarães (2014, 2015 e 2016) uma compreensão de saúde através de uma abordagem geográfica, da mesma forma para entendermos a aproximação entre Geografia e Saúde.

Sem dúvidas, eis um desafio abordar a saúde humana e a sua relação com a produção de moradias sociais. Contudo, para que possamos atingir nossos objetivos e responder as questões colocadas, tomamos como procedimentos metodológicos, além da revisão bibliográfica, consultas a dados secundários, matérias nas mídias escritas e digitais sobre o programa habitacional analisado na presente pesquisa e trabalhos de campo. Foram realizados dois trabalhos de campo: o primeiro em junho de 2018, quando não tivemos a possibilidade de fotografar a área estudada por questões de segurança, diante da presença do tráfico de drogas; o segundo, em janeiro de 2019, onde conseguimos fotografar algumas situações que acreditamos ser relevantes para a compreensão de nossa empiria. No entanto, o controle do tráfico sobre os condomínios e a vida dos moradores se intensificou, o que acarretou em maior dificuldade de acesso aos condomínios e moradores.

Recentemente, conseguimos contato com uma moradora, que havia morado em um desses condomínios e precisou se mudar. No entanto, retornou para o apartamento. A moradora relatou sobre como tem sido exercido o controle do tráfico na área, a partir da mudança do chefe da facção que domina nos condomínios e no restante do bairro.

Sabemos que a ausência de dados sobre tal temática é grande, assim como a dificuldade de relacionar doenças à presença do amianto, uma vez que tais doenças possuem diferentes causas de origem, o que acaba por dificultar a comprovação da relação direta de algumas doenças crônicas com o amianto, além do período de latência dessas doenças ser extenso. No entanto, por não considerarmos saúde apenas como ausência de doenças, nosso foco não é a comprovação de doenças relacionadas ao amianto na população residente do terreno contaminado, mas sim se a reprodução de suas vidas pode ser afetada por tais condições de moradia.

Os diferentes papéis da moradia na sociedade capitalista e suas contradições

A questão da habitação popular nas cidades brasileiras tem sido objeto de análise para muitos autores ao longo dos anos. Por isso, faz-se importante compreender o significado que a moradia tem nos dias atuais. Sendo assim, neste capítulo objetivamos analisar o papel da moradia na sua atual determinação histórica, assim como compreender as contradições existentes entre sua função social e a atual política pública nacional de habitação. Diante de tais contradições, objetivamos também compreender de que forma a produção de moradias sociais tornou-se um campo atrativo para a aplicação de capital.

De acordo com Rodrigues (2006), para a maioria da população a “casa própria” é mais que um “sonho de consumo”, é elemento fundamental para a sobrevivência mediante as vulnerabilidades do sistema econômico brasileiro. Ou seja, ter a propriedade jurídica da moradia pode ser vista como uma questão de segurança familiar, mediante as incertezas, inclusive do mercado de trabalho. Mais que uma necessidade, a moradia é um direito, inclusive internacional, onde cabe ao Estado o dever de garanti-lo àqueles que não possuem recursos para adquiri-la.

Todavia, o acesso à moradia nem sempre foi pautado na relação de compra e venda. De forma sintética, em uma entrevista ao *RedPepper*⁴, traduzida por *Vila Vudu*, publicada pelo Blog da Editora Boitempo no dia 27 de agosto de 2013, Harvey aponta as transformações que ocorreram na relação homem e moradia ao longo do tempo, e como a moradia tornou-se uma mercadoria:

[...] Houve tempo em que cada um construía a própria casa e a casa não tinha valor de troca. Depois, do século 18 em diante, aparece a construção de casas para especulação – construíam-se sobrados georgianos [reinado do rei George, na Inglaterra] para serem vendidos. E as casas passaram a ser valores de troca para consumidores, como poupança. Se compro uma casa e pago a hipoteca, acabo proprietário da casa. Tenho, pois, um bem, um patrimônio. Assim se gera uma política curiosa – “não no meu quintal”, “não quero ter gente na porta ao lado que não se pareça comigo”. E começa a

⁴*RedPepper* é uma revista e um website do Reino Unido com orientação política de esquerda, publicado bimestralmente. Link da entrevista original: <<https://www.redpepper.org.uk/david-harvey-interview-the-importance-of-postcapitalist-imagination/>>. Acesso em 07 de junho de 2018.

segregação nos mercados imobiliários, porque as pessoas querem proteger o valor de troca dos seus bens. Então, há cerca de 30 anos, as pessoas começaram a usar a moradia como forma de obter ganhos de especulação. Você podia comprar uma casa e “passar adiante” – compra uma casa por £200 mil, depois de um ano consegue £250 mil por ela. Você ganha £50 mil, por que não? O valor de troca passou a ser dominante. [...] Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/a-importancia-da-imaginacao-pos-capitalista-segundo-david-harvey/>> Acesso em 07 jun. 2018.

E desde então, a dominância do valor de troca e a forma de acesso à moradia não é questionada pela população em geral, assim como a elaboração de políticas públicas habitacionais que tem por objetivo legitimar a propriedade como condição de moradia. Dessa forma, percebe-se que o fato de a única maneira de adquirir uma moradia ser através da compra, é algo tão introjetado na nossa sociedade, que é tratado como algo dado, algo “natural”. Escondendo as relações sociais presente nessa construção social, a forma como a moradia e o acesso a ela são tratados, constitui o que Kosik (1969) denomina de *pseudoconcreticidade*.

De acordo com Kosik (1969) a “coisa em si” não se manifesta diretamente ao homem, ou seja, não nos é possível conhecer a essência da coisa, sua manifestação se dá através dos fenômenos. Diante deste aspecto fenomênico da coisa, no trato prático utilitário das mesmas, o homem cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema de noções que capta e fixa esse aspecto fenomênico. Assim, as formas fenomênicas da realidade, que são conjunto de representações ou categorias do “pensamento comum”, se reproduzem de forma imediata na mente daqueles que realizam uma determinada *práxis* histórica. Dessa forma, para o autor, aquilo que ele denomina de *práxis* utilitária imediata e o senso comum, dão condições de o homem familiarizar-se com as coisas e até mesmo manejá-las, mas não permite compreendê-las.

Essa familiaridade com as coisas faz com que se tornem “natural” na vida cotidiana do homem, adquirindo assim intimidade e confiança na aparência superficial da realidade. Sendo assim, este

complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1969, p. 11).

Dessa forma, no mundo da *pseudoconcreticidade*, o fenômeno é considerado como a essência da coisa, desaparecendo a diferença entre eles, ou seja, a maneira como a coisa se manifesta para nós é tida como a essência e não apenas como sua manifestação. Isso impede que a essência da coisa seja apreendida ou até mesmo que a coisa seja questionada, pois se acredita que aquilo que é percebido e vivido é tal como assim se manifesta, já que os fenômenos são produtos da *praxis* cotidiana. Kosik (1969) afirma que o fenômeno indica a essência, ao mesmo tempo em que a esconde.

Dessa forma, podemos dizer que a moradia tal como hoje se apresenta na nossa sociedade é um fenômeno que, ao mesmo tempo em que indica a sua essência, a casa como um bem de uso, o esfumaça através de sua “naturalização” enquanto mecadoria. Esta “naturalização” da moradia como valor de troca constitui uma pseudoconcreticidade.

Para Kosik (1969), vivemos em um mundo de obviedade, a qual não é contestada, e para que possamos sair dessa obviedade e conhecer a coisa, é necessário fazer a decomposição do todo, ou seja, separação entre o fenômeno e a essência. O autor na mesma obra aponta que

“o conhecimento se realiza como a separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, *sem decomposição não há conhecimento* – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo” (p. 14).

Essa decomposição do todo nada mais é do que a distinção entre o mundo das aparências e o mundo da realidade, ou do que Kosik (1969) chama de *praxis* utilitária cotidiana da *praxis* revolucionária da humanidade, de forma que o pensamento pode assim captar a “coisa em si”. Tal distinção só pode ser feita através da dialética. A dialética é “o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘a coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1969, p. 15-16). Assim, a dialética permite a destruição da *pseudoconcreticidade* e atinge a concreticidade, é “ao mesmo tempo um processo no curso sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; [...] por trás do fenômeno, a essência” (p. 16).

Diante disso, para alcançarmos o objetivo central da nossa pesquisa, utilizaremos o método dialético. Uma vez que, considerando que o método está relacionado com a forma como se interpreta o mundo, como se faz a leitura da realidade, podemos dizer que o método “diz respeito às concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosóficas, lógica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento” (HISSA, 2002, p. 159). Assim sendo, acreditamos que o método dialético nos permite compreender melhor a realidade.

Mas, afinal, o que é a realidade? Como a dialética permite conhecê-la? Ciavatta (2014) considera a realidade “não como um sistema estruturado em si mesmo, mas como uma totalidade histórica, socialmente construída” (p. 203). Sendo assim, podemos considerar a realidade como totalidade concreta, isto é, “como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de auto-realização” (Kosik, 1969, p. 35). No entanto, em contraposição a opinião daqueles que concebem a realidade como conjunto de todos os fatos, Kosik (1969) afirma que:

A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo (p. 49-50).

Vemos aqui então, um princípio fundamental da dialética que é a categoria metodológica da totalidade. Para Löwy (2015), a categoria metodológica da totalidade não significa a apreensão da totalidade da realidade pela pesquisa, o que seria impossível tendo em vista que a realidade é inesgotável, contudo, significa a “percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (p. 24). Sendo assim, é preciso ter noção do todo, do movimento geral no qual o objeto de pesquisa está inserido, uma vez que isolá-lo acarreta na privação de seu sentido, de acordo com Lefebvre (1979). Desta forma, o método dialético considera

cada fenômeno no *conjunto* de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é “fenômeno”, aparência ou aparecimento *mais ou menos essencial* [grifo do autor] (LEFEBVRE, 1979, p. 238).

Além de analisar o fenômeno de forma integrada a outros, o método dialético compreende o fenômeno em um movimento constante, constituindo

assim um dos elementos essenciais do método dialético, a categoria do movimento perpétuo (LÖWY, 2015), em que é preciso considerar o próprio movimento do fenômeno a ser estudado e compreender que há movimento entre ele e outros fenômenos. Como diz Lefebvre (1979), sem movimento não se pode dizer que há dialética.

No entanto, estes movimentos não são uma constante, no sentido de que são sempre os mesmos movimentos, mas englobam diferentes elementos, havendo então, uma transformação permanente de todas as coisas. Assim, nada é fixo, eterno, absoluto, mas está em constante transformação, tudo está sujeito ao fluxo da história. Löwy (2015, p. 22-23) nos apresenta que:

Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário.

Desta maneira, “uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade, têm que ser vistas na sua limitação histórica” (LÖWY, 2015, p. 23), ou seja, é preciso considerar a prática social.

Compreendemos, também, que o método dialético possui como elemento fundamental a contradição, e que ao fazermos uma análise dialética sempre fazemos uma análise de contradições internas da realidade (Löwy, 2015). No entanto, no método dialético não buscamos apenas identificar as contradições, mas sim, entender a unidade e o movimento que as formam e que se formam a partir delas. Dessa forma, “*o método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera*” [grifo do autor] (LEFEBVRE, 1979, p. 238).

Para Harvey (2016), uma contradição pode ser entendida como duas forças aparentemente contrárias, contudo, presentes ao mesmo tempo em determinada situação ou processo, em um movimento próprio. Tais forças só existem devido às forças contrárias ou opostas. Lefebvre (1979) corrobora ao indicar que:

“Contradição” não significa absurdo. “Ser” e “nada” não são misturados, ou infinitamente destruídos um pelo outro. Descobrir um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro, ou esquecê-lo, ou pô-lo de lado. Ao contrário, significa descobrir um complemento de determinação. A relação entre dois termos contraditórios é descoberta como algo preciso: cada um é aquele que nega o outro; e isso faz parte dele mesmo. Essa é sua ação, sua realidade concreta [grifo do autor] (p. 178).

Nesse sentido, podemos dizer que ocorre uma retroalimentação (em certo sentido) em que uma só existe em decorrência da outra. Sendo assim, há uma tensão dialética que gera um movimento entre as contradições, de forma que tal movimento acarreta em uma unidade das mesmas. Dessa maneira, “a contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro” (LEFEBVRE, 1979, p. 238), formando assim uma unidade em movimento.

No entanto, nem sempre as oposições são bem definidas, o que muitas vezes, faz com que as contradições tornem-se mais difíceis de serem reveladas, como por exemplo, a contradição entre a realidade e a aparência do mundo que vivemos, a qual segundo Harvey (2016) é a mais importante dentre as outras contradições e que segundo Marx (2008) há aparências superficiais que escondem realidades subjacentes. Dessa forma, para compreender a realidade é necessário ter noção dessa contradição, ter noção de que aquilo que vemos é apenas aparência que, muitas vezes, esconde a realidade. E somente o método dialético permite compreender a realidade, uma vez que permite entender que aquilo que a nós se apresenta não é a realidade, mas sim, a manifestação da mesma. Dessa forma, “devemos tirar a máscara que esconde aquilo que realmente acontece por trás dessa confusão de aparências superficiais e em geral mistificadoras” (HARVEY, 2016, p. 18). Acreditamos que o método dialético nos permite retirar essa máscara.

Podemos dizer também que no método dialético há um movimento em espiral, ou, como denomina Lefebvre (1979), desenvolvimento em espiral, onde para o autor no devir da sociedade há um movimento “em espiral”, de forma que ocorre “o retorno acima do superado para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível libertando-o de seus limites (de sua unilateralidade)” (p. 240). Percebemos, portanto, que no método dialético os fenômenos estudados estão em movimento perpétuo de superação das contradições. Logo, não são processos finalizados e acabados, mas sim em constante devir.

Sendo assim, pode-se afirmar que a dialética é movimento, cujos elementos constituem a análise do movimento. Dessa forma, em alguns

momentos da análise há mais ênfase em determinado elemento do movimento, em outros momentos, outros. Como aponta Lefebvre (1979, p. 240):

O acento pode ser colocado, alternadamente, sobre essa ou aquela lei. Em certos casos, a lei da contradição parecerá mais essencial, pois na contradição encontra-se a raiz, o fundamento de todo movimento. Mas as próprias contradições, em certo sentido, resultam de um movimento profundo, que as condiciona e as atravessa! E, nesse sentido, o acento será colocado sobre a lei da conexão, da interdependência universal. Ou, ainda, se se estuda uma metamorfose ou uma crise, a lei dos saltos passará ao primeiro plano. Pouco importa. Os aspectos do devir são *igualmente objetivos* e indissoluvelmente ligados no próprio devir [grifo do autor].

Podemos ver essa questão da ênfase em determinado elemento da dialética na obra *17 contradições e o fim do capitalismo* de David Harvey, onde o autor analisa as contradições do capital. No capitalismo, muitas contradições são geradas pelo próprio capital. Harvey (2016) nos sinaliza para o fato de que tais contradições são fundamentais para a existência do mesmo. No entanto, quando há uma forte compressão e intensificação dessas contradições, momentos de crise são gerados para o seu reajuste. São nesses períodos de crise que as mudanças e inovações acontecem, podendo ser positivas ou não. O autor também alerta para o fato de que não necessariamente as contradições são negativas, assim como as resoluções nem sempre acontecem, mas sim as contradições são deslocadas a fim de serem superadas.

É importante ressaltar que, embora se possa dar maior ênfase em determinada categoria metodológica, as outras categorias metodológicas devem estar incluídas na análise, sendo errônea a utilização apenas de uma, tendo em vista que o método dialético é composto por todas as categorias abordadas até então. Harvey, na obra acima mencionada, é um exemplo de que dar ênfase a uma categoria metodológica não significa a exclusão das outras, pois em toda a sua obra as outras categorias do método dialético estão presentes. O autor se utiliza da concepção dialética da contradição para conduzir sua análise. Do mesmo modo buscaremos elaborar nossa pesquisa, ao analisarmos as contradições entre produção do espaço e saúde a partir da concepção dialética de contradição.

Compreendemos, portanto, que o método dialético nos possibilita apreender as contradições presentes na realidade, de maneira que possamos apreender a coisa em si, a essência, e não apenas a aparência ou manifestação da realidade. Possibilita-nos também, apreender o movimento que gera as

contradições e os que são gerados por elas, de forma a compreender mais profundamente o real.

2.1.

A produção capitalista do espaço e a questão da moradia

É indiscutível a importância da moradia para a vida das pessoas. Para além de formas e construções, a moradia se constitui como o espaço de refúgio, de abrigo, de segurança. É também o espaço do convívio e da memória, de permanências, torna-se assim, “o ponto de referência de um sujeito corpóreo no mundo”, além de ser “a continuidade do sujeito tanto biológica quanto simbolicamente” (GONÇALVES, 2014, p. 85). Enfim, a moradia é o espaço da realização e da reprodução da vida, parte constituinte do espaço do habitar.

Carlos (2001) ao definir o ato de habitar, afirma que:

O habitar implica um conjunto de ações que articula vários planos e escalas espaciais (o público e o privado; o local e o global) que envolvem a vida, realizada pela mediação do outro, imerso em uma teia de relações que constrói uma história particular, que é também uma história coletiva, em que se insere e ganha significado a história particular de cada um. Isto é, a articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária à constituição do sujeito coletivo, como à constituição da vida (p. 219).

Aqui, pode-se perceber que o ato de habitar vai além das delimitações físicas de uma moradia, envolvendo um determinado espaço físico, espaço concreto dos gestos e do corpo, mas também relações com outros espaços, com outras formas espaciais, que ganham sentido através da própria reprodução da vida.

O espaço do habitar envolve a produção das formas espaciais. Nele, espaço e tempo se encontram, criando identidades e memórias, que se concretizam nas formas espaciais e nos modos de percebê-las, de vivenciá-las na vida cotidiana, seja a casa ou apartamento, seja a rua, as áreas de lazer, o emprego, gerando um conjunto de múltiplos significados. Dessa forma, o espaço do habitar é o espaço da produção da vida através da apropriação desses diferentes espaços pelos corpos e seus sentidos, a partir das relações que ali se estabelecem e se concretizam, pois o homem se relaciona com o mundo a partir de um ponto o qual o homem se reconhece e a partir de onde se relaciona com o outro, em um emaranhado de relações. Este ponto de referência e reconhecimento é o espaço do habitar. Assim sendo, podemos dizer que o

habitar é o processo de apropriação do mundo pelo homem, através da realização da própria vida. Ou seja, é “o uso dos lugares da realização da vida, através do corpo (o próprio corpo como extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos” (CARLOS, 2011, p. 56).

Lefebvre (1999) ao fazer distinções dos níveis e dimensões que dependem o fenômeno urbano, abordando o nível *privado*, considera que há um movimento dialético entre o *habitar* e o *habitat*. Enquanto que o habitar é uma prática milenar, que, mesmo insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, permanecia como concreta, ao ser subjugado ao habitat, deteriorou-se fortemente. O autor faz críticas fortes ao pensamento urbanístico que colocou de lado o habitar, limitando o ser humano ao habitat, como se segue:

No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconscientemente *redutor*, pôs de lado e literalmente entre parênteses, o *habitar*. Ele concebeu o *habitat*, função simplificada, restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se. Nem ao menos se pode dizer que os atos funcionais elementares sejam animais. A animalidade tem uma espontaneidade mais complexa [grifo do autor](1999, p. 80).

Dessa forma, o ato de habitar se distingue do ato de morar; o habitar difere do habitat; o habitante difere do morador. Quando a moradia se destitui do seu valor de uso e lhe é sobreposto seu valor de troca, ou seja, a moradia passa a se sobressair como uma mercadoria, uma propriedade privada, o habitar perde seu sentido, e a moradia tem seu fim apenas utilitário. Carlos (2001) afirma que:

Quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, quando os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mera mercadoria, passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do desenvolvimento econômico da cidade), então a atividade humana do habitar, do estar com o outro, do reconhecer-se neste lugar e não no outro, reduz-se a uma finalidade utilitária. Nesse caso, inaugura-se “condição inumana”, momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria. Assim, o uso é reduzido, no mundo moderno, à propriedade privada, ao império da troca, em um processo em que o espaço se reproduz como mercadoria cambiável, delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e pela amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano (p. 220).

Diante desse processo, o habitar torna-se então, ato de morar, cabendo ao habitante ser um usuário daquele espaço. A moradia se transforma em um aparato tecnológico capaz de abrigar o ser humano, onde naquele espaço ele

pode realizar suas necessidades enquanto mero ser biológico (comer, beber, dormir etc.), ou seja, se transforma em um habitat, “obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 1979, p. 81). Logo, lugar onde ele pratica as atividades necessárias para se reproduzir enquanto força de trabalho.

De acordo com Harvey (2016), nesse processo de acumulação capitalista, a moradia passa a ser construída especulativamente, ou seja, ao invés do valor de uso ser o objetivo primário da construção de moradias, o valor de troca é quem assume a provisão habitacional. Dessa forma, a moradia adquire um preço altíssimo dificultando que a população de baixa renda consiga obtê-la. Em caráter de propriedade privada, o direito jurídico de posse sobre a moradia traz a segurança de, sendo proprietário legal da habitação, usufruir de um direito que em certa medida deveria ser de todos. Sendo assim, passamos de usador da moradia para ser usuário da mesma, transpondo-se do ato de habitar para o ato de morar (CARLOS, 2001).

Ser usador significa se apropriar da casa no sentido do habitar, está ligado (extremamente) ao uso do espaço e da cidade, a partir da casa, e às relações sociais que se constituem a partir do vivido na cotidianidade. Observa-se que, o habitar está relacionado ao cotidiano, à vida do homem inteiro, com seu corpo, seus sentidos, suas relações inter-pessoais e sociais, à prática da vida como um todo. Para Lefebvre, é no cotidiano que ocorre o confronto entre uso e troca, tornando o cotidiano abstrato e concreto ao mesmo tempo, sendo construído a partir do vivido (SEABRA, 1996). O cotidiano é, então, uma mediação entre o econômico e o político, sendo uma objetivação de estratégias do Estado para a gestão total da sociedade. Podemos dizer que o cotidiano é a mediação entre o concebido e o vivido, onde as lutas pelo uso acontecem. Logo,

o cotidiano se liga às particularidades da reprodução biológica, dos resíduos irreduzíveis não capturados no plano do concebido, sendo o lugar das carências, dos desejos, dos comportamentos, das esperanças e desesperanças, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos velhos... (SEABRA, 1996, p. 77).

É no cotidiano que o usador vive o espaço, espaço esse que deve ser entendido como processo e, ao mesmo tempo, produto de inter-relações, sendo construído através de interações, que vão desde “a imensidão do global até o intimamente pequeno” (MASSEY, 2008, p. 29), como por exemplo, a própria casa, e assim aberto e múltiplo. Essa é a primeira das três proposições que

Massey faz em relação ao espaço. Pensar o espaço como produto de inter-relações, permite-nos compreender a dimensão relacional do mundo.

A segunda proposição é o espaço “como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade” (p. 29). Logo, o espaço é múltiplo, tal como as relações sociais e as interações são. Sendo assim, espaço e multiplicidade são co-constitutivos, ou seja, sem espaço, não há multiplicidade, da mesma forma que, sem multiplicidade não há espaço, pois “se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade” (p. 29). Assim, reconhecer a multiplicidade e a heterogeneidade é reconhecer a espacialidade. Vemos, então, uma ligação direta entre cotidianidade e espacialidade, pois a heterogeneidade de uma implica diretamente na heterogeneidade da outra.

Como o espaço é produto de inter-relações e múltiplo, ele é aberto, ou seja, está em processo de construção constante, o que constitui a terceira proposição. Dessa forma, seria um equívoco pensar o espaço como um conceito fechado e acabado, pois se ele é múltiplo, há sempre conexões para serem feitas, relações a serem realizadas ou não. Assim, o espaço está aberto ao futuro, ao “devir”. E para que o futuro seja aberto, é necessário que o espaço assim o seja. Portanto, Massey (2008) afirma que:

Aqui, então, o espaço é, sem dúvida, um produto de relações (primeira proposição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda proposição). No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros (p. 32).

Para haver essas relações que produzem o espaço, fazem-se necessário que o espaço seja aberto, aberto para novas conexões, processo dialético propiciador de novas práticas espaciais, para a criação de novas representações. Ao mesmo tempo, o espaço já produzido é que dá suporte e permite a construção do novo, do *devir*. Assim, percebemos uma relação dialética entre espaço como produto e como produtor. Sendo assim, podemos afirmar que a produção do espaço é inerente à produção da vida.

Carlos (2011) afirma que o espaço, enquanto objeto da ciência geográfica, evidencia-se em suas dimensões: a material, o espaço se referindo à sua dimensão objetiva, à sua dimensão física. Nesta dimensão, o espaço é localização, é suporte para as relações sociais, sejam de produção e/ou

propriedade. Nesse momento, o espaço aponta “uma realidade objetiva envolvida pela norma que organiza e orienta a vida, além de ser diretamente o vivido, o corpo, os sentidos, a palavra” (p. 73). A dimensão concreta significa o espaço se evidenciando na sociedade produzindo e se reproduzindo toma consciência da sua produção. Carlos (2011) aponta que esta dimensão significa que “a objetividade (não absolutizada) revela-se em sua dialética com a subjetividade” (p. 73). Já a terceira dimensão se trata do plano conceitual, onde o conhecimento e a análise acarretam categorias novas, como o uso, apropriação, corpo, cotidiano, entre outras. Surgem também os movimentos, ou momentos de passagem: da produção à sua reprodução; das contradições no espaço às contradições do espaço; do consumo no espaço para o consumo do espaço; da prioridade da venda dos terrenos urbanos da cidade para a venda da cidade. Essas são, pois, as dimensões que o espaço se ressalta. Entendemos, portanto, o espaço como processo e movimento, e por isso um conceito aberto que se manifesta nessas dimensões.

Portanto, pode-se compreender o espaço como um movimento dialético que faz dele condição, meio e produto da ação humana (CARLOS, 2011), ou seja, as relações sociais se materializam, tornam-se concretas, se realizando enquanto relações espaciais. O homem se realiza numa relação espaço-temporal, construindo um mundo real e concreto. Assim, as relações sociais ganham concretude no espaço, nos lugares onde a vida humana se realiza em um determinado tempo. Portanto, a existência humana é espacial, logo, o espaço se assume como condição da existência humana, uma vez que todas as relações sociais se realizam em um espaço real e concreto. Isso significa dizer que nenhuma sociedade é a-espacial, da mesma forma que não é a-histórica. A produção do espaço é imanente à produção da própria civilização.

Ao longo da história da civilização, o homem transforma a natureza em uma segunda natureza, através da atividade do trabalho, consistindo em um processo de humanização do homem. O processo de apropriação e dominação da natureza física e a natureza do próprio homem tornaram as necessidades do homem mais complexas, assim como os meios para satisfazê-las. Nesse movimento de produção da própria existência, é produzido o espaço. Dessa forma, “o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação” (CARLOS, 2011, p. 40-1). Sendo assim, percebe-se o espaço como produto desse ato de produção da vida, da práxis humana.

Com o capitalismo, essa produção adquire outras dimensões, diferente dos momentos históricos anteriores, passando a acontecer sob novas lógicas. Assim, o espaço se transforma em condição, meio e produto da realização do capital, ou melhor, da reprodução das relações capitalistas de produção, inclusive, o espaço se transforma em força produtiva, ou seja, o espaço se tornou instrumental para o processo de acumulação do capital.

A partir do surgimento das relações capitalistas, especialmente com o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, todos os componentes da reprodução da força de trabalho são mercadificados, ou seja, se transformam em mercadoria. Com isso, a moradia também é mercadificada, e a partir do momento em que a moradia torna-se mercadoria, o usador se torna em usuário desse espaço. Podemos dizer então, que a moradia enquanto mercadoria tornou-se condição, meio e produto da reprodução da força de trabalho?

Ao tornar-se uma mercadoria, a produção de moradias é assumida pela lógica capitalista que objetiva, sobretudo, a acumulação. Dessa forma, o valor de uso e valor de troca das moradias podem se transformar em uma contradição capaz de produzir uma crise além da sua própria produção (HARVEY, 2016). Sendo assim, a habitação no capitalismo tornou-se campo de interesse de aplicação de capital, constituindo o setor imobiliário importante fluxo no processo de acumulação. A mercadificação da moradia está intrinsecamente ligada ao processo de mercadificação do espaço ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Lefebvre (1999) chama a atenção para a necessidade de se compreender a própria produção do espaço como uma mercadoria específica, como o espaço inteiro adentra a produção como um produto, passível de ser comprado e vendido, como por exemplo, a própria cidade. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria, ou seja, transforma-se em valor de troca, ao mesmo tempo em que o vivido lhe dá o caráter de valor de uso. Sendo assim, há a generalização da produção do espaço sob a determinação do mundo da mercadoria. Já Carlos (2015) atenta para os dois níveis em que a produção do espaço como mercadoria se efetua. O primeiro, através da produção da habitação, enquanto mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem a qual a função de moradia não se realiza. O segundo, através da produção da própria cidade por meio do trabalho social presente e acumulado ao longo da história.

No nível da produção da habitação, a mercadificação do espaço e, conseqüentemente, na mercadificação do próprio espaço destinado a habitar,

afetou a população de baixa renda de duas formas. Em linhas gerais, ao espaço se tornar uma mercadoria, as parcelas do espaço destinadas à habitação assim o é, logo, para se obter uma moradia é necessário pagar por ela, somente comprando ou alugando determinado espaço é que se pode habitá-lo “legalmente”. Sendo assim, diante das dificuldades em adquirir uma moradia, a ocupação irregular foi a solução encontrada para grande maioria da população de baixa renda.

A outra forma que a população de baixa renda foi e é afetada pela mercadificação da moradia, diz respeito à própria política pública habitacional, que lhe destina áreas da cidade com o solo urbano mais barato por conta dos baixos investimentos do Estado e serviços públicos precários, portanto áreas menos valorizadas, mediante a hiper valorização de determinados espaços da cidade devido aos altos investimentos do Estado por serem áreas de alto interesse do capital.

Isso acontece devido ao processo que Harvey (2016) chama de desenvolvimentos geográficos desiguais. Para o autor, há um mosaico de desenvolvimento geográfico desigual, constituído por economias regionais, o qual faz parte do próprio movimento do capital. No interior desse mosaico, as regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres. Isso acontece devido ao seguinte mecanismo:

Regiões avançadas atraem novas atividades pela vitalidade de seus mercados, pela força de sua infraestrutura física e social e pela facilidade com que proporcionam mão de obra e meios necessários para a produção. Dispõem de recursos (na forma de uma base tributária crescente) para investir em infraestrutura física e social (como educação pública), o que atrai mais trabalho e capital. Rotas de transporte centradas na região são criadas porque é ali que está o tráfego. Como consequência, mais capital é atraído. Em compensação, outras regiões carecem de serviços ou perdem cada vez mais atividades. Elas entram numa espiral descendente de depressão e decadência. O resultado são concentrações regionais desiguais de riqueza, poder e influência (HARVEY, 2016, p. 142).

A lógica da produção capitalista produz desenvolvimentos geográficos desiguais uma vez que o capital, para garantir o crescimento de sua taxa de lucro, cria novos espaços favoráveis para a sua expansão tornando-o dinâmico, não sucumbindo à tendência de queda da taxa de lucro intrínseca a esse movimento. Isso possibilita os ajustes que o capital realiza para garantir sua expansão perpétua.

Dessa forma, tais ajustes se dão na reorganização do espaço para que as novas necessidades do capital possam ser atendidas, construindo “uma geografia à sua própria imagem e semelhança” (HARVEY, 2011, p. 80). Assim, o capital produz um espaço que tenha infraestrutura e organização territoriais que facilitem sua acumulação em determinada fase de sua história. Nesse processo contínuo, em um momento posterior, diante de suas novas necessidades, tal espaço produzido se desconstrói e novas configurações são realizadas para que uma maior acumulação do capital possa acontecer em sua nova fase.

Para Harvey (2016), acima de tudo, os desenvolvimentos geográficos desiguais servem para deslocar as falhas sistêmicas do próprio capital de um lugar para o outro. Percebe-se isso no que tange à produção da habitação social. Há décadas, as políticas públicas habitacionais têm destinado a população de baixa renda para regiões mais pobres, menos valorizadas, a partir de uma política de valorização das áreas que originalmente habitavam. A concentração da pobreza em determinados lugares da cidade, o crescimento das ocupações irregulares, a violência urbana, dentre outros problemas sociais, são resultados do próprio movimento do capital para a sua reprodução. Por sua vez, da mesma forma que as aglomerações urbanas propiciam condições para o capital se reproduzir, pode constituir, contraditoriamente, entraves a sua reprodução.

Cabe, então, ao Estado intervir para que as novas condições e exigências para a reprodução do capital possam ser atendidas. A produção de habitações sociais tem sido uma das inúmeras formas que o Estado utiliza para propiciar áreas favoráveis para a expansão do capital. Inúmeros foram os momentos em que, sob o discurso da modernização e do progresso ou sob o discurso do risco, as habitações sociais serviram para remover a população de baixa renda das áreas de interesse para o capital, ora para retirar a população de baixa renda - uma vez que as ocupações irregulares desvalorizam as áreas ao seu redor -, ora como novas possibilidades para sua expansão, tornando evidente que a produção de moradias sociais sempre andou lado a lado com o capital.

A produção capitalista do espaço repercute em outro aspecto que torna a moradia uma mercadoria especial, além de sua fundamental importância para a reprodução da força de trabalho: o fato de comprar uma moradia significa comprar uma parcela do espaço, contudo não um espaço qualquer, mas sim, um espaço urbanizado. Em um primeiro momento, ao falarmos da compra de uma parcela do espaço, estamos falando da compra de uma parcela de solo urbano,

de um solo “servido das condições que tornam viável a moradia na cidade – infraestrutura, serviços públicos e equipamentos, entre outros” (MARICATO, 1988, p. 02), as denominadas “externalidades” que orientam o mercado habitacional. A presença, e, sobretudo, a qualidade dessas infraestruturas e serviços públicos, criam um agregado de valor ao solo urbano, gerando um preço altíssimo a tais parcelas que o compõem. Em contrapartida, a deficiência dessas condições diminui o preço, tornando parcelas do solo urbano mais baratas, e consequentemente mais acessíveis à população de baixa renda.

Tais condições estão ligadas ao que Volochko (2015) denomina de processos socioespaciais complexos. Para o autor, a valorização do solo urbano e dos imóveis está ligada a múltiplos elementos sociais, dentre os quais a localização tem um papel importante. O primeiro processo e mais central que está na base do aumento dos preços é a mudança do uso do solo. Dessa forma,

Se antes a terra possuía um valor de uso ligado muitas vezes à especulação – ou ligado a outras atividades, como a industrial -, a incorporação efetiva do trabalho humano que se materializa na edificação dos novos imóveis e suas ligações com o restante do espaço urbano – conexão à rede elétrica, viária, de saneamento, ao comércio, às centralidades diversas etc. – permite realizar um salto qualitativo em termos do valor de uso que socializa as positivities do urbano. Essa valorização fundiária ligada à mudança de uso do solo e que estabelece um valor de uso potencializado faz com que no mercado fundiário esse solo apresente um valor de troca elevado relativamente a outros terrenos que não possuem essas articulações às infraestruturas e equipamentos urbanos. O preço do solo, assim, se eleva (VOLOCHKO, 2015, p. 115).

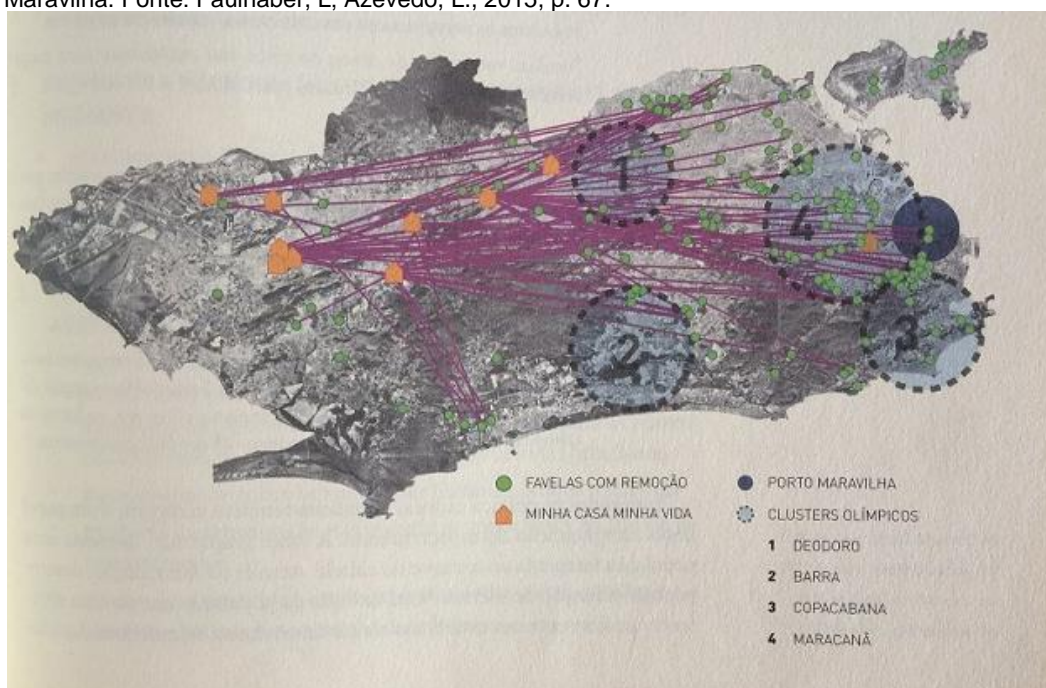
Sendo assim, a valorização imobiliária está intrinsecamente ligada à valorização fundiária. E ambas, necessitam de uma valorização estatista, ou seja, do Estado participando com investimentos públicos – infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos - para que assim ocorra a valorização do espaço. Sendo assim, Volochko (2015) afirma que as valorizações fundiária e imobiliária, juntamente com a valorização estatista entrariam como condição, meio e produto do processo de valorização do espaço.

Pode-se dizer que essas valorizações são, muitas vezes, decorrentes dos alinhamentos entre capital e Estado que estabelecem áreas de interesse do capital com ações cujo custo de vida se eleva, levando a população de baixa renda a sair desses locais para habitarem outro local mais barato para se viver, ou por meio de uma intervenção mais violenta, com remoções realocando as famílias em outras áreas da cidade. Segundo uma reportagem do Jornal O

Globo versão *Online*⁵, do dia 17 de julho de 2017, baseado em um levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos, ocorreu um aumento de 46,12 milhões de metros quadrados nas áreas de favelas na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2012 e 2016.

Neste período ocorreram diversas intervenções estatais para a realização dos Megaeventos esportivos – a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016 -, em áreas de especial interesse do capital. Além disso, ocorreu também neste período a Operação Urbana Porto Maravilha, um alinhamento entre Estado e capital financeiro, trazendo drásticas mudanças na vida das famílias que habitavam as áreas centrais próximas ao porto. Tais intervenções levaram a um grande número de remoções, sendo o Programa Minha Casa Minha Vida utilizado como política de reassentamento dessas famílias, como mostra o Mapa 02, onde as famílias removidas das áreas onde havia forte interesse do capital foram realocadas nesses condomínios.

Mapa 02: Realocamento das famílias removidas das áreas dos Clusters Olímpicos e Porto Maravilha. Fonte: Faulhaber, L; Azevedo, L., 2015, p. 67.



Podemos então dizer que a valorização do solo urbano é conduzida de acordo com os interesses capitalistas, que em um determinado momento valoriza uma parcela do espaço, enquanto que em outro esta mesma parcela pode ser passível de desvalorização, diminuindo a qualidade da infraestrutura,

⁵ Reportagem disponível no link: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-quatro-anos-de-queda-favelas-voltam-crescer-no-rio-de-janeiro-21596827>. Acesso em 02 de junho de 2018.

serviços e equipamentos urbanos e por consequência, caindo o preço do solo urbano. Essa produção desigual do espaço se dá pelo fato de estar associado à produção capitalista. Por isso, é preciso compreender de que forma o solo urbano é valorizado e porque esse processo de valorização do solo urbano acontece desigualmente, trazendo desdobramentos para a questão das moradias sociais.

Para Carlos (2011), o solo urbano “é condição e produto social, determinada no âmbito do processo constitutivo da cidade, como momento da produção do espaço” (p. 99). No mundo moderno, a cidade pode ser entendida como obra e mercadoria. Obra enquanto produção histórica da humanidade, e mercadoria, sendo subjugada à lei do capital, assumindo uma função econômica, “a de ser fonte/receptáculo de investimento (capital fixo) e geradora de lucro (força de trabalho)” (p.99). Dessa maneira, a cidade se torna produto do desenvolvimento do trabalho social sobre a base de produção de mercadorias, e ao mesmo tempo, torna-se produto mercantil, o que acarreta em uma contradição: a cidade como espaço produtivo, logo, gerador de valor, e a cidade como espaço improdutivo, no sentido de possibilitar diferentes usos sem mediações do mercado.

Por isso, o solo urbano é condição e produto social, pois retrata a produção histórica da cidade e de todo o trabalho produzido, enquanto um dos componentes da própria produção, sendo expressão do trabalho acabado, impresso na morfologia da cidade. Portanto:

É a forma econômica da propriedade de uma parcela desse espaço social diretamente associado à produção do valor, o que significa que a propriedade do solo urbano como monopólio permite não só a realização do valor de um fragmento, mas também a apropriação do conjunto do trabalho que se sintetiza na produção da cidade (provenientes do capital fixo incorporado ao seu espaço físico, em sua totalidade, como movimento intrínseco a sua produção histórica) (CARLOS, 2011, p.99).

Nesse sentido, Carlos (2011) afirma que a posse de determinada parcela do solo urbano implica questões bem específicas: 1) a posse de uma parcela da cidade indica não apenas condição para a produção, enquanto consumo produtivo, mas ao mesmo tempo para a sua realização, e simultaneamente, indica condição do uso para a vida humana; 2) a apropriação de uma porção significa a realização da mais-valia global contida na cidade, em sua totalidade; 3) gera a redefinição de outra classe, a de dono do solo urbano, com outros interesses que o coloca em posição diferenciada no processo produtivo; 4) a

valorização do capital se refere mais ao conjunto dos lugares da cidade do que à inversão de capital em uma determinada parcela. Isso nos aponta para a questão de que a própria cidade se constitui como força produtiva; 5) em contrapartida, a desvalorização do capital não está exclusivamente ligada à obsolescência de uma aplicação direta a uma parcela de solo urbano, levando a sua deterioração, mas sim pela sua localização no conjunto da cidade, como por exemplo, algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro serem desvalorizadas frente a outras com maior investimento do capital financeiro, juntamente com ações do Estado. Dessa forma, percebe-se que a valorização de um fragmento de solo urbano envolve-se em um processo mais amplo, no que diz respeito à produção da cidade.

Nesse sentido, o solo urbano adquire um valor como resultado de sua incorporação à cidade possuindo um valor diferenciado, pois “representa o acúmulo desigual de trabalho social no espaço – infraestruturas, espaços de consumo e lazer, equipamentos urbanos como hospitais, escolas etc.” (VOLOCHKO, 2015, p. 100). Sendo assim, entende-se que a valorização do solo urbano integra uma lógica global, que se concretiza no local.

Sendo assim, para Carlos (2011), “se o processo de homogeneização vincula-se à construção do espaço enquanto mercadoria, a fragmentação se liga à existência no espaço da propriedade privada” (p. 83). Portanto, o acesso ao espaço da cidade está cada vez mais submetido ao mercado e a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com a autora, para o capital a materialidade do espaço consiste no suporte do valor de troca, e através da extensão do processo de urbanização é criado como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado em uma morfologia diferenciada socialmente. Já para a sociedade, o espaço é predominantemente a possibilidade da realização da vida através do uso. Dessa forma, no capitalismo,

O espaço produzido como mercadoria, totaliza e subsume as relações sociais, orienta a apropriação, pois institui a relação público/privado, o dentro e o fora, delimitando e organizando a vida, constituindo-a na articulação entre formas de apropriação diferenciadas e totalizadoras das histórias particulares/coletivas (CARLOS, 2015, p. 50).

É desse processo, da mercadificação do espaço, que ocorre “a extrema desigualdade que se efetua na fragmentação dos lugares submetidos à

apropriação privada, bem como ao acesso delimitado pela hierarquização dos usos no espaço” (CARLOS, 2015, p. 50). Assim, essa desigualdade, sobre a qual se assenta a sociedade de classes, gera “acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole, em sua totalidade, a partir da aquisição da moradia” (p. 50).

Dessa forma, podemos dizer que é da mercadificação do espaço que resulta a segregação espacial na cidade, uma vez que, aquisição de uma moradia implica na apropriação privada de uma parcela de solo urbano, de um espaço como produto de trabalho social, que mediante a sua valorização ou desvalorização, condiciona o perfil econômico da população residente, como podemos perceber ao analisar os Gráficos 01 e 02, publicados pelo Jornal O Globo, no dia 10 de janeiro de 2018, que apontam o preço do metro quadrado dos bairros mais caros e mais baratos da cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos.

Gráfico 01: Preço do metro quadrado dos bairros mais caros da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2017. Fonte: Jornal O Globo. Acesso em: 15 jun. 2018.

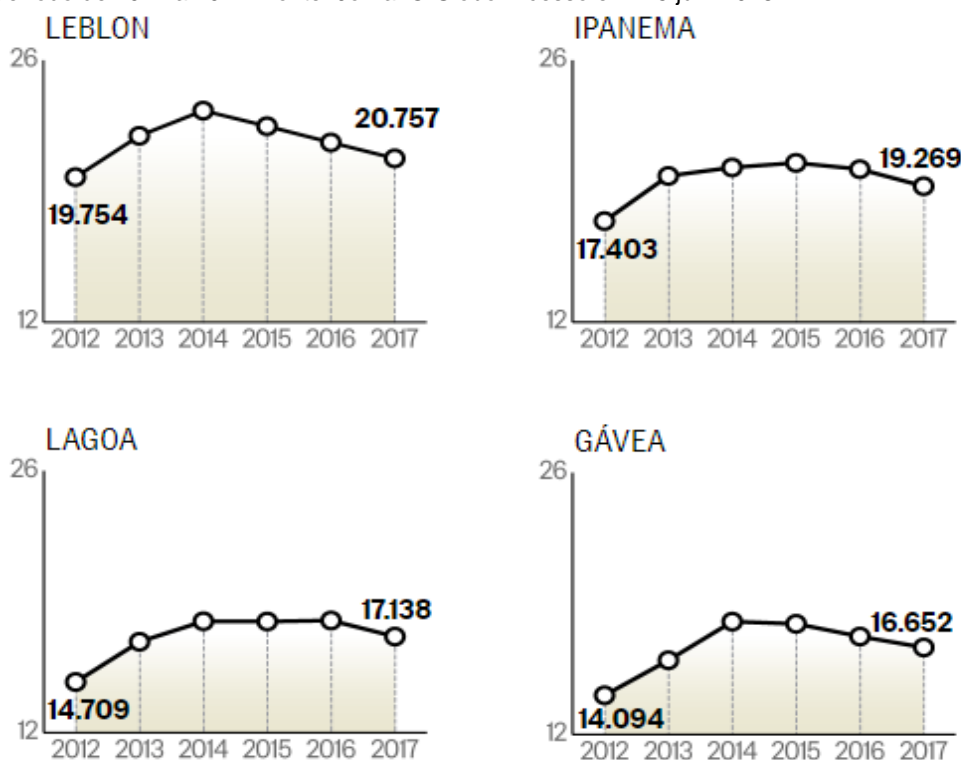
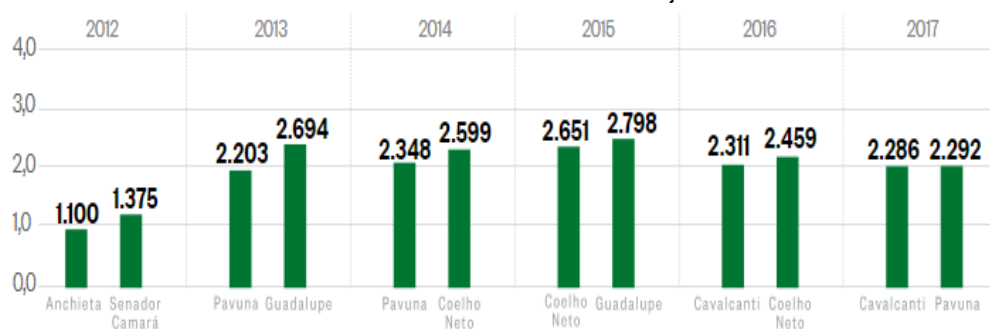


Gráfico 02: Preço do metro quadrado dos bairros mais baratos da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2017. Fonte: Jornal O Globo. Acesso em: 15 jun. 2018.



A apropriação privada do solo urbano acaba por delimitar cada vez mais o acesso das pessoas ao espaço da cidade, e de modo especial os espaços direcionados a moradias, sobretudo, as destinadas à população de baixa renda. O Gráfico 01 indica os bairros mais nobres, logo com maior infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos que garantem uma boa qualidade de vida, portanto com alto valor do solo, mesmo quando apresentam uma relativa queda nos preços do metro quadrado em 2017. Essa queda é decorrente do movimento gerado pela realização da Copa do Mundo que levou a diminuição dos preços do solo urbano, de uma maneira geral, na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, a aquisição de uma moradia, de forma legal e regulamentada pelo Estado nesses bairros pela população de baixa renda se torna quase impossível.

Nesse sentido, percebemos uma contradição, pois, na medida em que aumenta a valorização do solo urbano, o acesso à habitação, entendida como bem de uso e espaço da reprodução da vida, submetida a tais condições, se restringe cada vez mais àqueles que podem arcar com os custos de morar em solo urbano valorizado, cabendo à população mais pobre morar em áreas cada vez mais desvalorizadas como as que são apresentadas no Gráfico 02, que acompanhando o movimento geral que estava ocorrendo na cidade decorrente dos Megaeventos esportivos, também obtiveram queda nos preços do metro quadrado e somado a crescente violência nessas áreas da cidade, levando a uma desvalorização significativa de bairros, como Coelho Neto, Guadalupe e Pavuna.

Com isso, percebemos que o abrigo, necessidade de todos os seres humanos, fica submetido às leis do mercado, não tendo o seu valor de uso como prioritário, diante da sobreposição do valor de troca ao valor de uso, característica marcante da sociedade capitalista.

A partir dessa contradição, revela-se a intensificação da segregação na cidade, e o papel do Estado ganha ainda mais importância. O Estado, através do seu monopólio do uso legítimo da violência, tem como papel fundamental assegurar o direito à propriedade privada, podendo intervir no reordenamento da cidade na medida em que pode desapropriar, remover, definir novos usos, criando infraestruturas e condições para a acumulação do capital, particularmente para o setor imobiliário.

De acordo com Harvey (2016), a propriedade privada é o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo. Sendo assim, os direitos de propriedade privada “pressupõem um elo social entre o que é possuído e uma pessoa, definida como sujeito jurídico, que é dona e tem o direito de dispor daquilo de que é dona” (p. 48). No entanto, esse direito não é conferido somente a pessoas, mas também a empresas e instituições, que são definidas como pessoas jurídicas. E, segundo o autor supracitado:

A existência desse elo social é reconhecida em quase todas as constituições burguesas e conecta os ideais da propriedade privada individual com as noções de direitos humanos individuais, os “direitos do homem” e as doutrinas e proteções legais desses direitos individuais. O elo social entre direitos humanos individuais e propriedade privada está no centro de quase todas as teorias contratuais do governo (p.48).

Este é o cerne da questão da moradia, uma vez que os direitos de propriedade privada é que sustentam a casa própria (HARVEY, 2016). A moradia se constitui como propriedade privada, conferindo-lhe o uso de uma parcela do espaço. A propriedade privada rege todos os processos até então analisados. O direito de vender, ou seja, alienar o que possui é o que rege o processo de produção e acumulação capitalista.

2.2.

A moradia como mercadoria: seu valor de uso e seu valor de troca sob o capitalismo

Sob a lógica capitalista, a moradia constitui uma mercadoria, ou seja, ela possui valor de uso e valor de troca. Esta é uma contradição fundamental do capitalismo, uma vez que, para se ter um valor de troca no mercado, é necessário que o produto tenha uma utilidade, que satisfaça uma necessidade e/ou desejo humano, ou seja, que tenha valor de uso para alguém. No mundo

capitalista, praticamente todas as necessidades materiais humanas constituem mercadoria, portanto, possuem esse duplo caráter.

Com a moradia não é diferente. No entanto, a moradia é uma mercadoria muito específica. Primeiro, embora os múltiplos usos da casa sejam indiscutíveis, o uso da moradia como o espaço da reprodução biológica do corpo enquanto força de trabalho é de fundamental importância para a própria reprodução do capital. Sabe-se que é da mercadoria força de trabalho que o capital extrai o mais-valor, pois somente esse excedente de trabalho não pago é que dá condições de existência e expansão do capital. Essa possibilidade de obter um *plus* a mais se dá através da força de trabalho, pois a mesma é a única mercadoria que tem a capacidade de produzir um valor maior do que o que ela própria possui. Portanto, “a força de trabalho consiste nas capacidades físicas, mentais e humanas de incorporar valor às mercadorias” (HARVEY, 2013, p. 102).

Todavia, a força de trabalho é uma mercadoria especial, não somente no sentido de gerar valor, como no sentido de que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista a fim de obter valores de uso, isto é, vende sua força de trabalho para ganhar em troca um montante de dinheiro para adquirir as mercadorias de que necessita para sobreviver. Contudo, sua força de trabalho só é paga após ser utilizada pelo capitalista, diferentemente de outras mercadorias que o capitalista necessita para a produção.

Outro fator que, segundo Harvey (2013), torna a força de trabalho uma mercadoria especial é que ela necessita de uma série de mercadorias para se reproduzir. Por isso, há dificuldade em determinar o seu valor, pois “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2013, p. 245, citado por HARVEY, 2013, p. 106). No entanto, o que é necessário para a manutenção da vida do trabalhador é variável em seu momento histórico e na atividade exercida. O que de fato importa é atender minimamente as necessidades para manter a corporeidade viva.

Nesse sentido, a habitação se faz presente nesse quadro de necessidades, independente do momento histórico, posto que abrigar-se sempre foi uma necessidade do homem. Além disso, a moradia é a mercadoria de maior preço entre aquelas de consumo privado indispensáveis para a sobrevivência (MARICATO, 1988). Entretanto, de acordo com Bonduki e Ronilk (1979), no custo da reprodução da força de trabalho, a habitação entraria como o aluguel da moradia e não a aquisição da propriedade, uma vez que “o custo de

reprodução é o mínimo necessário para que o trabalhador possa subsistir, possuindo apenas sua força de trabalho a ser vendida cotidianamente” (p. 127).

Segundo os autores acima citados, diante do salário abaixo dos custos da reprodução da força de trabalho, a “aquisição da casa própria” tornou-se um expediente para que o trabalhador consiga subsistir frente ao aumento de suas despesas. Araújo (2008) nos mostra como que o conceito de “aquisição da casa” foi sendo criado no Brasil ao longo de muitos anos. Com os salários baixos e cada vez mais deteriorados, os altos preços dos aluguéis e cada vez mais necessidades surgindo para os moradores da cidade, muitas eram as inquietações da classe trabalhadora. Com isso, ter a posse jurídica-legal de uma moradia seria a possibilidade de solucionar tais inquietações.

Do ponto de vista da reprodução do capital, Oliveira (2003) *apud* Araújo (2008) afirma que:

A aceleração [do crescimento industrial] afetará profundamente a relação salário real -custo de reprodução de força de trabalho urbana. No período de liquidação da economia pré anos 1930 esse conflito ou a equivalência dessa relação foi assegurada, de um lado, pela contribuição que a agricultura “primitiva” [grifo do autor] dava ao abastecimento das cidades e, de outro, pela reprodução nos contextos urbanos de certas formas de “economia de subsistência” [grifo do autor], das quais a construção da casa própria constituía importante parcela daquele custo. Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chega a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo da reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução de força de trabalho também se mercantiliza e industrializa [...] enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias (OLIVEIRA, 2003, p. 84 *apud* Araújo, 2008, p. 167).

Deste modo, ter a moradia para si se estabeleceu como forma de ter relativa segurança frente às inquietações da classe trabalhadora, e, permitindo ao mesmo tempo, o crescimento do capitalismo imobiliário, inclusive através das políticas públicas habitacionais, as quais sempre foram pautadas na legitimação da propriedade.

Sabemos que a moradia não é uma mercadoria de fácil acesso pelas camadas mais populares. Ainda que haja políticas públicas habitacionais no Brasil, tais políticas são voltadas para a população com um poder aquisitivo maior, as quais são capazes de pagar por tal mercadoria. Sendo assim,

podemos dizer que dispor desse bem fundamental para a vida humana que é a moradia sob as determinações capitalistas tornou-se uma das manifestações da dominação simbólico-ideológica da classe dominante, pois “as ideias da classe dominante são as idéias dominantes de uma época, isto é, a classe materialmente dominante da sociedade é ao mesmo tempo a força intelectual dominante” (Marx e Engels, 1998, p. 67 *apud* Aguiar, 2012, p. 65).

João Aguiar (2012) ao buscar compreender como as múltiplas e multifacetadas formas de dominação simbólico-ideológica da classe dominante, ainda que nem sempre operacionalizadas por ela, pode por vezes, reverter a seu favor, nos aponta que a luta de classes se dá muitas vezes pela apropriação simbólico-cultural. Ao se debruçar sobre a obra de Bourdieu, o autor nos revela como que os gostos e estilos de vida legítimos da classe dominante economicamente, a afirma como dominante cultural, e, por conseguinte, simbolicamente. Ao apropriar-se de um objeto, gosto e/ou estilo de vida, a classe dominante se torna possuidora exclusiva de tais coisas; já aqueles considerados incapazes de possuir por falta de recursos materiais ou simbólicos constituem a classe não-dominante. Assim acontece um processo social denominado de distinção por Bourdieu, ou seja, a apropriação de determinados objetos e/ou gostos é o que torna a classe dominante distinguível, reproduzindo a dominação simbólico-ideológica da burguesia. Dessa forma,

o paradoxo da imposição da legitimidade é que torna impossível determinar onde a faceta dominante aparece como distinguível ou nobre porque é dominante – isto é, porque ela tem o privilégio de definir pela sua existência o que é nobre e distinguível como sendo exactamente o que é, um *privilégio que é expresso precisamente na sua auto-suficiência* [grifo do autor] – ou se é por ser dominante que ele aparece portador dessas qualidades e unicamente intitulado para as definir (Bourdieu, 2004, p. 92 *apud* Aguiar, 2012, p. 72).

Ao considerar a questão da autossuficiência, podemos compreender que a burguesia procura mostrar sua dominação como produto de sua própria ação, por ser culta, iluminada, empreendedora, e não por ser dominante sobre os outros. Enquanto que, aqueles que não são burgueses são vistos pela burguesia como os não empreendedores, sem “classe”. Isto é:

“ideológica e subjectivamente, a burguesia não (auto) identifica a sua posição (dominante, se bem que muito esparsamente reconhecida) em termos *relacionais* [grifo do autor], mas no quadro de uma interiorização significacional de que a sua condição de classe e o seu estilo de vida derivam da sua autossuficiência (o indivíduo burguês constrói a sua fortuna

patrimonial pela sua própria iniciativa) e autorreferência (o conjunto da sociedade é padronizado à sua imagem e semelhança, portanto, a partir dos seus princípios de recorte distintivo na edificação simbólica da visão – e divisão – do mundo social” (Aguilar, 2012, p. 72-73).

Diante desses processos e relações sociais que envolvem a moradia, ter acesso a essa necessidade torna-se cada vez mais difícil para a população de baixa renda, e sempre foi através do processo de autoconstrução da casa que tal população teve como possibilidade a aquisição desse bem, que se deu majoritariamente através da ocupação irregular. Embora considerada “ilegal”, a ocupação irregular foi o que possibilitou e possibilita que a população de baixa renda tenha condições de diminuir seu custo de vida e de sua reprodução. A posse de uma moradia, então, ganha sentido para a classe menos favorecida como o não pagamento de aluguel, de geração de renda para outrem, ao invés da propriedade jurídica-legal da casa.

Podemos dizer que a expansão das ocupações irregulares, em geral, são maiores em um período de crise econômica, assim como seus efeitos – desemprego, aumento do preço dos alimentos, dos aluguéis etc. - são maiores na população menos favorecida, sendo muitas vezes a ocupação irregular a solução para garantir uma moradia em condições precárias, e dessa forma, sem custos com a moradia, ter uma sobra de dinheiro, para ter acesso a outras mercadorias essenciais para a sua vida.

Compreendemos a moradia como ato de morar, ou seja, o morar em determinado espaço que dê o mínimo de condições para reprodução biológica e social do homem para a sua reprodução enquanto força de trabalho, o que Lefebvre (1999) denomina como *habitat*. Revela-se, então, uma contradição, pois ao passo que a casa é fundamental para a reprodução da força de trabalho, portanto, fundamental para o capitalismo, seu acesso a ela é restrito, uma vez que grande parte da massa trabalhadora não tem condições financeiras (não tem o montante de dinheiro necessário) para comprá-la.

Ao mesmo tempo, essa contradição se revela como uma violência à população mais pobre, na medida em que as condições de moradia para essa população são precárias, submetendo-as à situações que afetam sua integridade física, mental e psicológica. Os espaços destinados à habitação dessas famílias, muitas vezes, acarretam uma sobrecarga de trabalho, uma vez que, sendo esses espaços distantes das áreas onde concentram postos de trabalho, o deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa se torna mais cansativo,

tornando seus corpos mais frágeis, mais propensos a desenvolverem problemas de saúde devido ao desgaste cotidiano.

2.3.

A produção de moradias sociais sob a lógica capitalista

A moradia é um direito individual do homem, e ao mesmo tempo, uma propriedade privada, cuja posse se dá através da compra do direito de uso de determinado espaço para a reprodução da sua vida, o que, no entanto, não é possível para a população menos favorecida. O Estado, por sua vez, em confluência com a classe capitalista, é quem define os usos no espaço, através de zoneamentos, definindo as áreas e acessos destinados à moradias que atendam as necessidades da população mais pobre. A propriedade privada continua como o centro até mesmo em políticas públicas sociais, na medida em que a habitação social se dá por meio do financiamento tanto do consumo, quanto da produção.

Nesse sentido, a produção de moradias sociais tornou-se uma nova área de interesse do capital imobiliário, se expandindo cada vez mais para diferentes setores da sociedade. O Estado, portanto, legitima essa expansão ao criar fundos imobiliário e de habitação que propiciam o financiamento da produção de habitações sociais, permitindo que a produção desse tipo de moradia seja atraente ao capital, e ao consumo, através do financiamento direto para as famílias que queiram adquirir uma moradia, através do financiamento bancário.

Dessa forma, o apoio do Estado objetiva:

Garantir o crescimento contínuo do mercado imobiliário como terreno de acumulação ativa e lucrativa de capital, mas ele também tem uma função ideológica crucial, consolidando o apoio popular e populista à estratégia de fornecer valores de uso por meio dos mecanismos de valor de troca: em outras palavras, o apoio à via capitalista (HARVEY, 2016, p. 56).

O Programa Minha Casa Minha Vida é a expressão disso. Para Volochko (2015), esse foi o grande motivo para a periferização da produção imobiliária da moradia, pois foi através do Programa que o Estado viabilizou a reprodução imobiliária e financeira, amarrando a condição de pobreza e em parte de déficit habitacional à acumulação capitalista. Dessa forma, com o Programa,

O Estado canaliza os recursos públicos para aquela produção/acumulação capitalista ocupada com a satisfação de

parte das necessidades da reprodução da força de trabalho: a moradia, mas sobretudo para reproduzir as capitais presentes na sua realização como mercadoria (VOLOCHKO, 2015, p. 113).

Portanto, o capital assume não só a provisão habitacional, como o comando da realização de uma política pública social, visto que o PMCMV tem sido tratado pelo Estado, em seu discurso, como uma política social que visa providenciar moradias para aquelas famílias que estão incluídas na faixa de renda que mais tem déficit habitacional. O discurso da melhoria da qualidade de vida e da aquisição da casa própria e moradia digna é o discurso a cada inauguração dos condomínios destinados às famílias de 0 a 3 salários mínimos,

Todavia, o que também fica explícito nos discursos de entrega das chaves nesses empreendimentos é o viés econômico do Programa, e o quanto o mesmo auxiliou na movimentação da economia. Na entrega das chaves aos novos moradores do Condomínio Residencial Mangueira II, localizado no bairro Mangueira, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, realizada no dia 04 de novembro de 2012, tanto na fala do ex-prefeito Eduardo Paes, quanto na fala do ex-governador Sérgio Cabral e da ex-presidenta Dilma Rousseff, a movimentação da economia feita pelo programa estava presente. Como divulgado no site do governo do estado do Rio de Janeiro:

Durante o discurso, o prefeito Eduardo Paes destacou a seriedade do Minha Casa, Minha Vida e anunciou a distribuição de eletrodomésticos e móveis aos moradores do novo condomínio:

- As pessoas que vão morar nos imóveis desse programa vivem em condições muito precárias. Por isso, a prefeitura vai dar a linha branca de eletrodomésticos e móveis para todos os apartamentos do programa na cidade do Rio de Janeiro. Esse aqui é só o primeiro a receber e os recursos são do Tesouro do Município. **Mudar completamente a vida das pessoas é o objetivo desse programa habitacional, o mais forte do país na atualidade. Ele gera empregos, renda, e traz orgulho, dignidade e cidadania à população** – ressaltou.

[...]

Dilma ressaltou que o país não pode deixar de investir em programas que **reativam a economia e distribuem renda**:

- O Minha Casa, Minha Vida ultrapassa o terreno frio dos números. O país não pode abrir mão de ter programas habitacionais e, assim como é feito aqui no Rio de Janeiro, os prefeitos devem sempre querer construir mais moradias para as famílias de baixa renda. Cada empreendimento entregue representa mais um tijolo na construção de um Brasil melhor. Estamos muito orgulhosos de alcançarmos essa marca de um milhão de moradias construídas e de dois milhões contratadas – afirmou a presidenta.

O governador Sérgio Cabral destacou a importância do programa para o Rio:

- Estamos aqui no berço do samba carioca para celebrar esta marca tão importante e agradecer esse feito extraordinário que fez **uma revolução na economia do Rio**, que não se movimentava dessa maneira há mais de 30 anos. Muito mais ainda está por vir – disse. [grifo nosso]. Acesso em 15 jun. 2018.

Desse modo, o capital tem encontrado na própria política social uma nova área de interesse cuja acumulação se beneficia com programas voltados para a população de baixa renda. O PMCV, de fato, produziu na economia um “efeito dominó”, visto que a construção civil ativa diferentes setores da economia, desde o setor extrativista aos setores financeiros. Isso permite um giro na economia do país, de modo que, diferentes tipos de capital entram em circulação. Isso foi, inclusive, uma das justificativas usada pela então presidenta Dilma Rousseff para a continuação do Programa, frente às ameaças de acabá-lo por conta da crise em 2015, como podemos perceber na transcrição abaixo, durante a entrega das chaves em um empreendimento em Maricá, município do estado do Rio de Janeiro:

"Ficam falando assim: 'estamos passando algumas dificuldades econômicas, o programa vai acabar'. Vou explicar para vocês por que não vai: primeiro porque é importante para o povo brasileiro, para aquela parte que não tinha oportunidades, para quem ninguém olhou. Mas não vai acabar também por outro motivo: porque, além de a gente construir casa, a gente cria emprego. **Quando você vai fazer uma casa, precisa de tijolo, areia, cimento, alumínio. Cada uma dessas partes também contratou pessoas, criou empregos, pagou salários, gerou renda e fez a roda girar, a roda da economia girar**", disse Dilma [grifo nosso](Jornal O Dia, 31 de julho de 2015)

No que tange às empresas e construtoras, a habitação é considerada apenas uma mercadoria a ser vendida, e como tal, é preciso garantir, por diferentes meios, a taxa de lucro. Diante disso, as empresas e construtoras dos empreendimentos destinados à Faixa 01 do PMCMV - famílias com renda de zero a três salários mínimos - obtêm seus lucros através de dois mecanismos: a produção em massa e a localização dos empreendimentos em áreas cujo solo urbano é mais barato. Os dois mecanismos estão intrinsecamente ligados e permitem o barateamento das unidades habitacionais, pois, como se sabe, o valor de troca da moradia é estabelecido pelos custos reais da produção mais a taxa de lucro. Sendo assim, para que as moradias cheguem com o preço determinado pelo programa ao mercado, e para que a taxa de lucro seja garantida, é preciso baratear os custos da produção.

Ao longo da história de produção de habitação social, podemos perceber que os conjuntos habitacionais sempre foram a forma preferencial de construção, pois a produção de grandes números de moradias permite às construtoras um barateamento dos materiais de construção, já que são comprados em grande volume. Além disso, os conjuntos habitacionais possibilitam a otimização do espaço destinado às moradias, permitindo o atendimento a um maior número de famílias. Isso irá implicar na escolha do terreno, devido ao fato de que para construir um número grande de moradias é necessário um terreno grande, logo, para diminuir os custos esse terreno terá menor valor, portanto só sendo possível em áreas “periféricas”, onde os terrenos disponíveis são mais baratos conforme aponta o Gráfico 02 indicado anteriormente, e em grande parte, doados pelo município às empreiteiras.

O que também chama a atenção na construção desse tipo de moradia é a baixa qualidade dos materiais usados na obra, tornando-os mais baratos. Dessa forma, muitos moradores relatam os problemas que os apartamentos já vêm tendo quanto à sua estrutura, além do mais, muitos foram entregues inacabados, cabendo ao novo morador arcar com os custos para complementar a obra. Situação que confirma o uso de material de baixa qualidade ocorreu com os apartamentos do condomínio Village do Girassol, no município de São Gonçalo, onde a Defesa Civil interditou todos os 20 blocos do condomínio, devido às rachaduras presentes neles (Figura 02) e o teto cedendo em alguns apartamentos (figura 03), correndo risco de desabamento, segundo uma reportagem realizada pelo site *G1. Com*, publicada em maio de 2018. Segundo relatos dos moradores, as rachaduras começam pequenas e vão se agravando com o tempo. Cerca de metade dos moradores já deixaram os imóveis.

Figura 02: Rachaduras em um dos prédios do condomínio Village do Girassol, no município de São Gonçalo. Fonte: *G1.com*. Acesso em: 10 mai. 2018.



Figura 03: Condições de um teto de um dos apartamentos do Village do Girassol. Fonte: *G1.com*. Acesso em: 10 mai. 2018.



Tais condições colocam o seguinte questionamento: em que medida o Programa Minha Casa Minha Vida permite o acesso a uma moradia digna, discurso usado como um dos objetivos do programa? O que temos visto, até então, é a mudança de problemas para as famílias de baixa renda, uma vez que, se antes nas consideradas áreas de risco as famílias enfrentavam uma série de problemas, hoje nos condomínios do PMCMV os problemas são outros,

causados por obras mal feitas, que em pouco tempo já estão deterioradas, se apresentando como um risco à vida.

De uma maneira geral, os empreendimentos do PMCMV voltados para a população mais pobre têm se localizado em áreas menos valorizadas das cidades, e distantes dos centros urbanos, o que acarreta em um deslocamento maior da população para os locais de trabalho, já que é pouca a oferta próxima ao local de moradia como apontam o Mapa 03 e o Gráfico 03, em que a AP5⁶ que concentra a maior parte dos empreendimentos do PMCMV é que possui menor porcentagem de emprego. Além disso, há também maior custo com transportes e um dispêndio de tempo nesse fluxo cotidiano.

⁶ A Área de Planejamento 5 é composta por vinte e um bairros, sendo eles: Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará, Campos dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

Mapa 03: Localização dos empreendimentos do PMCMV no município do Rio de Janeiro, 2016.
Fonte: Instituto Pereira Passos.

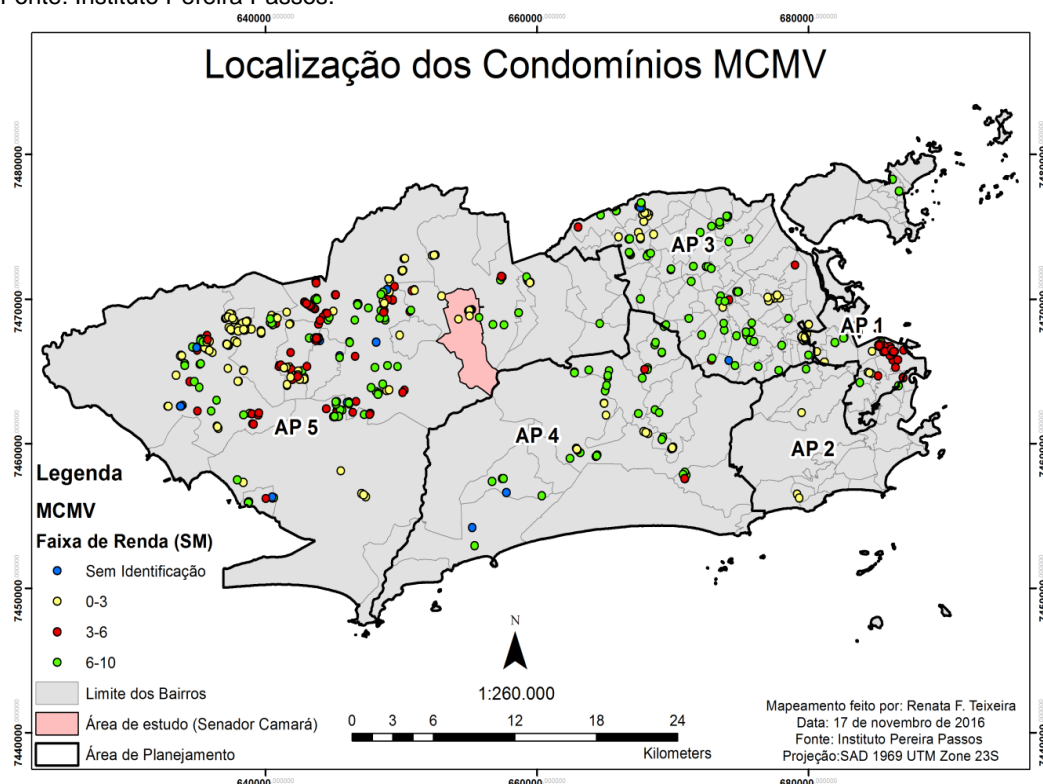
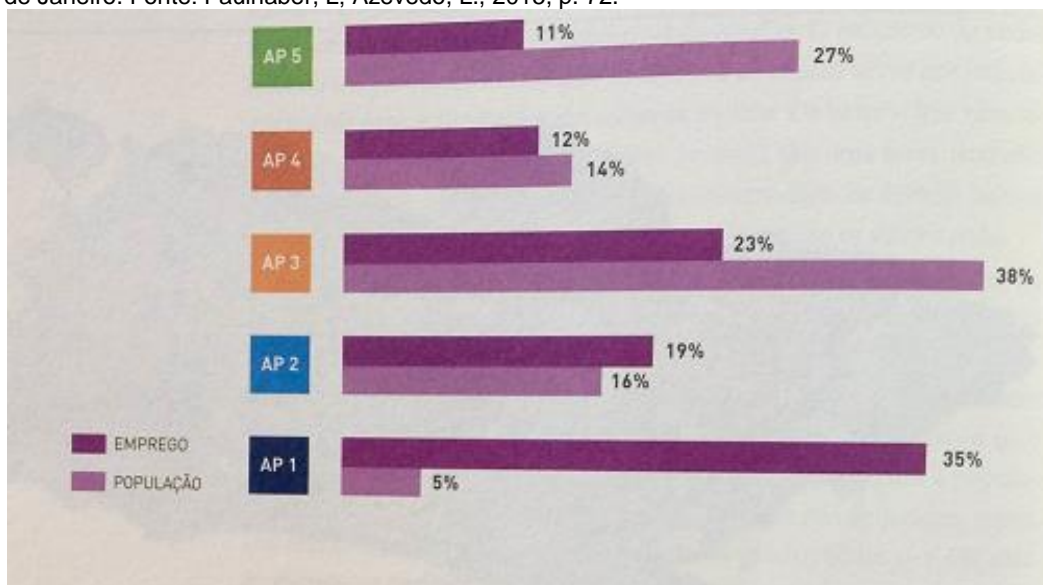


Gráfico 03: Relação emprego e população nas Áreas de Planejamento (APs) do município do Rio de Janeiro. Fonte: Faulhaber, L; Azevedo, L., 2015, p. 72.



Em uma análise geral do desempenho do programa, Maricato (2018) diz que o PMCMV piorou as cidades, agravando as dificuldades do acesso a moradia entre os mais pobres, além de criar bairros especialmente vulneráveis ao crime organizado, devido ao fato do comando das obras e a localização dos

empreendimentos terem sido assumidos pelos proprietários imobiliários, incorporadoras e empreiteiras.

Dessa forma, o PMCMV piorou a segregação espacial, fragmentando mais intensamente as cidades. Percebe-se esse movimento na cidade do Rio de Janeiro ao analisar o mapa das localizações desses empreendimentos de acordo com faixas de renda determinadas, conforme o Mapa 03. Nota-se que a maior parte dos empreendimentos destinados à Faixa 01 do Programa, que compreende as famílias de 0 a 3 salários mínimos, estão localizados na Área de Planejamento 5 (AP5), onde se localiza nossa empiria, o bairro de Senador Camará, cuja área da cidade apresenta maior déficit de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos.

Dessa forma, percebe-se que o Programa Minha Casa Minha Vida beneficiou o capital imobiliário de duas maneiras: expandindo-o para os setores mais pobres da população, e ao mesmo tempo, concentrando essa população em áreas periféricas, distantes das áreas mais valorizadas da cidade. Quanto ao capital financeiro, a expansão do crédito às camadas mais populares, através do financiamento da moradia, permitiu a esse setor a captação de uma massa popular que até então não tinha possibilidade de acesso ao crédito, além de uma maior movimentação de capital mediante o financiamento à própria produção de moradias.

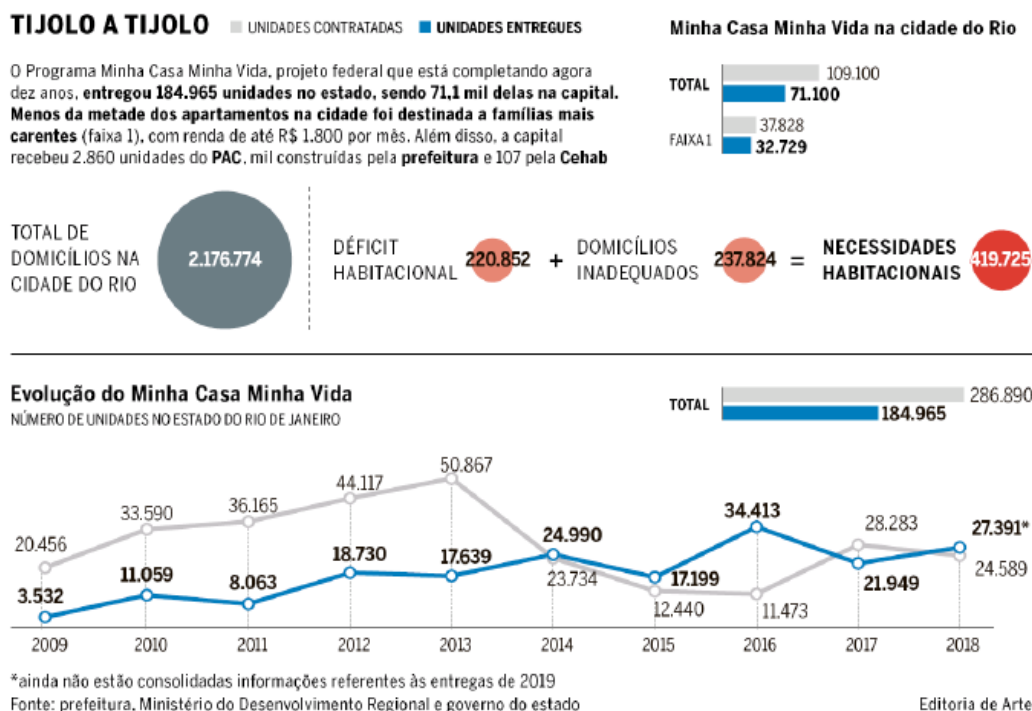
Logo, a financeirização da “casa própria” atingiu as camadas mais pobres da sociedade, e através do PMCMV entregou ao setor privado a realização da moradia social. Em contrapartida, de acordo com Volochko (2015), ao se deparar com o quadro de déficit habitacional após cinco anos de existência do Programa, percebe-se que 89,6% desse déficit diz respeito às famílias da faixa de 0 a 3 salários mínimos, faixa que teoricamente deveria ser a mais beneficiada. Com isso, a população que historicamente apresenta maior déficit habitacional continua mantendo sua condição de despossessão.

Como aponta a reportagem realizada pelo Jornal *O Globo*, do dia 05 de Maio de 2019, após dez anos de Programa, na cidade do Rio de Janeiro, há um déficit de mais de 220 mil moradias, que somado aos 237,8 mil domicílios inadequados, constituem um cenário de necessidades habitacionais de aproximadamente 420 mil domicílios, revelando assim, um verdadeiro quadro de desalento mediante os objetivos iniciais do PMCMV.

Além disso, como demonstra o Gráfico 04, há uma grande discrepância entre as unidades contratadas e as unidades entregues, em que das 109,1mil unidades contratadas, apenas 71,1mil unidades habitacionais foram entregues.

A situação se torna ainda mais alarmante quando das unidades entregues, somente 32,7 mil unidades foram destinadas às famílias compõem a Faixa 01 do Programa, ou seja, de todas as unidades habitacionais construídas e entregues pelo PMCMV, menos da metade foi destinada às famílias que mais necessitam de moradia.

Gráfico 04: Evolução do Minha Casa Minha Vida no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Jornal O Globo, 2019.



Diante disso, o mestre pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da UFRJ, e coordenador da Comissão de Política Urbana do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Lucas Faulhaber, declara na reportagem acima citada que o Programa Minha Casa Minha Vida foi mais econômico do que habitacional, como segue abaixo:

Foi até um programa mais econômico do que habitacional, no contexto de política anticíclica, durante a crise mundial, para ativar a construção civil. No fim, as empreiteiras escolhiam onde construir, pegavam os terrenos mais baratos e minimizavam seus custos.

A sobreposição da questão econômica frente à questão habitacional se torna mais explícita ao analisarmos no Gráfico 04 a relação entre as unidades contratadas e as unidades entregues em todo o estado do Rio de Janeiro, em que é possível notar que desde o ano de implantação do Programa, em 2009, o número de unidades contratadas foi muito maior do que as unidades entregues,

tendo seu ápice no ano de 2013, onde o número de unidades contratadas foi três vezes maior do que o número de unidades entregues. E, mesmo nos anos subseqüentes a 2013, quando há uma maior proximidade da quantidade das unidades habitacionais discriminadas na análise, ao longo dos dez anos de existência do PMCMV, a quantidade de unidades entregues é significativamente inferior à quantidade de unidades contratadas. Isso nos aponta para o fato de que a estimulação do capital imobiliário através da contratação das construtoras e empreiteiras, e a estimulação do capital financeiro através do crédito para a produção das moradias sociais, tiveram maior importância do que a redução do déficit habitacional.

Sendo assim, como afirma Volochko (2015):

A moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado sobretudo através das grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos de valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias. O desenvolvimento desse processo aponta como horizonte o afastamento dos mais pobres entre os empobrecidos para mais longe, agudizando e aprofundando a segregação socioespacial, a fragmentação e hierarquização das periferias (p. 118)

Essa confluência entre Estado, capital imobiliário e capital financeiro propiciou maior intensificação da contradição entre o valor de uso e o valor de troca da moradia, reafirmando sua condição de mercadoria. Contudo, Maricato (2018) sinaliza que a moradia não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer, pois enquanto a questão da habitação for tratada a partir de um viés econômico, incorporada à lógica de reprodução do capital, as contradições desse processo não cessarão de emergir, expandindo a distância entre o que de fato é a moradia em nossa sociedade capitalista e o que em essência deveria ser, limitando cada vez mais o direito à reprodução da vida.

Percebe-se então que o valor de troca se sobrepõe de tal forma ao valor de uso que a garantia da maximização dos lucros da produção de moradias sociais tem se apresentado como riscos à reprodução da própria vida humana, de forma que, o próprio ato de morar tem sido comprometido nos empreendimentos do PMCMV, através da baixa qualidade das construções, ou por causa da violência oriunda da ação dos crimes organizados dentro dos condomínios, ditando as regras, gerenciando os usos daquele espaço, ou se apropriando de apartamentos vazios para usos de seus interesses. Tudo isso, entre outras condições, colocam a vida das pessoas em risco, como tem se

manifestado na nossa área de estudo, agravadas pelas condições de contaminação por amianto do terreno destinado à construção dos seis condomínios no bairro de Senador Camará.

O Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará

Ao observar a situação dos bairros nos quais vivia a classe trabalhadora em Manchester, Engels aponta que:

Onde quer que um canto ou uma esquina estivesse livre, uma casa era levantada; onde permanecesse uma passagem desnecessária, construía-se sobre ela; o valor da terra aumentou com o florescimento da manufatura e, quanto mais aumentava tanto mais loucamente era realizado o trabalho de construção, sem preocupação com a saúde ou com o lucro possível, com base no princípio de que nenhum buraco é tão ruim que não possa ser ocupado por alguma pobre criatura que não pode pagar por nada melhor (ENGELS, 1973, p. 93 citado por SMITH, 1988, p. 194).

Tal descrição de Engels assemelha-se com a situação de nossa empiria. Um imenso vazio decorrente da desativação e abandono de uma fábrica de telhas e caixas d'água de amianto. Apesar dos trancamentos dos portões da fábrica, da vigilância para que ninguém circulasse no terreno abandonado e da contaminação do terreno pelo amianto, não aparenta ser um espaço tão ruim que não possa ser ocupado por famílias pobres que tiveram de ser removidas de suas antigas moradias e que não podem pagar por nada melhor. Estamos falando das mais de 8.000 pessoas que vieram morar nos seis condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida - Destri, Taroni, Ayres, Vidal, Vaccari e Speranza -, todos destinados às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, no bairro de Senador Camará, que foram construídos no terreno da fábrica de telhas e caixas d'água de amianto *Brasilit*.

Na cidade do Rio de Janeiro, esses seis condomínios foram um dos primeiros empreendimentos do PMCMV a serem licenciados. O contrato de construção foi assinado em 2009, dando início a demolição da estrutura da fábrica, e a construção das unidades habitacionais (Figura 04).

Figura 04: Os condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro de Senador Camará, município do Rio de Janeiro. Fonte: Site da Emccamp. Acesso em: 05 jun. 2016.



Como podemos perceber na figura acima, o bairro de Senador Camará é bastante populoso, de classe média baixa e com uma urbanização consolidada, sendo a única área livre para a ocupação a que era pertencente à fábrica. Muitos eram os boatos do que viria a ser feito no terreno da antiga fábrica, e era comum entre os moradores mencionar a questão do amianto cada vez que um rumor de algum projeto aparecia.

Diante de todos os problemas apresentados pelo PMCMV, neste capítulo objetivamos apresentar aqueles enfrentados pelos moradores tanto dos condomínios quanto do seu entorno. Buscaremos também compreender a atual situação do terreno, e quais os riscos que a população residente desses empreendimentos pode estar submetida.

3.1.

De uma fábrica de telhas a moradias sociais

A Sociedade Anônima Tubos Brasilit foi fundada em 1937 com a produção de tubos de concreto, e logo em seguida (no mesmo ano de sua fundação) foi comprada pelo Grupo Saint-Gobain que chegara recentemente ao Brasil. O Grupo francês Saint-Gobain, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, intensificou sua expansão internacional, dando entrada no mercado de distribuição de materiais de construções. No Brasil, em 1940, foram lançadas

pela *Brasilit* as telhas onduladas de fibrocimento (mistura de cimento e amianto) que se tornou a marca registrada da empresa.

No início da década de 1960, a empresa instalou sua nova fábrica e depósito de mercadorias no bairro de Senador Camará, como aponta o destaque em vermelho na Figura 05, transcrito abaixo para melhor compreensão:

"A Sociedade Anônima Tubos Brasilit comunica aos seus Revendedores e Clientes em geral, que nesta data concluiu a transferência de seu DEPÓSITO sito à Avenida Almirante Frontin, 231, para as dependências de sua NOVA FÁBRICA, localizada na Avenida Santa Cruz, 3.000, em SENADOR CAMARÁ – GB, onde espera receber a honrosa preferência com que sempre foi distinguida" (Jornal Correio da Manhã, 21 de Julho de 1963).

Sua instalação ocorreu no contexto da política de incentivo de localização de indústrias para a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde o bairro se localiza, pelo então governo de Carlos Lacerda.

Figura 05: Publicação no Jornal anunciando a nova fábrica *Brasilit*. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Acesso em: 30 dez. 2018.



De acordo com Damas (2008), já na década de 1950, as Zonas Norte e Sul apresentavam alta concentração tanto de atividades econômicas e industriais, quanto populacional, apresentando assim uma escassez de terrenos para as atividades industriais, levando a um encrencamento dos terrenos e saturação da infraestrutura dessas áreas. Dessa forma, foi necessário um estímulo por parte do Estado para que as indústrias juntamente com a

população se alocassem em novas áreas da cidade, destacando que nesse momento a cidade ainda era a capital do país.

Concomitantemente, houve nessa mesma década, durante o governo de Carlos Lacerda, o programa de remoção de favelas das áreas centrais e da zona sul da cidade, resultando na realocação dessa população em grandes conjuntos habitacionais localizados em áreas mais periféricas, como Vila Kennedy, Vila Esperança e Vila Aliança, sendo este último localizado no bairro de nossa pesquisa, o qual se tornou uma favela com forte presença do tráfico de drogas.

Dessa forma, percebemos que a instalação da fábrica no bairro de Senador Camará ocorreu em uma conjuntura política e econômica que objetivava a expansão das atividades fabris como forma de dinamizar a economia da cidade ao mesmo tempo em que tendo por vetor de expansão a Zona Oeste, favorecia o desenvolvimento das condições necessárias para o aumento dos transportes automobilísticos para que assim se pudesse fomentar esse tipo de indústria.

Em 1992, a fábrica *Brasilit* foi desativada. Com isso, durante décadas, o terreno permaneceu como um grande espaço “vazio” e abandonado (Figura 06), sem circulação de pessoas no local. Durante alguns anos após sua desativação os portões da fábrica permaneceram trancados e com a presença de seguranças para impedir que pessoas circulassem dentro do terreno. Em época de férias escolares, era habitual a presença de alguns meninos no terreno para soltarem pipas. No entanto, muitos moradores alertavam sobre o perigo dessa prática, por estarem em terreno contaminado, inclusive, alguns relatavam que quando chovia no bairro, era comum escorrer do terreno da fábrica uma água colorida.

Figura 06: Terreno da antiga fábrica abandonada. Fonte: Mapio Net. Acesso em: 30 dez. 2018.



Em 2009, começou a demolição das estruturas da antiga fábrica para que fossem construídos os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme ilustra a Figura 07.

Figura 07: Demolição da estrutura da antiga fábrica. Fonte: Mapio Net. Acesso em: 30 dez. 2018.



Os seis condomínios foram inaugurados em 2012, com o realocamento de famílias removidas de área de risco ou de áreas de interesse do Estado. Como aponta o capítulo anterior, muitas famílias foram retiradas de seu local de moradias para atender as necessidades do capital, e foram realocadas em lugares distantes de seu local de origem, de suas relações interpessoais e de seus locais de trabalho. Dessa maneira, as famílias vieram morar em um bairro onde a precariedade da presença do Estado acarretou na forte presença do tráfico de drogas, com controle sobre a vida dos moradores e violência crescente, fazendo com que vida da população do bairro seja marcada por medo e tensão.

A manifestação da ausência do Estado conjugada com o forte poder exercido pelo tráfico se constata pela presença de um ponto de venda de drogas na estação ferroviária do bairro, na qual diariamente milhares de pessoas transitam e têm de conviver com a presença dos traficantes armados e com os usuários de drogas (Figura 08). Assim como a maioria dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, o bairro de Senador Camará é cercado por favelas (Favela do Sapo, Coréia, Vila Aliança e Rebu são as mais conhecidas), sendo comandadas por uma única facção. Sendo assim, a violência sempre foi uma constante na vida dos moradores do bairro, que com uma ausência cada vez maior do Estado tem sido agravada.

Figura 08: Usuários de drogas na estação ferroviária de Senador Camará.



Com a inauguração dos condomínios, o domínio local do tráfico possibilitou a cobrança de uma taxa, espécie de taxa de condomínio, para a organização dos mesmos e a proteção através do controle de quem entra e sai. No entanto, a cobrança de taxas nos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida não é permitida pelos órgãos governamentais. A denúncia dessa prática nos empreendimentos do PMCMV no município acarretou investigações tanto sobre a cobrança de taxas, como também nas pressões sobre os síndicos dos condomínios.

O tráfico se fez presente nos condomínios em Senador Camará, com pontos de venda de drogas e a presença dos “olheiros” por toda a área. Para o efetivo controle territorial, foram abertas em um dos condomínios duas passagens, uma com escadas e outra com rampa para a passagem de motos, para que assim houvesse uma melhor circulação e acesso mais rápido entre um dos pontos de venda de drogas e outro.

Segundo uma moradora, a mudança recente do chefe do tráfico acarretou em uma ação mais intensa e controladora, impondo um aumento da taxa que era cobrada anteriormente, agora cada apartamento tem que pagar R\$ 60,00 (sessenta reais) de condomínio. Uma das penalidades para o não pagamento é a expulsão da família pelos os traficantes e a venda da moradia.

Além dessa taxa de condomínio, cada pessoa que tenha alguma prática comercial tem que pagar um determinado valor para o tráfico. É muito comum existir pequenos comércios e serviços (Figura 09) nesse tipo de habitação social, afinal, como vimos no capítulo anterior, os empreendimentos do PMCMV destinados às famílias de menor renda se localizam em maior parte na AP5, que por sua vez é uma das áreas que tem menor concentração de emprego. Com isso, muitas famílias abrem pequenos comércios informais e/ou vendem algum tipo de serviço a fim de garantir uma renda familiar.

Figura 09: Pequenos comércios/serviços informais nos condomínios do PMCMV, em Senador Camará.



Juliana Macedo de Sousa (2019).

Tais práticas revelam como o poder do tráfico tem sido intenso não somente nos condomínios analisados como também no bairro de uma maneira geral. A presença de um ponto de venda de drogas na estação de trem de Senador Camará aponta como a ausência do poder estatal possibilita a presença de poderes paralelos. O que percebemos hoje é um clima de tensão e medo por parte dos moradores, com roubos e assaltos a mão armada cada vez mais constante. São comuns relatos de moradores que já foram assaltados nas portas de suas residências ou nas ruas do bairro. Esse medo fica expresso na paisagem do próprio bairro, onde agora é comum ver ruas fechadas com portões (Figura 10), prática então pouco comum no bairro.

Figura 10: Rua fechada pelos moradores do bairro de Senador Camará.



Juliana Macedo de Sousa (2019).

3.2.

A situação do terreno dos empreendimentos do PMCMV

Além dos graves problemas que os moradores dos condomínios enfrentam diariamente, há um outro risco que nos chamou atenção para o desenvolvimento da pesquisa: a questão da contaminação do terreno por amianto. No dia 29 de Janeiro de 2003, o Jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria revelando que policiais da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) do Rio de Janeiro encontraram material tóxico e cancerígeno no terreno de 300 mil m² da antiga fábrica de telhas e caixas d'água *Brasilit*, o qual estava em processo de compra pela prefeitura. De acordo com a reportagem, foram encontradas 60 mil toneladas de amianto e óleo combustível contaminado em uma área de fácil acesso, como se segue abaixo:

Segundo o delegado Marcos Castro, a área é de fácil acesso a crianças e está contaminada. "O amianto estava num depósito

aterrado, mas o óleo estava na superfície. Como o terreno está abandonado há muitos anos, as crianças entravam para pegar pipa ou brincar", disse o delegado.

[...]

Peritos criminalistas recolheram amostras do material, na semana passada. O resultado foi positivo para contaminação. De acordo com o delegado, que abriu inquérito sobre o caso ontem, a empresa não possuía licença para manter o amianto e o óleo combustível no terreno.

Na reportagem, ainda é mencionado que seria construída no terreno uma área de lazer para os moradores do bairro. No entanto, no ano de 2006, foi elaborado pelo então vereador Jorge Felipe, o Projeto de Lei Nº 773/2006 com a proposta de construir uma vila olímpica com um parque aquático no local onde era a fábrica. Contudo, o projeto foi arquivado no mesmo ano.

Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o terreno da antiga fábrica *Brasilit* está classificado como uma área contaminada, constante no Cadastro de Áreas Contaminadas realizada pelo mesmo Instituto. Para compreendermos o que é uma área contaminada, vejamos a conceituação do INEA abaixo:

Área contaminada é aquela onde as concentrações e substâncias químicas de interesse estão acima de um valor de referência vigente, o qual indica a existência de um risco potencial à segurança, à saúde humana ou ao meio ambiente. Esta contaminação pode provocar também restrições ao uso do solo e danos ao patrimônio público e privado, pela desvalorização das propriedades, além de outros impactos negativos, por vezes não mitigáveis, ao meio ambiente.

[...]

Uma área com contaminação é definida pela presença de substância(s) química(s) no ar, água ou solo, decorrentes de atividades antrópicas, em concentrações tais que restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual ou pretendido, definidas com base em avaliação de risco à saúde humana, assim como aos bens a proteger, em cenário de exposição padronizado ou específico. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbient al/Licenciamento-saiba-mais/GestaodeRiscoAmbienta lTec/AvaliacaodeAreasContamin adas/index.htm&lang>. Acesso em 09 jan. 2019.

Vejamos as Tabelas 02, 03 e 04, onde a área de nossa empiria encontra-se em destaque.

Tabela 02: Cadastro de Áreas Contaminadas do INEA, 2015 (parte I). Fonte: Adaptado de INEA, 2015. Acesso em: 09 jan. 2019.

Nº PROCESSO INEA	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE	SITUAÇÃO	USO ATUAL
E-07/202338/1999	A. CUPELLO TRANSPORTES LTDA	RUA FRANCISCO PORTELA, Nº 912.	DUQUE DE CAXIAS	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/505489/2010	ABORGAMA DO BRASIL LTDA	RUA VIÚVA CLÁUDIO, Nº 417 - JACARÉ	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/201064/2000	AKZO NOBEL LTDA.	AV. DOM HELDER CÂMARA, Nº 1735 - JACARÉ	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	SEM USO DEFINIDO
E-07/202229/2003	ARMCO STACO SA INDÚSTRIA METALÚRGICA	ESTRADA JOÃO PAULO, 740/ - HONÓRIO GURGEL	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/201485/2004	ATAR DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.	AV. BRASILEIA, Nº 590 - MANEJO	RESENDE	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/506818/2011	ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO	AV. MONTE CASTELO, 1770, JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS	ATERRO DE RESÍDUOS	DESATIVADA	INDUSTRIAL
E-07/202285/1999	BALPRENSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA	AVENIDA COELHO DA ROCHA, Nº 1198 - ROCHA SOBRINHO	MESQUITA	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/502778/2011	BASF S/A	ESTRADA DO COLÉGIO, Nº 170 - COLÉGIO	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	SEM USO DEFINIDO
E-07/204110/2003	BASF S/A	RUA AGUANIL, 531 - DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	INDUSTRIAL
E-07/200321/1990	BAYER DO BRASIL S/A	ESTRADA BOA ESPERANÇA, 850	BELFORD ROXO	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/200321/1990	BAYER S/A	ESTRADA BOA ESPERANÇA, 850	BELFORD ROXO	ATERRO DE RESÍDUOS	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/202072/1999	BR METALS FUNDIÇÕES LTDA	ESTRADA GOVERNADOR RAIMUNDO PADILHA, S/Nº - SANTA CECÍLIA.	BARRA DO PIRAI	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/002.875/2015	BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÉUTICA S.A.	ESTRADA DOS BANDEIRANTES, Nº 3191 - PARTE 1 - JACAREPAGUA	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	SEM USO DEFINIDO
E-07/203888/2004	BRASILIT-SAINT GOBAIN	AV. SANTA CRUZ, 7190 - SENADOR CAMARÁ	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	OBRA DE INFRAESTRUTURA
E-07/502815/2012	BRF BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S/A	AVENIDA FAVOR, S/N - CAMPOS ELÍSEOS	DUQUE DE CAXIAS	INDÚSTRIA	ATIVA	INDUSTRIAL
E-07/201983/2004	BSC BANGU SHOPPING CENTER S/A	RUA FONSECA, 240 - BANGU.	RIO DE JANEIRO (CAPITAL)	INDÚSTRIA	DESATIVADA	COMERCIAL

Tabela 03: Cadastro de Áreas Contaminadas do INEA, 2015 (parte II). Fonte: Adaptado de INEA, 2015. Acesso em: 09 jan. 2019.

Nº PROCESSO INEA	RAZÃO SOCIAL	MEIO IMPACTADO / CONTAMINANTES PRIORITÁRIOS						FASE LIVRE / PRODUTO NO SOLO
		NÃO DETECTADO	-	-	TPH	-	-	
E-07/202338/1999	A. CUPELLO TRANSPORTES LTDA	-	-	-	TPH	-	-	NÃO DETECTADA
E-07/505488/2010	ABORGAMA DO BRASIL LTDA	-	-	-	TPH	-	-	FASE LIVRE
E-07/201064/2000	AKZO NOBEL LTDA.	TPH	-	-	METAIS	-	-	NÃO DETECTADA (O)
E-07/202228/2003	ARMCO STACO SA INDÚSTRIA METALÚRGICA	PAH	-	-	PAH	METAIS	ORGANOCLOR ADOS	FASE LIVRE E PRODUTO NO SOLO
E-07/201465/2004	ATAR DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.	-	-	-	AGROTÓXICOS	-	-	NÃO DETECTADA (O)
E-07/506616/2011	ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO	NÃO DETECTADO	-	-	METAIS	INORGÂNICOS	-	NÃO DETECTADA
E-07/202265/1999	BALPRENSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA	METAIS	-	-	METAIS	TPH	-	PRODUTO NO SOLO
E-07/502778/2011	BASF S/A	NÃO DETECTADO	-	-	METAIS	ORGANOCLOR ADOS	-	NÃO DETECTADA
E-07/204110/2003	BASF S/A	-	-	-	METAIS	-	-	NÃO DETECTADA
E-07/200321/1990	BAYER DO BRASIL S/A	-	-	-	METAIS	BTEX	VOC	NÃO DETECTADA
E-07/200321/1990	BAYER S/A	METAIS	TPH	-	METAIS	SVOC	TPH	NÃO DETECTADA
E-07/202072/1999	BR METALS FUNDIÇÕES LTDA	NÃO DETECTADO	-	-	METAIS	PAH	FENÓIS	FASE LIVRE
E-07/002.675/2015	BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÉUTICA S.A.	-	-	-	METAIS	ORGANOCLOR ADOS	-	NÃO DETECTADA (O)
E-07/203888/2004	BRASILIT-SAINT GOBAIN	-	-	-	-	-	-	NÃO DETECTADA
E-07/502815/2012	BRF BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S/A	METAIS	-	-	METAIS	-	-	NÃO DETECTADA
E-07/201963/2004	BSC BANGU SHOPPING CENTER S/A	PCB	-	-	NÃO DETECTADO	-	-	NÃO DETECTADA

Tabela 04: Cadastro de Áreas Contaminadas do INEA, 2015 (parte III). Fonte: Adaptado de INEA, 2015. Acesso em: 09 jan. 2019.

Nº PROCESSO INEA	RAZÃO SOCIAL	MEDIDA DE INTERVENÇÃO			CLASSIFICAÇÃO
E-07/202338/1999	A. CUPELLO TRANSPORTES LTDA	RESTRIÇÃO AO USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	-	-	AI
E-07/505488/2010	ABORGAMA DO BRASIL LTDA	ESCAVAÇÃO DE SOLO	-	-	ACI
E-07/201064/2000	AKZO NOBEL LTDA.	RESTRIÇÃO AO USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	-	-	AI
E-07/202229/2003	ARMCO STACO SA INDÚSTRIA METALÚRGICA	-	-	-	ACI
E-07/201485/2004	ATAR DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.	RESTRIÇÃO AO USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	-	-	AI
E-07/508616/2011	ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO	MONITORAMENTO AMBIENTAL	-	-	ACI
E-07/202265/1999	BALPRENSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA	FECHAMENTO/INTERDIÇÃO DE POÇOS DE ABASTECIMENTO	MEDIDAS DE INTERVENÇÃO NÃO EXECUTADAS	-	ACI
E-07/502778/2011	BASF S/A	OXIDACÃO/REDUÇÃO QUÍMICA	ESCAVAÇÃO DE SOLO	-	ACI
E-07/204110/2003	BASF S/A	ESCAVAÇÃO DE SOLO	MONITORAMENTO AMBIENTAL	-	AMR
E-07/200321/1990	BAYER DO BRASIL S/A	BIORREMEDIÇÃO	MONITORAMENTO AMBIENTAL	-	ACI
E-07/200321/1990	BAYER S/A	MONITORAMENTO AMBIENTAL	-	-	AI
E-07/202072/1999	BR METALS FUNDIÇÕES LTDA	RECUPERAÇÃO DE FASE LIVRE	-	-	ACI
E-07/002.675/2015	BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÉUTICA S.A.	RESTRIÇÃO AO USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	-	-	AI
E-07/203888/2004	BRASILIT-SAINT GOBAIN	COBERTURA DE RESÍDUO/SOLO CONTAMINADO	RESTRIÇÃO A ESCAVAÇÕES	RESTRIÇÃO A TRABALHADORES DE OBRAS	AR
E-07/502815/2012	BRF BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S/A	-	-	-	AI
E-07/201993/2004	BSC BANGU SHOPPING CENTER S/A	ISOLAMENTO DA ÁREA	ESCAVAÇÃO DE SOLO	INTERDIÇÃO DE EDIFICAÇÕES	AMR

De acordo com a Tabela 02 a área da antiga fábrica exercia uma atividade industrial, no presente momento desativada, e que o seu uso atual é destinado a obras de infraestrutura. Na Tabela 03, o que nos chama a atenção são as ausências de dados. Percebe-se que não há nenhum tipo de informação tanto sobre quais tipos de materiais contaminantes foram encontrados na área, quanto qual meio foi impactado por esses materiais. O que nos revela tal omissão, tendo em vista que dados importantes podem implicar na vida dos moradores dos condomínios construídos nessa área.

No entanto, é na Tabela 04 que os dados se tornam ainda mais relevantes. Ao olharmos para a coluna “medida de intervenção”, vemos que a adotada referiu-se à cobertura dos resíduos encontrados no terreno da fábrica, e que o solo é contaminado. Como restrições, há escavações e de trabalhadores de obras, o que nos aponta para o entendimento de que não poderia haver nenhuma construção na área, uma vez que seriam necessárias escavações do terreno e a presença de trabalhadores.

Outro ponto muito importante da Tabela 04 é a classificação da área, onde estão classificadas de acordo com a Resolução Nº 420/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), como:

AI – Área Contaminada sob Investigação – área em que comprovadamente for constatada, mediante investigação confirmatória, a contaminação com concentrações de substâncias no solo ou nas águas subterrâneas acima dos valores de investigação.

ACI – Área Contaminada sob Intervenção – área em que for constatada a presença de substâncias químicas em fase livre ou for comprovada, após investigação detalhada e avaliação de risco, a existência de risco à saúde humana.

AMR – Área em Processo de Monitoramento para Reabilitação – área em que o risco for considerado tolerável, após a execução de avaliação de risco.

AR – Área Reabilitada para o Uso Declarado – área que, após período de monitoramento, definido pelo órgão ambiental competente, foi confirmada a eliminação do perigo ou a redução dos riscos a níveis toleráveis (INEA, 2014, p. 04).

Na área da nossa empiria, percebemos que ela está classificada como AR, ou seja, Área Reabilitada para Uso Declarado. Contudo, ao observamos a Tabela 04, percebemos que o uso declarado de nossa empiria é de obra de infraestrutura e não de residencial, o que nos aponta que a construção de moradias no local não é adequada.

Além dos condomínios, na área da antiga fábrica também se localizam duas escolas municipais, sendo a primeira um Espaço de Desenvolvimento

Infantil (EDI) voltado para a escolarização das crianças até seis anos de idade, já em atividade; e a segunda que ainda está em construção, localizada ao lado do local onde foram enterrados os resíduos de amianto (Figura 11).

Figura 11: Placa da Prefeitura do Rio informando a construção da escola.



Juliana Macedo de Sousa (2019).

Okada Ahmed (2015) aponta que a contaminação de uma área pode acontecer durante seu uso ou após a inativação das atividades ali realizadas e que uma área contaminada pode haver restrições para seu uso futuro. Sendo assim,

uma vez identificada como contaminada, a sua reutilização para fins privados ou públicos e para fins de reintegração na malha urbana demanda critérios específicos para a avaliação e conseqüente tomada de decisão no campo da saúde ambiental quanto aos usos pretendidos (2015, p. 123).

A contaminação de uma área em geral está relacionada ao tipo de atividade realizada, aos materiais e substâncias ali utilizados e ao manuseio desses materiais e substâncias. Logo, cada tipo de atividade resulta em um determinado tipo de contaminação, cabendo aos órgãos ambientais estabelecer formas de recuperá-las ou reabilitá-las a usos futuros possíveis. Esses usos dependem da qualidade do solo, pois há usos futuros que exigem uma qualidade ótima do solo e outros que não, como destaca Sánchez (1998, p. 96 citado por OKADA AHMED, 2015, p. 124):

É evidente que usos de ordem residencial, recreativa ou agrícola requerem qualidade excelente do solo, pois a possibilidade de contato direto e de exposição a gases é muito elevada, enquanto que usos industriais ou comerciais, ou ainda estacionamentos ou vias de transporte, são menos exigentes.

Por isso, ao analisarmos a tabela completa do Cadastro de Áreas Contaminadas do INEA (2015), percebemos que das áreas cuja contaminação é oriunda de atividade industrial, somente quatro delas apresentam como “uso residencial”, sendo que, até aquele momento, nenhuma delas está em situação final AR. O que nos revela como é preocupante o uso de áreas contaminadas com a finalidade residencial.

Dessa forma, percebemos que se até mesmo as áreas contaminadas que foram declaradas de uso residencial não estão reabilitadas para tal uso, nossa empiria, os seis condomínios da Faixa 01 do PMCMV em Senador Camará, cujo uso consta como obra de infraestrutura, está sob um perigo latente, pois como sabemos, a antiga fábrica *Brasilit* produzia telhas e caixas d’água de um material conhecido como fibrocimento. De acordo com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, o fibrocimento é uma mistura de amianto, celulose, cimento, calcário e água, na qual há a presença de 7% a 10% de amianto. O uso deste material é mais comum em telhas e caixas d’água.

De acordo com a Resolução da Conama Nº 307/2002, os resíduos de material que contem amianto são tratados como resíduos de construção civil, de classificação D, referente a resíduos perigosos. Segundo a Resolução, os materiais são divididos em quatro classificações, onde cada qual tem uma forma de descarte, porém não muito bem definida. Essas classificações consistem em:

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma: I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras; II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução nº 431/11).

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham **amianto** ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04) [grifo nosso].

[...]

Art. 10. Os resíduos da construção civil, após triagem, deverão ser destinados das seguintes formas: (nova redação dada pela Resolução 448/12)

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (nova redação dada pela Resolução 448/12)

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (nova redação dada pela Resolução 448/12).

Percebemos com as Resoluções acima que o amianto é reconhecido como material perigoso, devendo ter uma área de descarte própria para seus resíduos como material de construção civil. Sendo assim, os resíduos de sua própria fabricação, deveriam ser tratados com cuidado maior ainda, de forma que não houvesse nenhum tipo de contato ou exposição humana com tais resquícios. Mediante a essa classificação como material perigoso, é preciso discutir as propriedades do amianto, bem como suas consequências para a saúde humana.

3.3.

O amianto e a questão da saúde

O amianto é uma fibra de origem mineral, derivada de rochas metamórficas, podendo ser classificado em dois grandes grupos principais: serpentinas (crisotila ou amianto branco) e anfibólios (tremolita, actinolita, etc.). É também conhecido como asbesto, termo de origem grega cujo significado revela suas propriedades: incorruptível, indestrutível e inextinguível. Isso significa que

tal elemento possui alta resistência química, térmica, mecânica e orgânica, possuindo boa capacidade de isolamento elétrica, acústica e térmica, a alta flexibilidade e, sobretudo, se fibroso, a facilidade de ser tecido ou fiado. Diante dessas propriedades, é compreensível porque o amianto ganhou grande repercussão no mundo. A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, o amianto passou a ser usado em larga escala nas diferentes atividades fabris, após a descoberta das infinitas utilidades da fibra do amianto, como na fabricação de livros, de tecidos incombustíveis, isolantes térmicos, inclusive como revestimento e isolante das caldeiras das máquinas a vapor (ARAÚJO, 2011).

Tanta preocupação em torno do amianto se dá pelo seu alto poder cancerígeno, além de diversos outros problemas de saúde causados pelo contato com a substância. Isso porque as fibras do asbesto parecem um pó, praticamente invisível, podendo se deslocar por longas distâncias e permanecer no ambiente por muito tempo, o contaminando. O perigo está justamente na sua alta resistência e invisibilidade, pois muitas pessoas são expostas à poeira sem ter conhecimento disso, e uma vez inalada, a fibra de asbesto permanece no organismo de forma indestrutível.

Como aponta Castro, Giannasi e Novello (2009), o amianto é uma substância altamente perigosa para a saúde humana, sendo seu contato altamente perigoso em qualquer forma da substância e qualquer estágio da produção. Há uma vasta literatura sobre a questão do amianto, sobretudo o que tange à saúde dos trabalhadores que manuseavam tal substância em diferentes estágios da produção, caracterizando uma exposição ocupacional ao amianto. Ao longo do tempo, os pesquisadores foram descobrindo que a substância não representava um risco apenas aos trabalhadores que tinham contato com o amianto, mas também oferecia perigo aos familiares desses trabalhadores, às pessoas que moravam próximas as atividades fabris que utilizavam o amianto ou que habitavam próximas às minas de exploração, o que caracteriza uma exposição ambiental (quando as pessoas são expostas a substância presente no ambiente).

Para Novello (2012), os efeitos nocivos do amianto podem atingir toda a sociedade, através da contaminação do solo e ar pelas fibras do material. Sendo assim, estima-se que haverá um crescente número de doentes por causa do amianto no Brasil. Por isso, para o autor o amianto tornou-se uma questão de saúde pública, pois a invisibilidade das fibras do material permite que as pessoas sejam expostas sem terem conhecimento dessa exposição. Logo, a fibra pode

ser facilmente inalada ou ingerida, e seus efeitos no organismo só se manifestarem anos após o contato com o material.

Uma das formas de exposição ambiental ao amianto apontada pelo INCA (Instituto Nacional do Câncer) é a exposição por residir próximo às áreas contaminadas (solo e ar) pelo material, o que assinala que a população de nossa empiria, os condomínios do PMCMV, além de alunos, professores e pais que freqüentam a escola em atividade, estão expostos constantemente a esse perigo ao residir e frequentarem uma área onde se localizava uma fábrica de telhas e caixas d'água de amianto.

Como já afirmado, o amianto pode causar diversas doenças pulmonares e cânceres em diferentes órgãos do corpo humano. Segue abaixo algumas doenças relacionadas à exposição ao amianto, assim como sua forma de ação no corpo, seus sintomas e conseqüências:

Asbestose ou fibrose pulmonar. Perda da elasticidade (endurecimento, empedramento) gradual do tecido pulmonar provocando falta de ar progressiva, cansaço, emagrecimento, incapacidade funcional para o trabalho nas fases iniciais, e para as tarefas do cotidiano nas fases mais avançadas. Leva à morte lentamente, com quadros recorrentes de pneumonia. Na fase mais aguda da doença são necessárias doses elevadas de oxigênio para suprir a função respiratória. Surge em média com 10 anos de exposição ocupacional.

Câncer de pulmão. Tumor maligno que surge geralmente a partir de 25 anos de exposição ao amianto. O tratamento é similar ao aplicado em outros tipos de câncer, ou seja, quimioterapia, radioterapia e remoção parcial ou total do pulmão, quando a cirurgia é indicada. Expostos simultaneamente ao amianto e ao tabaco têm probabilidade 57 vezes maior de desenvolver o tumor.

Mesotelioma de pleura. A pleura é o tecido que reveste internamente a caixa torácica. Este tipo de tumor maligno leva o paciente à morte, no máximo, em até dois anos após o diagnóstico. A doença pode aparecer até cinco décadas depois do primeiro contato com a fibra, acometendo também pessoas indiretamente expostas. Pode haver um longo período silencioso ("tempo de latência"), sem exposição, até que apareça esta doença de alta malignidade. Ele não depende da dose e pode ocorrer após qualquer quantidade de exposição. Ocorre, também, em não-trabalhadores, em função de exposições acidentais domiciliares, ou por exposição ambiental (residir próximo à indústria que processa amianto, etc.). Em alguns casos é indicada a cirurgia para remoção da pleura ou o emprego de terapias à base de radioterapia e quimioterápicos de última geração para aumentar a sobrevida do paciente e reduzir os efeitos colaterais desses tratamentos. Porém, além de grande sofrimento para o paciente, o mesotelioma maligno invariavelmente é de rápida evolução e sempre fatal.

Doenças pleurais. Inclui as placas, derrames, espessamentos de pleura e/ou diafragma e outras patologias não malignas. As doenças provocam falta de ar, cansaço, dores nas costas e

resfriados recorrentes, tosse produtiva (com catarro) e podem evoluir até levar à incapacidade para o trabalho.

Câncer de laringe, dos órgãos do aparelho digestivo, reprodutivo e de defesa do organismo. Alguns cientistas entendem que esses órgãos são atingidos pela limpeza promovida pelo pulmão e não pela ingestão das fibras através de bebidas e alimentos contaminados. No entanto, como a respiração se dá tanto através do nariz quanto da boca, ambos devem ser protegidos do contato com as fibras do amianto (CÂMARA, 2010, p. 98-99).

De acordo com Novello (2012), há uma invisibilidade social das doenças associadas ao amianto. Entre as causas dessa invisibilidade, destacam-se:

Grande período de latência das doenças atribuídas ao amianto; somente a partir de 1996, a CID - Classificação Internacional de Doenças ter incorporado em sua 10ª. Revisão a morfologia para tumores malignos, isto é, o tipo de tumoração, no caso de mesotelioma para fins de registro (anteriormente só existiam os dados sobre topografia, por ex.: câncer de pleura, peritônio etc.); subordinação dos profissionais da área médica aos critérios da OIT, a alta rotatividade encontrada nas plantas industriais, chegando em alguns casos a 90% em um ano; inexistência de trabalhos epidemiológicos de busca ativa de casos quer entre trabalhadores, quer entre populações não-ocupacionalmente expostas; não acesso da classe trabalhadora aos serviços médicos especializados em diagnóstico de cânceres; atribuição ao fumo em casos de câncer de pulmão, em função do sinergismo existente entre o mesmo e o amianto; a legislação brasileira só a partir de 1991 instituiu a obrigatoriedade da realização de rigoroso controle médico nos expostos por até 30 anos após sua demissão (GIANNASI, 2002 citado por NOVELLO, 2012).

A Organização Mundial da Saúde aponta que não há nenhum limite seguro para a exposição ao amianto, sendo todos os tipos da fibra de amianto nocivos a saúde, sendo a única solução segura o banimento do amianto no mundo (Câmara, 2010). Diante disso, percebemos que a construção de moradias sociais no terreno da antiga fábrica de telhas *Brasilit*, em Senador Camará, posiciona a população residente dessas moradias em um quadro de futuro adoecimento decorrente dessa exposição.

Além da exposição por conta do contato com o solo, como abordado no capítulo anterior, os materiais utilizados na construção desses empreendimentos do PMCMV voltados para as famílias de baixa renda apresentam baixa qualidade, o que nos faz questionar sobre as tubulações de água, que passam sob o solo contaminado. Não sabemos as condições dessas tubulações, que através da água, podem acarretar em mais uma forma de contato com as fibras de amianto, possibilitando a sua ingestão.

Dessa forma, a completa negligência por parte do Estado, conjugado aos interesses capitalistas, colocam a população desses empreendimentos do PMCMV em uma situação de maior vulnerabilidade, podendo comprometer a reprodução de suas vidas, e sem ter conhecimento dos riscos que tal exposição os coloca. De fato, a questão do amianto tornou-se uma questão de saúde pública, uma vez que os problemas de saúde causados pela exposição à substância são suscetíveis a toda a população que tiver contato com suas fibras. No entanto, acreditamos que os moradores dos empreendimentos do PMCMV em Senador Camará compõem um quadro de risco maior.

Até o presente momento, não temos disponíveis dados que indiquem um quadro de adoecimento dessa população. Contudo, para nós, isso não significa que esta população apresenta uma vida saudável. Como veremos no próximo capítulo, acreditamos que saúde não é um quadro de não-doença. Devido a isso, nossa pesquisa tem como objetivo apontar o fato de que a manutenção da reprodução da vida desses moradores possa estar comprometida ao residirem no local estudado.

Saúde, corpo e espaço

Ao refletirmos sobre saúde, não são raros os momentos em que a associamos a doenças, isso porque durante longo tempo a saúde foi compreendida como a ausência de doenças. Até hoje, muitas políticas públicas voltadas para a promoção da saúde, é direcionada para a prevenção de doenças, para que o corpo funcione biologicamente em boas condições. Desse modo, saúde era considerada não-doença. Contudo, nos tempos atuais, sobretudo no campo da Geografia da Saúde, muito se tem debatido sobre o conceito de saúde e como a ciência geográfica pode contribuir e ter visibilidade na reprodução da vida.

Segundo Guimarães (2015), para nos aproximarmos do que seja saúde, é preciso ter como ponto de partida a experiência dos homens reais. Isso dado que “Na luta constante entre a vida e a morte, os sujeitos produzem a sua própria geografia”, e, “só podemos estruturar nosso pensamento geograficamente porque na vida real há uma geografia vivida” (p. 47-48). Na interface da vida e da morte, na produção de uma geografia vivida, assim como na condição de saúde, está o corpo. É através da corporeidade que os sujeitos produzem suas geografias, portanto, produzem espaço.

Para Carlos (2014), o homem se relaciona com o espaço através do corpo, sendo este a mediação necessária para a relação com o mundo e com os outros. Logo, é através do corpo que exercemos nossa espacialidade, que temos contato com o mundo, que produzimos nossa vida cotidiana. No constante devir, o corpo é a primeira escala espacial, pois é através do corpo que o indivíduo se situa nas práticas espaciais, sendo o corpo “a expressão de relações sociais” (CARLOS, 2014, p. 474).

Nesse sentido, objetivamos neste capítulo analisar a relação entre corpo, saúde e espaço, compreendendo de que forma o comprometimento da saúde dos moradores dos condomínios do PMCMV do bairro de Senador Camará, por residirem em muma área contaminada por amianto, poderá intervir em suas práticas espaciais.

4.1.

O corpo como escala espacial

Como afirmamos no primeiro capítulo, a produção do espaço sob a lógica capitalista fragmenta e segrega os espaços, produzindo um mosaico de desenvolvimento geográfico desigual. Para Smith (1988), o processo de desenvolvimento desigual se dá em diferentes escalas espaciais produzidas pelo capital. Para o autor, é dentro das escalas espaciais que ocorre a organização do desenvolvimento do espaço capitalista.

Para Smith (2000), a escala geográfica é socialmente construída, ou seja, a escala é produzida na sociedade e mediante as atividades nela exercidas. Por isso, o autor considera a escala como o lugar de luta política. Sendo assim, o autor (2002) nos convida para a reflexão da produção das escalas geográficas, nos atentando para o fato de que as mesmas não podem ser tratadas como algo ontologicamente dado, mas como um construto social assim como é o espaço.

Dessa forma, faz-se importante não somente pensar nas diferentes escalas espaciais produzidas pelo processo de produção do espaço, como na construção de cada uma delas, pois “a construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados”, a escala é “um progenitor ativo de processos sociais específicos” (SMITH, 2000, p. 143-144). Logo, podemos dizer que um processo social se manifesta diferentemente em cada escala, ao mesmo tempo em que a escala o produz de forma específica de outras escalas.

Portanto,

El concepto de escala asume, por tanto, un segundo significado. No sólo es la escala material trabajada y re trabajada como paisaje, sino también es la escala de resolución o abstracción que nosotros empleamos para entender las relaciones sociales, cualquiera que sea su impresión geográfica (SMITH, 2002, p. 142).

Antes de fazer uma análise esquemática e exploratória das escalas, Smith (2000) nos alerta para o fato de que as escalas não são separadas rigidamente. Há uma conexão social entre elas. Por isso, para o autor é melhor conceber as escalas como encaixadas, para não congelá-las hierarquicamente. Ao fazer uma análise sobre a escala do corpo até a escala global, nos atenta para o fato de que essa tipologia de escalas é para organizar melhor o pensamento, contudo, há incompletude dessa tipologia, pois as escalas são abertas e múltiplas, assim como o espaço. Sendo assim, o autor se concentra

nesta obra em quatro aspectos de cada escala: a identidade, ou seja, o que caracteriza cada escala; as diferenças internas; as fronteiras com as outras escalas; e, o que o autor denomina como “saltar escalas”, que seria a revogação de fronteiras escalares. Apresentaremos, brevemente, algumas dessas escalas abordadas por Smith.

Na escala do corpo, Smith (2000) aponta que o corpo é o local físico primário da identidade pessoal, mas também é a demarcação de uma fronteira física entre o eu e o outro, em um sentido físico e pessoal, pois além de ter um espaço fisiologicamente definido, também tem a construção de um “espaço pessoal”, a construção de sua identidade. Logo, a escala do corpo também é socialmente construída.

A identidade do corpo em si está diretamente relacionada com as diferenças internas do corpo. Sendo assim, a dialética entre identidade e diferença é mais primordial na escala do corpo, embora também seja central na definição das outras escalas (SMITH, 2000). Isso se dá, pois, as formas de diferenciação social são construídas a partir da identidade do corpo, como por exemplo, a diferença de gênero e raça, como bases para uma opressão social.

O corpo é também o local da reprodução biológica, e por isso, tem necessidades específicas para a sua reprodução. Comer, dormir, beber, dentre outras atividades, são necessidades biológicas de todo corpo. Dentre estas necessidades, encontra-se o abrigo, como abordado no primeiro capítulo, abrigar-se é uma necessidade inerente ao corpo, entretanto, ter a moradia enquanto propriedade privada é uma necessidade socialmente construída.

Segundo Smith (2000), a casa também é uma escala espacial. A casa é a localização física onde as atividades de reprodução biológica são realizadas, de forma que a reprodução social aconteça. Para o autor, a casa é o lugar da reprodução pessoal e familiar, mas também “ela representa uma espacialização de diferentes experiências, atividades e funções sociais, ou combinações delas, e é mobiliada de acordo com essa espacialização” (p. 147). Portanto, a casa é dividida por diferentes usos e lugares a partir da diferença da função social das pessoas que a habitam.

A casa também aponta para uma diferenciação de classes, devido à sua localização. Como já abordado anteriormente, a produção de moradias sob a lógica capitalista leva a uma localização menos privilegiada para moradias das classes mais pobres. De fato, as melhores parcelas do espaço para a habitação são destinadas para aqueles que podem arcar com seus custos. Como manifestação dessa produção capitalista do espaço, temos nossa empiria, onde

um terreno contaminado por amianto é utilizado para a construção de moradias destinadas às famílias de baixa renda. Claramente, percebemos que neste caso, a condição do terreno é uma das diferenciações de classe na escala da casa.

Na escala da comunidade é onde a reprodução social ocorre, onde as atividades ligadas a essa reprodução são realizadas. Nela, as instituições sociais e culturais e o Estado local assumem forma fixa. As comunidades são socialmente construídas, de forma que, suas formas espaciais podem ser bem distintas uma das outras. Para Smith (2000), no capitalismo avançado, as comunidades operárias podem ser correspondentes aos limites de bairro. Dessa forma,

A identidade do bairro e da comunidade podem sobrepor-se de forma significativa, com base em características da classe como tipo de trabalho, etnia, raça, origem nacional ou alguma continuidade mais vaga de tradição, propinquidade social ou identificação de propriedade com lugar (SMITH, 2000, p. 149).

O espaço urbano é considerado por Smith (2000) como a esfera do mercado de trabalho. Para o autor, nessa escala está envolvida “a centralização mais rematada dos recursos e de capital devotados à produção, ao consumo e à administração sociais” (p. 150). Por isso, na escala do espaço urbano a diferenciação espacial ocorre de várias maneiras, de forma que a alocação dos diferentes usos da terra se dá mediada pelo mercado imobiliário. Como aponta o autor, os aluguéis têm um papel fundamental, à medida em que os aluguéis diferenciados da parcela do espaço facilitam a diferenciação espacial das atividades comerciais, industriais, residenciais, dentre outras. Sendo assim, dentro da cidade,

a estrutura de aluguéis, a política do governo e as instituições financeiras privadas criam uma diferenciação do espaço residencial, em larga medida, mas não exclusivamente, por classe e raça, uma diferenciação estrutural que é culturalmente transformada num mosaico de enclaves (SMITH, 2000, p. 150).

Tais enclaves se dão pelo próprio processo de produção capitalista do espaço, que para o pleno desenvolvimento capitalista homogeneiza, fragmenta, segrega e hierarquiza o espaço, como forma de superação dos limites do próprio capital.

Ainda segundo Smith (1988), em um nível mais básico,

o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos — indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante (p. 199).

Para o autor, no desenvolvimento urbano se encontra, contraditoriamente, a expressão geográfica mais perfeita da descentralização do capital, pois, sendo o espaço urbano a centralização do capital produtivo, seus limites se definem pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho.

A escala regional, segundo Smith (2000), é o lugar da reprodução econômica, “está intimamente ligada aos ritmos mais amplos da economia nacional e global e a identidade regional é construída de forma desproporcional em torno de tipos de trabalho ali desenvolvidos” (Ibid., p. 151). Logo, podemos dizer que a identidade regional se dá pelos diferentes tipos de atividades produtivas desenvolvidas na região, fazendo com que a sua identidade seja contornada de maneira mais ampla. Podendo, portanto, a região ser concebida como uma rede de conexões econômicas.

A escala nacional pode ser compreendida como o lugar do poder estatal, uma vez que a escala nacional é, antes de qualquer coisa, uma construção política (SMITH, 2000). Se anteriormente, a escala dominante do poder estatal era a escala urbana e, por algumas vezes, a escala regional, hoje, é na escala da nação que predomina o poder estatal. Isso não quer dizer que nas outras escalas não há o exercício do poder estatal. Muito pelo contrário, como podemos perceber em nossa pesquisa, o lugar onde habitaremos e até mesmo a saúde dos nossos corpos, são controlados pelo poder estatal. Smith (2000) sinaliza que o Estado polícia as fronteiras das outras escalas mais baixas, especialmente o corpo, a casa e a comunidade, pois são dessas escalas que emergem os desafios ao poder estatal, havendo assim, maior possibilidade de confronto a tal poder.

Da mesma forma que as outras escalas, a escala global também é socialmente construída. Com o advento do modo de produção capitalista, a escala global é uma construção da circulação do capital. De fato, conforme as barreiras à circulação de capital foram sendo ultrapassadas, foi se construindo uma globalização do mercado mundial, levando a uma construção econômica da escala global unificada (SMITH, 2000). Assim, a escala global é cada vez mais moldada pelas relações sociais e econômicas específicas da sociedade capitalista do que pela expansão política dos países (SMITH, 2000).

Para Carlos (2014), o homem se relaciona com o espaço através do corpo, sendo este a mediação necessária para a relação com o mundo e com os outros. Logo, é através do corpo que exercemos nossa espacialidade, que temos contato com o mundo, que produzimos nossa vida cotidiana. No constante devir, o corpo é a primeira escala espacial, pois é através do corpo que o indivíduo se situa nas práticas espaciais, sendo o corpo “a expressão de relações sociais” (CARLOS, 2014, p. 474). Desse modo, podemos nos questionar quais relações sociais estão impressas nos corpos dos moradores dos condomínios do PMCMV do bairro de Senador Camará.

Em primeiro o lugar, a casa (a partir de onde o sujeito começa a construir suas relações familiares e primeiras referências); depois a rua, na qual se vê em relação com o outro, instituindo tramas identitárias; depois a escala do bairro, que vai ganhando dimensão como relação de vários espaços-tempos mediados pela troca social (de todos os tipos); e, articulando essas escalas, o corpo depara-se com a cidade, multifacetada e múltipla, de ações simultâneas e imagens que seduzem e orientam. Delineia-se assim uma justaposição de momentos da vida e escalas espaciais. [...] A escala da vida cotidiana realiza-se concretamente, portanto, a partir de relações espaço-temporais, isto é, o modo como minha vida se desenrola revela uma dimensão espacial – a física nos deixa claro que todo corpo ocupa um lugar no espaço –, o que nos coloca a questão de como a realização da vida pode ter, nessa condição, um pressuposto (CARLOS, 2014, p. 474-475).

Logo, percebemos que através do nosso corpo, todas as nossas relações acontecem em um espaço-tempo determinado, tendo, portanto, nossa existência tem uma corporeidade (CARLOS, 2014). E, por isso as relações sociais têm uma existência espacial concreta, pois como exprime Smith (1988), nós não vivemos, trabalhamos, atuamos “no” espaço, porém produzimos espaço vivendo, trabalhando e atuando.

Sendo assim, entendemos que o corpo tem uma dimensão espacial, não apenas no sentido de estar localizado em um espaço-tempo, como no sentido de produzir espaço através das suas ações. Em outras palavras “a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os ‘rastros’ da civilização” (CARLOS, 2001, p. 213). Ao mesmo tempo em que produz espaço, o corpo é produzido pelo mesmo, o que significa dizer que o corpo é também produto. Os processos sociais, de maneira geral, transformam, modelam, normatizam o corpo, de forma que nele se revele todos esses processos. Assim, no corpo há uma relação dialética enquanto produto e produtor de espaço.

Dessa maneira, temos

[...] como ponto de partida e de chegada o corpo, nem sujeito, nem objeto filosófico, nem como meio interno se opondo a um meio externo, nem como mecanismo ocupando um espaço, mas como corpo espacial, produto e produção de um espaço que recebe imediatamente as determinações, simetrias, interações e reciprocidades de ações e planos, centros e periferias, oposições concretas, quer dizer, espaço temporais (LEFEBVRE, 1978, citado por CARLOS, 2001, p. 237).

Dessa forma, temos o corpo como ponto de partida e de chegada para compreender como as contradições da produção do espaço como moradia social se manifestam na vida dos moradores dos seis condomínios da Faixa 01 do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. Compreendemos que seus corpos não são apenas corpos físicos, mas corpos espaciais que são produtos e produtores de espaço. Contudo, o corpo físico se faz importante nessa relação. Sem o corpo físico, o corpo espacial não existiria. Por isso, consideramos a saúde como fundamental para que as práticas espaciais desses moradores possam continuar existindo. Dessa forma, é preciso compreender o que é saúde e sua aproximação com a Geografia.

4.2.

Geografia e Saúde

A aproximação da Geografia com a questão da saúde se deu através de uma Geografia Médica, onde as análises se direcionavam para a compreensão da localização e distribuição dos elementos que contribuíam para o processo de adoecimento das pessoas. Guimarães (2015) aponta que com o advento do mundo urbano-industrial, a saúde se tornou vinculada às questões urbanas. Em um primeiro momento, com a dominância da visão higienista, o planejamento urbano era considerado saúde pública, de forma que as melhorias das condições de vida nas cidades eram melhorias nas condições sanitárias. Nesse momento,

As doenças passaram a ser vistas como um mal associado à imundície do ambiente, e que poderiam ser eliminadas educando a população pobre para as práticas de higiene, fiscalizando a qualidade dos alimentos, expandindo a rede de água e de esgoto e derrubando as edificações insalubres (Ibid., p. 26).

Nesse momento, a cartografia teve um importante papel para a análise dos padrões espaciais de distribuição das doenças, obtendo assim uma posição de destaque. Ramos (2014) sinaliza que, a cartografia foi uma das principais ferramentas não somente para a identificação do padrão de distribuição das doenças, como também para identificar outros fatores que pudessem acrescentar novas informações para a análise da doença estudada. Consolidou-se assim, o pensamento higienista na, então denominada, Geografia Médica, onde as interações entre o meio físico e social, e o estado de saúde tornaram-se objeto de pesquisa dessa área da ciência geográfica.

Para Guimarães (2015), foi no início da década de 1960 que a noção de ambiente foi incorporada nas questões da saúde, juntamente com a qualidade de vida. Assim, novas indagações foram sendo postas, e conseqüentemente, em pouco tempo novos atores foram integrados nas discussões sobre a temática, fazendo com que a questão da saúde extrapolasse a ação médica.

Segundo o autor (2016), sempre houve uma estreita relação entre a geografia e a epidemiologia, a começar pela forte influência do método positivista nestas ciências. Sendo assim, tanto a geografia como a epidemiologia, tiveram de lidar com as dicotomias geradas pelo próprio método analítico, como a dicotomia entre sociedade/natureza e corpo anátomo-fisiológico/corpo social. Diante disso, muitas questões foram levantadas, fazendo com que a ciência geográfica e a ciência epidemiológica se estreitassem mais. Questões tais como:

(i) como considerar os processos nas explicações dos fenômenos? (ii) como compreender os fatos por meio de determinantes ao mesmo tempo sociais e naturais? (iii) quais objetivos as pesquisas deveriam ter, além do estabelecimento de leis gerais através de um processo crescente de generalização? (GUIMARÃES, 2016, p. 870).

Sendo assim, na década de 1970, conforme novas indagações sobre as contribuições da Geografia foram surgindo, as análises espaciais de doenças foram perdendo força no campo da Geografia da Saúde. Logo, as contribuições da Geografia não podiam ser somente na localização e distribuição das doenças, assim como de suas causas, transformando-se em uma Geografia das doenças.

Portanto, a Geografia,

acompanhou a tendência que pouco a pouco deslocou o conceito de doença para o de saúde, compreendida como um

estado de bem-estar completo, físico, mental e social e não simplesmente marcado pela presença da enfermidade. Sem dúvida, o conceito ganhou um sentido mais positivo, sobretudo, uma dimensão cultural e social inteiramente nova, além de sair da órbita estritamente médica (GUIMARÃES, 2015, p. 32).

No entanto, até o conceito de saúde adquirir um sentido mais positivo foi uma longa caminhada. Muitas são as divergências e discussões que ocorrem para se construir uma noção de saúde que integre diferentes aspectos da vida humana. Por isso, se faz necessário uma breve discussão sobre as abordagens mais contemporâneas da noção de saúde para compreender os conflitos entre as variações de definição de saúde.

A concepção dominante no senso comum de saúde como a ausência de doenças não é por acaso. A concepção de saúde na medicina moderna se construiu a partir da mudança da concepção de doença. Com o advento da Modernidade, tal concepção originou-se em um período de intenso debate e transformações sociais iniciadas no século XVII, em que a ciência buscava novos paradigmas. É diante do debate entre empiristas e racionalistas que a ciência vai se afirmar e estruturar seu método (BATISTELLA, 2007). A observação e a experiência são as bases da nova racionalidade que fundamentará a medicina moderna.

Dessa maneira,

Com o aprofundamento dos estudos anatômicos, as disseções de cadáveres passam a procurar a doença no corpo (e não fora dele) a partir de seus sinais, e o desenvolvimento da anatomia patológica torna-se um dos principais alicerces da medicina moderna. Mais à frente, a unidade de análise deixa de ser o órgão e passa ser os tecidos. O 'olhar munido' (não só de instrumentos e técnicas, mas, principalmente, de teoria) parte em busca de evidências empíricas, e o exame físico mostra a mudança na estrutura dos tecidos: a cada sintoma corresponde uma lesão anatomopatológica. A doença, então, transforma-se em patologia (BATISTELLA, 2007, p. 53).

Mediante essa mudança na concepção de doença, a concepção de saúde também se transformou. Se agora a doença é considerada uma patologia, a saúde logicamente é o seu contrario, ou seja, fisiologia. Logo, percebe-se que para um corpo ser saudável basta não apresentar nenhum quadro patológico. Para alguns autores, essa transformação na concepção da saúde e da doença está ligada à submissão da ciência médica ao modelo de produção capitalista emergente na Modernidade. Esta submissão acarretou em uma visão

mecanicista do organismo humano, de forma que o corpo humano era compreendido como uma máquina onde cada parte do corpo precisaria funcionar corretamente para que assim o organismo fosse saudável.

Segundo Batistella (2007), tal concepção ainda hoje não é só reafirmada pela medicina, como ainda orienta grande parte das pesquisas e desenvolvimento tecnológicos em saúde. Para o autor, a hegemonia e a força desse pensamento biomédico são os responsáveis pela predominância da concepção de saúde como ausência de doença, o que para ele é uma visão muito limitada, afinal “nem sempre a ausência de sinais e sintomas indicam a condição saudável” (p. 55). Podemos ver claramente essa visão de saúde limitada nas vidas dos moradores de nossa empiria, pois embora ainda não possa haver sintomas ou sinais de contaminação em seus corpos pela presença do amianto no terreno que residem, isso não significa que estejam em condições saudáveis.

Diante dessa concepção de saúde, foram muitas as críticas e discussões para que a noção de saúde fosse mais ampla, fazendo com que outras linhas surgissem a fim de construir uma nova concepção de saúde. Guimarães, Pichenhayn e Lima (2014), ao abordarem a noção de saúde, apontam que de acordo com Kornblit y Mendes Diz (2000), há duas linhas de concepções do que seja saúde. Uma, denominada de concepções “médicas”, as quais compreendem o corpo humano como uma máquina. Nessas concepções, a saúde é fortemente concebida pela noção de “ausência de enfermidades”, de forma que “o equilíbrio físico se projeta no campo somático-fisiológico” (Ibid., p. 19). Dentre tais concepções, a psicofísica é a única em que a subjetividade é considerada, por incluir o fator mental na noção de saúde. Sendo assim, na concepção psicofísica, a saúde é “um campo de relações entre a psique e a soma, que influem diretamente no bem-estar dos indivíduos” (Ibid., p. 19).

A outra linha é composta pelas denominadas concepções sociais, surgidas a partir da revolução médica do século XX, em que o plano do coletivo se sobrepõe a questão individual, onde, portanto, as complexas interações entre meio e sociedade emergem. Diante disso, há três concepções sociais: a legal, onde, sendo a saúde considerada um bem que todos possuem, requer uma tutela jurídica, e logo, cabe ao Estado o dever de assegurar a todos o direito à integridade; a econômica, onde a saúde é um bem escasso e acessível que favorece a produtividade, onde sua manutenção e reprodução exigem intervenção pública e individual. E por fim, há a concepção sociocultural, em que para alcançar um desempenho adequado dos papéis sociais, para favorecer a

criatividade humana, é necessária a saúde como atitude, como predisposição, como capacidade inicial para poder trabalhar (GUIMARÃES, PICHENHAYN e LIMA, 2014, p. 20).

Uma concepção de saúde muito utilizada é da Organização Mundial da Saúde (OMS), elaborado em 1948. Segundo a OMS, saúde é um completo estado de bem-estar físico e mental, e não apenas ausência de enfermidade. Embora represente um avanço na questão da noção de saúde como ausência de enfermidades, tal definição apresentou algumas críticas importantes. Primeiramente, há uma crítica à noção de “bem-estar”, este sendo algo muito subjetivo, tornando a definição de saúde da OMS pouco objetiva. O que é bem-estar/mal-estar para um é diferente para outro, o que dificulta até mesmo a ação dos serviços de saúde. Conforme Caponi (1997) citada por Batistella (2007), essa subjetividade é um elemento inerente ao processo de saúde-doença e, portanto, está presente tanto em uma perspectiva restrita de saúde, como em uma perspectiva mais ampla.

Outra crítica relevante (e que está diretamente relacionada com a anterior) diz respeito a um “completo estado de bem-estar”, que para alguns autores é algo muito utópico e quase inatingível, tendo em vista que muitas são as situações adversas na vida de uma pessoa, onde atingir esse estágio de bem-estar físico e mental é praticamente impossível. Como afirma Batistella (2007), “a simples tentativa de definir o estado de bem-estar mental e social poderá supor uma existência sem angústias ou conflitos, sabidamente inerentes à própria história de cada ser humano e de cada sociedade” (p. 58).

E Caponi (2003) sinaliza que:

O estado de bem-estar parece supor um existência sem angústias, desconsiderando que os erros, os fracassos, as infidelidades fazem parte de nossa história e que, em alguns casos, o mal-estar pode resultar mais estimulante do que a absoluta carência de desafios. A partir do momento em que nosso mundo é um mundo de acidentes possíveis, a saúde não poderá ser pensada como carência de erros, mas sim como capacidade de enfrentá-los (p. 67-68).

Diante disso percebemos que há muitos conflitos em relação à definição da noção de saúde, tendo em vista a necessidade de se construir um conceito que abarque não somente os aspectos físico-biológicos, quanto os aspectos sociais, de forma que haja uma integralidade desses aspectos. Essa dificuldade de se construir um conceito de saúde que integre os aspectos físico-biológicos e os aspectos sociais pode ser justificada pela problematização filosófica que

Caponi (2003) realiza sobre o conceito de saúde. A autora nos aponta para a necessidade de se pensar a saúde para além de um termo científico, pois entende que haja duas justificativas plausíveis para a necessidade de se pensar filosoficamente a saúde: a primeira se refere ao fato de que a saúde foi um tema muito recorrente entre os filósofos clássicos, como Leibniz, Descartes, Kant, dentre outros. Caponi (2003) afirma que ao falar de saúde, Descartes tornou-se uma referência, pois para o filósofo era fundamental respeitar a distinção entre um mecanismo e um corpo humano, de forma que não é possível fazer semelhança de identidade entre um “relógio desregulado” e um “homem hidrópico” (DESCARTES, 1981, citado por CAPONI, 2003, p. 58). Sendo assim, o filósofo já apresentara o que viria a ser uma ruptura com o pensamento dominante sobre saúde: a visão mecanicista do corpo humano.

A segunda justificativa para se pensar a saúde como uma questão filosófica deriva de uma definição de filosofia apresentada por Canguilhem na sua obra *La Santé: concept vulgaire & question philosophique* (CAPONI, 2003), onde se baseando em Merleau-Ponty, diz que a filosofia é o conjunto de questões elaboradas por aquele que ao questionar, ele próprio é questionado. Dessa forma,

na medida em que todos nós compartilhamos esses fatos próprios da condição humana, que são o padecimento da dor e do sofrimento, e na medida em que todos vivemos silenciosamente este fenômeno ao qual damos o nome de saúde, parece que todos, sendo ou não, profissionais da saúde, devemos nos deparar, inevitavelmente, com esta questão (CAPONI, 2003, p. 58).

Já para Tambellini e Miranda (2012) tanto a saúde como a doença possuem duas dimensões: a dimensão da ciência, que “estabelece relações entre elementos e mecanismos sociais, físicos e psíquicos para explicá-la” (p.69); e a dimensão da experiência da vida, “que é concreta, singular e irrepetível” (p.69).

Por a saúde ser uma questão filosófica, Caponi (2003) demonstra a dificuldade da conceituação científica do termo saúde nas ciências biológicas, em que muitas vezes, a saúde do corpo permanece associada à eficiência de um mecanismo. Diante disso, é possível compreender a ausência de uma definição do termo saúde em muitos trabalhos que abordam diretamente a temática, levando-nos a uma dificuldade de compreender o que é a saúde para além da noção de ausência de doenças.

Para a autora acima citada baseada em Canguilhem (1990), a saúde não é um conceito científico, mas sim um conceito vulgar, à medida que é um conceito comum que está ao alcance de todos. Portanto, a autora traz a concepção de saúde elaborada por Canguilhem, onde saúde não está condicionada a cálculos e medições, mas podendo ser compreendida como “margem de segurança” (CANGUILHEM citado por CAPONI, 2003). O que seria essa “margem de segurança”? Seria a possibilidade de ficar doente e recuperar-se. Seria também a capacidade de lidar com as intempéries do meio, de forma que a saúde não estaria somente relacionada ao corpo biológico, mas também aos aspectos sociais que o envolvem. Logo,

a saúde era entendida, então, em relação à possibilidade de enfrentar situações novas, pela margem de tolerância (ou de segurança) que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do seu meio (CAPONI, 2003, p. 61).

Diante desse entendimento de saúde como “margem de segurança”, podemos associá-lo ao que Tambellini e Miranda (2012) compreendem por saúde. Para as autoras, podemos compreender a saúde da seguinte maneira:

Do ponto de vista conceitual, compreendemos a saúde não só como ausência de doença e/ou ausência do estado de bem-estar biopsicossocial, mas também como o gozo de uma vida digna e prazerosa, em que seja possível a realização das potencialidades humanas (2012, p. 69).

Com isso, podemos considerar a saúde como uma margem de segurança, na qual cada ser humano teria a possibilidade de realizar suas potencialidades, de poder reproduzir suas vidas no seu dia-a-dia, acarretando um caráter multidimensional ao conceito de saúde. Dentre estas dimensões, está a dimensão espacial.

Guimarães (2015), ao trazer uma dimensão geográfica ao conceito de saúde, a define como reprodução do espaço vivido. Para ele, há uma dificuldade de se pensar a saúde em termos geográficos. O ponto de partida para alcançar esse pensamento é na inserção do corpo no mundo. A partir do momento em que compreendemos que o corpo humano não é apenas um corpo anatomofisiológico, mas também é um corpo social, compreendemos que nas práticas sociais estão as experiências diferenciais de saúde. Como o autor aponta:

Às vezes, na forma do jovem se vestir, no vocabulário e nas gírias que utiliza, na música que cria ou gosta de ouvir ou no

cuidado que tem com o corpo é possível compreender o significado, para ele, da saúde como reprodução do espaço vivido (p. 51).

Por isso que para o autor precisamos nos aproximar dos homens reais para compreendermos a saúde, pois como aponta Canguilhem (1990) citado por Caponi (2003), a saúde se desenvolve no anonimato, no silêncio do cotidiano, isto é, a saúde se desenvolve na vida dos homens comuns, que vivem suas vidas silenciosamente no seu cotidiano, no desenvolver de suas atividades e na realização de suas práticas sociais. A definição de saúde de Guimarães (2015) também nos remete à conceituação apresentada por Tambellini e Miranda (2012), afinal é no plano do vivido que as potencialidades humanas são realizadas, que suas vidas são reproduzidas. Com isso, podemos considerar a saúde como uma margem de segurança na qual cada ser humano tem a possibilidade de realizar suas potencialidades na produção de suas geografias, ou seja, na realização de suas práticas espaciais.

Logo, podemos nos questionar se os moradores dos seis condomínios do PMCMV em Senador Camará, ao residirem em um solo contaminado estariam estreitando sua margem de segurança, impossibilitando-os de realizarem suas potencialidades no decorrer de suas vidas morando sob tais condições. No nosso entendimento, em algum momento futuro, a reprodução da vida desses moradores será comprometida pela situação em que o terreno se encontra, pois afeta diretamente seus corpos. E essa reprodução da vida, a construção da práxis se dá através de seus corpos.

Assim, a produção de moradias sociais, como hoje ela tem sido realizada no Brasil, tem como desdobramento o comprometimento da reprodução da vida dos moradores dos condomínios do PMCMV em Senador Camará. É na escala espacial do corpo que as contradições da produção do espaço como moradia social apresentam relação com a saúde humana, de forma que, a margem de segurança onde a vida desses moradores se reproduz com todas as suas potencialidades podem se restringir ainda mais com o passar dos anos residindo nessas moradias, onde silenciosamente, seus corpos estão sendo afetados por estarem expostos à área de contaminação por amianto. No silêncio das suas atividades cotidianas, das suas práticas espaciais, a reprodução do plano do vivido vai sendo comprometido pela produção de moradias sociais sob o comando do capital.

Conclusão

Muitas são as contradições que a produção do espaço como moradia social apresenta. Tais contradições são inerentes ao próprio processo de produção do espaço. Quando a produção do espaço é assumida pela lógica capitalista, o espaço enquanto condição, meio e produto da ação humana torna-se condição, meio e produto da realização do capital, ou seja, da reprodução das relações capitalistas de produção. Com isso, o próprio espaço torna-se uma mercadoria, implicando diretamente na questão da habitação. A primeira contradição fundamental sobre a questão da moradia inerente ao processo da produção do espaço enquanto mercadoria é a contradição entre *habitar* e *habitat*. Quando a provisão de moradias é assumida pelo capital, o valor de troca se sobressai ao valor de uso, com isso, o sentido de habitar se esvazia cada vez mais, sobressaindo o habitat, o ato de morar. A moradia ganha sentido de espaço que possibilite minimamente a reprodução do corpo enquanto força de trabalho.

Obviamente, a moradia é uma necessidade humana, afinal, abrigar-se é uma necessidade inerente ao ser humano, contudo, a maneira como a moradia hoje é adquirida, é uma determinação particular do nosso tempo, assim como praticamnete todas as necessidades humanas, a moradia também se tornou uma mercadoria. Isso significa dizer que a moradia tem um valor de uso e um valor de troca. Logo, para que a necessidade humana de abrigar-se possa ser atendida é necessário pagar pelo seu uso, a tornando uma propriedade privada.

A condição de propriedade privada da moradia esfumaça a essência da mesma, de forma que, seu valor de uso fica subjugado ao seu valor de troca. Assim, a moradia enquanto propriedade privada se manifesta como fenômeno da produção capitalista do espaço. Afinal, ter para si uma moradia significa obter para seu próprio uso uma parcela do espaço, mas não um espaço qualquer, e sim um espaço produzido sob a lógica capitalista, isto é, um espaço produzido sob a determinação do mundo da mercadoria. Ter uma moradia significa, portanto, apropriar-se privadamente de uma parcela de solo urbano.

Dessa maneira, a moradia se constitui uma mercadoria muito especial, apresentando nela uma forte contradição: ao mesmo tempo em que ela é fundamental para o capital por ser o espaço destinado à reprodução do corpo humano enquanto força de trabalho, por ser uma mercadoria de altíssimo custo, a moradia se torna muitas vezes inacessível para famílias mais pobres que não

tem condições financeiras de pagar por ela. Por ser uma mercadoria de altíssimo custo para muitas famílias, a ocupação irregular se tornou a forma que muitas famílias de baixa renda encontraram para ter acesso a esse bem denominado de moradia, cabendo a muitas ocuparem espaços desvalorizados por terem insuficiente infraestrutura e/ou graves problemas sociais, em parcelas do espaço que não se apresenta interessante para o investimento de capital.

Mediante a essa contradição, o Estado assume o papel de intermediador, para mitigar os efeitos dessa contradição. As políticas públicas de habitação social foram criadas, *a priori*, para possibilitar o acesso jurídico-legal das famílias de baixa renda às moradias. Isso significa possibilitar a expansão da moradia como propriedade privada às famílias que não tem condições de adquirir um imóvel. Contudo, embora extremamente necessárias tais políticas, a forma que as mesmas são elaboradas acabam por se constituírem em mais uma contradição, pois são elaboradas para serem executadas pelo próprio capital.

Este é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, cuja estrutura foi elaborada para ser executada pela iniciativa privada em parceria com o Estado. No entanto, como apontado em nossa pesquisa, as empreiteiras foram as protagonistas do Programa na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo as que atuaram na construção da Faixa 01 do Programa, destinada às famílias de menor renda. Revela-se assim, uma nova contradição, onde a escolha da localização desses empreendimentos é realizada pelo próprio capital a executar a construção. Sendo assim, as moradias destinadas às famílias da faixa 01 são construídas em terrenos extremamente baratos, e em alguns casos doados pelo município, de forma que as condições gerais do entorno dessas moradias propiciam um quadro de degradação da vida humana. Essas moradias são localizadas em áreas com pouca infraestrutura, distantes do seu local de origem, dificultando mais ainda a reprodução de suas vidas cotidianas.

Além dessas questões, como apontado nas reportagens apresentadas no primeiro capítulo, todos os empreendimentos da Faixa 01 do PMCMV estão sob o poder do tráfico ou da milícia, de forma que a vida dessas famílias está subjugada ao controle desses grupos, nos revelando a ausência do Estado nesses espaços. No caso dos condomínios de nossa empiria, o tráfico controla não somente a vida dos moradores dos condomínios do PMCMV como a de toda a população residente no bairro de Senador Camará.

No caso da nossa empiria, o espaço destinado à habitação pode afetar gravemente a saúde dos moradores da área, devido à condição de contaminação do terreno por amianto. Como abordado no segundo capítulo, a

área onde foram construídos os condomínios é considerada contaminada pelo INEA, de modo que, uma série de restrições ao seu uso foram estabelecidas, dentre elas, o uso para fins residenciais, como apresentadas nas Tabelas 02, 03 e 04. Isso significa que nessa área não poderia haver moradia, pois isso representa um risco à saúde tanto de quem residiria quanto dos trabalhadores que atuaram na construção. No, entanto, há uma ausência de dados quanto ao tipo de material encontrado no terreno. Como moradora do bairro, é sabido que ali funcionava uma fábrica de telhas e caixas d'água de amianto, informação que despertou o interesse pela presente pesquisa.

O amianto tem por característica ser um elemento cuja exposição traz sérias consequências para a vida das pessoas, dentre elas, gravíssimos problemas pulmonares e diferentes tipos de cânceres, podendo levar à morte. A Organização Mundial da Saúde diz que não há limites seguros para a exposição ao amianto. Da mesma forma, o INCA aponta que ao residir em áreas próximas às fábricas e/ou ao local de depósito desta substância colocam em risco a vida das pessoas. Se essas formas de exposição podem afetar gravemente a vida das pessoas, quanto mais residir em um local contaminado. Sendo assim, consideramos que a situação dos moradores desses empreendimentos revela total descaso e irresponsabilidade por parte do Estado.

Sabemos que a escolha do terreno se deu, justamente, para que houvesse o barateamento da construção das unidades habitacionais, de forma que, o lucro das empreiteiras fosse garantido mesmo produzindo habitações mais baratas. Com isso, a contaminação por amianto não foi considerado um fator relevante. Nesse sentido, a irresponsabilidade do Estado conjuntamente com a busca pelo aumento da taxa de lucro do capital coloca sob risco a reprodução da vida desses moradores.

A ausência de dados sobre o terreno e sobre a condição de saúde da população residente desses seis condomínios nos revela que, de fato, o PMCMV, como sinalizado por Faulhaber, na reportagem do Jornal O Globo do dia 05 de Maio de 2019, foi muito mais um programa econômico para movimentar a economia do que um programa habitacional que objetivasse uma moradia digna para a população mais necessitada. E, isso pode ser afirmado não apenas pelo número de moradias entregues às famílias de baixa renda ao longo desses dez anos, como pelas condições em que se encontram essas unidades habitacionais. E, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, o Programa foi utilizado para atender as demandas do capital, considerando que foi utilizado como política de reassentamento de famílias que residiam em moradias, as

quais eram empecilhos para a expansão do capital em áreas de interesse do mesmo.

Em nossa empiria, a moradia que deveria ser o lugar de abrigo, de reprodução biológica do corpo e de socialização, se apresenta como o lugar que compromete a reprodução da vida humana. A saúde desses moradores pode já estar sendo afetada pela condição do terreno onde suas moradias foram construídas. Pelo fato das consequências da exposição ao amianto terem um período de latência de anos, até mesmo décadas, não obtivemos dados a respeito da influência do amianto na vida dessa população. Podemos nos questionar também em que medida a população do bairro que reside ao entorno do terreno da antiga fábrica também pode ter sido afetada pela proximidade a uma área contaminada, ou, ter sido afetada pela exposição ao amianto no período em que a fábrica estava em atividade.

Essa ausência de dados pode levar a uma pseudoconcreticidade, no sentido de que sendo a condição de saúde, muitas vezes, definida pela ausência de doenças, o fato de não ter sido comprovada uma doença, os corpos desses moradores podem ser considerados saudáveis, e logo, somente a manifestação do fenômeno denominado doença é que define ou não a condição de saúde, enquanto que a sua essência não é desvelada.

Nesse sentido, faz-se importante a compreensão de saúde, não apenas relacionado ao corpo físico como também aos aspectos sociais que o envolvem. Por isso que, em nossa pesquisa, não objetivamos comprovar doenças associadas ao amianto nos moradores, mas sim, a partir de um conceito amplo de saúde, para além da ausência de doenças, apontar como que a prática diária da vida desses moradores está sendo comprometida por estarem nessa condição constante de exposição a tal substância. Compreendendo a saúde como uma margem de segurança na qual cada corpo tem a possibilidade de realizar suas potencialidades na produção de suas geografias, podemos concluir que os moradores dos seis condomínios da Faixa 01 do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará, estão no silêncio de suas vidas cotidianas tendo suas práticas espaciais comprometidas.

Dessa forma, podemos concluir, também, que nos corpos dos moradores dos condomínios do PMCMV do bairro de Senador Camará ocorre a manifestação da produção do espaço como moradia social, que diante da dominação capitalista deste processo, leva ao comprometimento da saúde desses moradores. Sendo assim, consideramos o corpo como escala desse processo de produção de moradia social, tendo em vista que no corpo as

relações sociais são expressas. Assim, através da saúde desses moradores que as contradições desse processo de produção do espaço como moradia social se revelam. Dessa maneira, a condição de moradia dessas famílias pode vir a limitar ainda mais a margem de segurança sobre a qual cada um desses moradores constrói suas práticas espaciais.

Isso nos aponta para o entendimento de que quando uma política pública de habitação social é estruturada para que o capital seja o principal beneficiado, a vida das pessoas mais pobres e mais necessitadas de moradia é destituída de importância. Para que o capital obtenha a maximização de seu lucro, a vida das pessoas é posta em condições tais que se tornam comprometidas até mesmo em sua reprodução biológica.

Dessa forma, se o ato de habitar está cada vez mais destituído de seu sentido e o usador se tornou cada vez mais usuário não só da moradia – em uma primeira escala – como do próprio espaço constituído como mercadoria, o ato de morar dessas famílias de baixa renda que obtiveram suas moradias através do Programa Minha Casa Minha Vida também se esvazia de sentido à medida que a própria reprodução biológica do corpo fica prejudicada.

Para concluir, acreditamos que nenhuma pesquisa abrange todos os aspectos do real. Até porque o real é dinâmico, está em constante transformação. Assim, também é o espaço, está em constante transformação, é aberto, múltiplo e é sempre um constante devir. Dessa maneira, podemos pensar que, embora cada vez mais difícil, o *habitar* pode ser construído. A começar pelas lutas por moradias que, de fato, propiciem um *habitat* digno, que propiciem um ambiente de saúde, um cotidiano de vida digno, um espaço em que a integridade dos corpos seja velada. A partir de uma moradia em que a integridade da vida humana, em todos os sentidos que a constitui, possa ser assegurada, o *habitar* poderá ser construído, “saltando” as diferentes escalas espaciais.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 155p.
- AGÊNCIA O DIA. Dilma entrega chaves do Minha Casa, Minha Vida sob aplausos em Maricá. **Jornal O Dia**. 2015. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-07-31/dilma-entrega-chaves-do-minha-casa-minha-vida-sob-aplausos-em-marica.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- AGUIAR, J. Da dominação simbólico-ideológica (directa) da classe à dominação simbólico-ideológica (indirecta) de classe. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: SP: Canal6 editora, 2012, p. 65-103.
- ALTINO, L.; MAGALHÃES, L. E. Casa própria, um pesadelo que ronda o Rio. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 mai. 2019. Caderno Rio, p. 15.
- ARAÚJO, A. C. S. **A casa [própria] alugada: questões da política pública habitacional**. Risco. Universidade de São Paulo, n. 7, vol. 1, 2008. p. 165-176. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco7-pdf/02_art11_risco7.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- ARAÚJO, E. C. O amianto crisotila e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.
- AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out/dez., 1988. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile%20/9391/8458>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F. (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 51-86.
- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*, Lisboa, v. 3, n. 127, p. 711-732, 1994. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=14>. Acesso em 10 mai. 2018.
- _____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 1999. 342p.
- _____; RONILK, R. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In:

MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 117-154.

BRASIL. Câmara. Dossiê Amianto Brasil: relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados destinado à análise das Implicações do uso do amianto no Brasil. Relator: Edson Duarte. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 307, de 17/07/2002**. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CAPONI, S. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2003. p. 65-91.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (Orgs). **Estado e Capital Imobiliário: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 81-104

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 159p.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 43-63.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

_____. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, 2014. p. 472-486. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CASTRO, H.; GIANNASI, F.; NOVELLO, C. A luta pelo banimento do amianto nas Américas: uma questão de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 8, n. 4, 2003. pp. 903-911. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-812320030004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2017.

CAVALCANTI, G. Veja a queda dos preços de imóveis pelos bairros do Rio. **Jornal O Globo**, 10 jan. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/veja-queda-dos-precos-de-imoveis-pelos-bairros-do-rio-22272052>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DAMAS, E. T. Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói,

2008. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp108924.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

FAULHABER, Lucas.; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. 124p.

FIGUEIREDO, T. Saúde: Terreno no Rio tem material cancerígeno. **Folha de São Paulo**, 29 jan. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2901200318.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GUIMARÃES, R. B. Geografia e saúde coletiva no Brasil. *Saúde Soc. Saúde Coletiva*, São Paulo, vol.25, n. 4, 2016. p. 869-879. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n4/1984-0470-sausoc-25-04-00869.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. **Saúde: fundamentos de Geografia humana**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015. 109p.

_____.; PICHENHAYN, J. A.; LIMA, S. C. **Geografia e saúde sem fronteiras**. Uberlândia: Assis Editora, 2014. 160 p.

GONÇALVES, Teresinha Maria. Habitar. A casa como contingência da condição humana. *Revista INVI*. Universidad de Chile, vol. 29, n. 80. 2014. p. 83-108. Disponível em: <<http://www.revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/issue/view/87>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

HARVEY, David. **A importância da imaginação pós-capitalista**. Blog EditoraBoitempo, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/a-importancia-da-imaginacao-pos-capitalista-segundo-david-harvey/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297p.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 382p.

_____. **Para entender o capital, livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. 335p.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente (2018). Áreas contaminadas. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbienta/Licenciamento-saiba-mais/GestaodeRiscoAmbientaITec/AvaliacaodeAreasContaminadas/index.htm&lang>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

INEA, Insituto Estadual do Ambiente. Gerenciamento de áreas contaminadas do estado do rio de Janeiro: cadastro de áreas contaminadas e reabilitadas – 2ª ed. 2014.

INCA, Instituto Nacional do Câncer (2017). Prevenção e Fatores de risco: Amianto. Disponível em:

<<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/prevencao-fatores-de-risco/amianto>>. Acesso em: 17 out. 2017.

KOSIK, Karel. O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição. In: **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. p. 09-20.

_____. A Totalidade Concreta. In: _____. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. p. 33-54.

LEFEBVRE, Henri. Níveis e dimensões. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 77-98.

LÖWY, Michael. Ideologia. In: _____. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. p. 17-45.

MARICATO, E. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. **Jornal BBC Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>> Acesso em 04 jun.2018.

_____. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. *Revista Praga*. São Paulo: Hucitec, vol. 1, n. 06, 1988. p. 67-78. Disponível em

<<http://www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/>> Acesso em: 30 mai. 2018.

MARINATTO, Luã; SOARES, Rafael. Todos os condomínios do “Minha Casa Minha Vida” no Rio são alvos do crime organizado. **Jornal Extra**. 2015. Disponível em: <: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/todos-os-condominios-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-sao-alvos-do-crime-organizado-15663214.html>>. Acesso em 04 mai. 2018.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

MASSEY, Doreen. A vida no espaço. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 89-95.

_____. Proposições iniciais. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 29-37.

MOITAS, Danielle. Minha Casa Minha Vida entrega imóveis a 248 famílias da Mangueira. **Subsecretaria de Comunicação Social, Governo do estado do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1356943>

Acesso em: 15 jun. 2018.

MONIZ, M. A.; CASTRO, H.; PERES, F. Amianto, perigo e invisibilidade: percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores do município de Bom Jesus da Serra/Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, n. 2, 2012. pp. 327-336.

NOVELLO, C. H. O amianto e o passivo ambiental da mineração no Brasil: o mal do Século XX. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de

Janeiro, 2012. Disponível em: <
<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/tes-4950>>. 18 jan. 2019.

OKADA AHMED, Denise Setsuko. Áreas contaminadas e sua inserção no planejamento urbano da Cidade do Rio de Janeiro: a relevância jurídica dos instrumentos urbano-ambientais. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/858645.pdf>> Acesso em: 05 dez. 2018.

RAMOS, R. R. O espaço na investigação em saúde: uma perspectiva geográfica? *Geografia*, Londrina, v. 23, n. 1, 2014. p. 173-189. Disponível em: <
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/18430/16300>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria de Habitação. 2016.

ROYER, L. O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-19032010-114007/pt-br.php>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

RODRIGUES, S. Casa própria ou apropriada? Duas abordagens: O FUNAPS Comunitário e o Projeto Cingapura. 2006. 133 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115733>> Acesso em 10 set. 2016.

SANTOS, A. P. Condomínio do ‘Minha Casa, Minha Vida’ em São Gonçalo corre o risco de desabar. **G1 O Globo**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/condominio-do-minha-casa-em-sao-goncalo-corre-o-risco-de-desabar.ghtml>> Acesso em 10 mai. 2018.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre: e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 71-86.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/plano-nacional-de-habitacao-planhab>>. Acesso em 21 abr. 2018.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04082010-100137/en.php>> Acesso em 19 abr. 2018.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000a. p. 132-159.

_____. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002. p.127-145. Disponível em <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/162>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. Parte II: Conceitos, teorias e métodos sobre as relações entre a produção, ambiente e a saúde nas sociedades contemporâneas. In:_____. **Desenvolvimento, trabalho, saúde e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012. p. 59-88.

VOLOCHKO, Daniel. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 97-120.